

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
---	---

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	2
2.3 - Outras informações relevantes	4

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	5
3.2 - Medições não contábeis	6
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	7
3.4 - Política de destinação dos resultados	8
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	9
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	10
3.7 - Nível de endividamento	11
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	12
3.9 - Outras informações relevantes	13

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	14
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	24
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	25
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	33
4.5 - Processos sigilosos relevantes	34
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	35
4.7 - Outras contingências relevantes	36
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	37

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	38
--	----

Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	40
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	41
5.4 - Outras informações relevantes	42
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	43
6.3 - Breve histórico	44
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	45
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	48
6.7 - Outras informações relevantes	49
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	50
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	51
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	52
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	63
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	64
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	69
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	71
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	72
7.9 - Outras informações relevantes	73
8. Grupo econômico	
8.1 - Descrição do Grupo Econômico	74
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	76
8.3 - Operações de reestruturação	77
8.4 - Outras informações relevantes	78
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	79
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	80

Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia	81
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	82
9.2 - Outras informações relevantes	84
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	85
10.2 - Resultado operacional e financeiro	87
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	88
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	89
10.5 - Políticas contábeis críticas	90
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	91
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	92
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	93
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	94
10.10 - Plano de negócios	95
10.11 - Outros fatores com influência relevante	96
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	97
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	98
12. Assembleia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	99
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	103
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	105
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	106
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	107
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	108
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	113
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	114

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	129
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	142
12.12 - Outras informações relevantes	143

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	144
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	147
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	150
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	152
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	155
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	157
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	161
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	162
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	163
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	164
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	165
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	166
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	167
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	168
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	169
13.16 - Outras informações relevantes	170

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	171
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	172
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	173

Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	175
15. Controle	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	176
15.3 - Distribuição de capital	178
15.4 - Organograma dos acionistas	179
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	180
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	181
15.7 - Outras informações relevantes	182
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	183
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	184
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	195
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	196
17.2 - Aumentos do capital social	197
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	198
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	199
17.5 - Outras informações relevantes	200
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	201
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	203
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	204
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	205
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	206
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	207

Índice

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	208
18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	209
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	210
18.10 - Outras informações relevantes	211
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	212
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	213
19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social	214
19.4 - Outras informações relevantes	215
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	216
20.2 - Outras informações relevantes	217
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	218
21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas	219
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	220
21.4 - Outras informações relevantes	221
22. Negócios extraordinários	
22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	222
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	223
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	224
22.4 - Outras informações relevantes	225

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

David Feffer

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Orlando de Souza Dias

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Período de prestação de serviço	01/01/2004 a 31/12/2011
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações financeiras e revisão especial das informações trimestrais - ITR, para os anos de 2011 e 2010, a data de contratação dos serviços foi 05 de abril de 2011 e 05 de maio de 2010, respectivamente.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração dos auditores independentes relativa ao exercício social, findo em 31 de dezembro de 2011, corresponde ao montante de R\$ 85.700,00 (oitenta e cinco mil e setecentos reais), referentes aos serviços de auditoria prestados. Não houve prestação de outros serviços durante o exercício de 2011.
Justificativa da substituição	A substituição visa atender ao disposto no artigo 31 da Instrução CVM 308/99, o qual determina a rotatividade dos Auditores Independentes a cada cinco anos, e contou com a anuência da Ernst Young Terco Auditores Independentes S/S.

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Antonio Carlos Fioravante	01/01/2004 a 31/12/2011	126.191.148-29	Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1830 - Torre I, 8º andar, Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-900, Telefone (11) 25733219, Fax (11) 21125780, e-mail: antonio.c.fioravante@br.ey.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29
Período de prestação de serviço	01/01/2012
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações financeiras e revisão especial das informações trimestrais - ITR, para o ano de 2012, a data de contratação dos serviços foi 11 de maio de 2012.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração dos auditores independentes relativa ao último exercício social, findo em 31 de dezembro de 2012, corresponde ao montante de R\$ 59.290 (cinquenta e nove mil, duzentos e noventa reais), referentes aos serviços de auditoria prestados. Não houve prestação de outros serviços durante o exercício de 2012.
Justificativa da substituição	A substituição visa atender ao disposto no artigo 31 da Instrução CVM 308/99, o qual determina a rotatividade dos Auditores Independentes a cada cinco anos, e contou com a anuência dos nossos antigos auditores, Ernst Young Terco Auditores Independentes S/S.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Anselmo Neves Macedo	01/01/2012 a 30/09/2012	033.169.788-28	Rua Dr. Renato Paes de Barros, 33, Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04530-904, Telefone (11) 21836258, Fax (11) 21833001, e-mail: amacedo@kpmg.com.br
Carlos Augusto Pires	01/10/2012	085.026.878-83	Rua Dr. Renato Paes de Barros, 33, Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04530-904, Telefone (11) 21836258, Fax (11) 21833001, e-mail: capires@kpmg.com.br

2.3 - Outras informações relevantes

2.3 Outras informações relevantes:

Todas as informações relevantes sobre este item 2 constam dos itens 2.1 e 2.2 acima.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2012)	Exercício social (31/12/2011)	Exercício social (31/12/2010)
Patrimônio Líquido	2.823.906.000,00	2.794.802.000,00	2.811.581.000,00
Ativo Total	25.694.618.000,00	22.048.580.000,00	19.319.251.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	5.194.591.000,00	4.852.263.000,00	4.519.675.000,00
Resultado Bruto	1.158.315.000,00	1.080.101.000,00	1.370.720.000,00
Resultado Líquido	-43.084.000,00	17.189.000,00	233.708.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	126.752.545	126.752.545	126.752.545
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	22,280000	22,050000	22,180000
Resultado Líquido por Ação	-0,340000	0,140000	1,840000

3.2 - Medições não contábeis

3.2 Medições não contábeis

a) Valor e b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Cálculo do EBITDA Ajustado			
Demonstrações Financeiras Consolidadas	Exercício social encerrado em 31.12.2012	Exercício social encerrado em 31.12.2011	Exercício social encerrado em 31.12.2010
Receita Líquida Total (Em R\$ mil)	5.194.591	4.852.263	4.519.675
Resultado Bruto (Em R\$ mil)	1.158.315	1.080.101	1.370.720
Despesas operacionais:			
(-) Despesas com vendas (Em R\$ mil)	(247.949)	(247.673)	(227.993)
(-) Despesas gerais e administrativas (Em R\$ mil)	(452.692)	(383.172)	(318.652)
(+) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (Em R\$ mil)	45.683	183.822	321.083
(=) EBIT ajustado (Em R\$ mil)	503.357	633.078	1.145.158
(+) Depreciações e Amortizações (Em R\$ mil)	727.524	625.583	526.202
(=) EBITDA Ajustado (Em R\$ mil)	1.230.881	1.258.661	1.671.360
Margem de EBITDA Ajustado %	23,70%	25,94%	36,98%

c) Explicações sobre o motivo pelo qual a Companhia entende que tais medições são mais apropriadas para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Em razão de não serem considerados, para o seu cálculo, o resultado financeiro, o imposto de renda e a contribuição social, as despesas de depreciação e amortização, a participação de acionistas não controladores e os ajustes de despesas de remuneração baseada em opções de ações, o EBITDA Ajustado funciona como indicador de desempenho econômico da Companhia que não é afetado por flutuações nas taxas de juros, alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. Por funcionar como indicador de desempenho econômico da Companhia, o EBITDA Ajustado é utilizado como uma medida prática de desempenho pela administração da Companhia e pelas demais companhias do setor, motivo pelo qual se entendeu importante a sua inclusão neste formulário. O EBITDA Ajustado, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios da Companhia, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros da Companhia, tais como: resultado financeiro, tributos, depreciação e amortização, despesas de capital e outros encargos relacionados.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

3.3 Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente:

Os eventos subsequentes que alteram as últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social se referem principalmente à sua controlada Suzano Papel e Celulose S.A e é a seguinte:

Alienação da participação da Suzano no consórcio Capim Branco Energia (“Consórcio”)

Em 12 de março de 2013, a controlada Suzano Papel e Celulose comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que celebrou, naquela data, com Vale S.A. (“Vale”) e Cemig Capim Branco Energia S.A. (“Cemig”), o contrato definitivo referente à alienação da sua participação de 17,9%, através de sociedade sob seu controle, no Consórcio Capim Branco Energia. O preço fixado, sujeito a eventuais ajustes, foi de R\$ 320.000.

Esta operação cumpriu todas as condições precedentes usuais, incluindo a obtenção das aprovações da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), no entanto ainda existem cláusulas contratuais a serem cumpridas.

3.4 - Política de destinação dos resultados

3.4 Política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais:

Exercício social encerrado em 31.12.2012, 31.12.2011 e 31.12.2010	
a) Retenção de lucros	<p>Nos termos do Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido terá a seguinte destinação: (i) 5% será destinado ao Fundo de Reserva Legal, até o limite de 20% do capital social; (ii) determinado percentual será destinado à Reserva para Contingências; (iii) 25% do lucro líquido, no mínimo, deverá ser distribuído aos acionistas a título de dividendos, nos termos do artigo 202 da Lei das S.A.; (iv) o saldo, se houver, terá o destino que, por proposta da Diretoria, com parecer favorável do Conselho de Administração, for deliberado pela Assembleia Geral, com a faculdade de destinar até 90% à Reserva para Aumento de Capital, objetivando assegurar adequadas condições operacionais. Esta reserva não poderá ultrapassar 80% do capital social. O valor remanescente será destinado à Reserva Estatutária Especial, com o fim de garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, até atingir o limite de 20% do capital social.</p>
b) Regras sobre distribuição de dividendos	<p>Conforme mencionado no item anterior, o Estatuto Social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Aos detentores das ações preferenciais é assegurado um dividendo 10% superior ao das ações ordinárias.</p> <p>O Estatuto Social prevê, ainda, nos termos do artigo 197 da Lei das S.A., que no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição da Reserva de Lucros a Realizar. Ademais, nos termos do artigo 199 da Lei das S.A., o saldo das reservas de lucros, exceto as de contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social; atingido esse limite, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização das ações da Companhia, no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.</p> <p>Além disso, o Estatuto Social da Companhia permite que a Assembleia Geral atribua aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria uma participação nos lucros.</p> <p>Por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, poderá a sociedade pagar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, até o limite estabelecido pelo artigo 9º da Lei n.º 9.249/1995. Caso pagas dessa forma, as importâncias desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório.</p>
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	<p>A distribuição de dividendos aos acionistas ocorre anualmente, sempre que houver lucro ou reservas de lucros.</p> <p>Ainda, de acordo com o Estatuto Social da Companhia, poderá ser levantado balanço semestral no último dia de junho de cada ano e poderá a Diretoria declarar dividendo semestral, por conta do dividendo anual; levantar balanços extraordinários e distribuir dividendos em períodos menores, por conta do dividendo anual, desde que o total de dividendo pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; e declarar dividendo intermediário à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, por conta do dividendo anual.</p>
d) Restrições à distribuição de dividendos	<p>Não há qualquer restrição quanto à distribuição de dividendos.</p>

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2012	Exercício social 31/12/2011	Exercício social 31/12/2010
Lucro líquido ajustado	0,00	16.329.000,00	222.024.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	0,000000	156,000000	29,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	0,000000	1,000000	8,000000
Dividendo distribuído total	0,00	25.455.000,00	64.640.000,00
Lucro líquido retido	0,00	859.000,00	169.068.000,00
Data da aprovação da retenção		27/04/2012	29/04/2011

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	0,00				1.702.000,00	10/05/2011
Preferencial	Preferencial Classe A	0,00			1.814.000,00	10/05/2011
Preferencial	Preferencial Classe B	0,00				
Preferencial	Preferencial Classe B				775.000,00	10/05/2011
Juros Sobre Capital Próprio						
Ordinária			10.098.000,00	04/05/2012	23.940.000,00	10/05/2011
Preferencial	Preferencial Classe A		10.757.000,00	04/05/2012	25.504.000,00	10/05/2011
Preferencial	Preferencial Classe B		4.600.000,00	04/05/2012		
Preferencial	Preferencial Classe B				10.905.000,00	10/05/2011

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas**3.6 Dividendos declarados à conta de lucros retidos ou reservas constituídas nos 3 últimos exercícios sociais:**

	Exercício social encerrado em 31.12.2012	Exercício social encerrado em 31.12.2011	Exercício social apresentado em 31.12.2010
Lucros Retidos	-	-	-
Reservas Constituídas	-	9.126	-

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2012	15.476.619.441,43	Índice de Endividamento	1,51000000	

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Exercício social (31/12/2012)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	425.828.893,23	1.005.286.400,99	885.106.218,73	918.494.784,91	3.234.716.297,86
Garantia Flutuante	114.928,74	0,00	0,00	0,00	114.928,74
Quirografárias	2.466.317.679,83	1.219.338.433,32	4.054.176.993,54	4.501.955.108,14	12.241.788.214,83
Total	2.892.261.501,80	2.224.624.834,31	4.939.283.212,27	5.420.449.893,05	15.476.619.441,43
Observação					

3.9 - Outras informações relevantes

3.9. Outras informações relevantes:

A Companhia não possui outras informações relevantes.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4.1. Fatores de risco que podem influenciar a decisão de investimento em valores mobiliários de emissão da Companhia:

a) Com relação à Companhia

Somos uma companhia holding dependente das distribuições de lucros de nossas subsidiárias.

Somos uma companhia holding e a maior parte de nossas atividades é conduzida através de nossa controlada Suzano Papel e Celulose. Dependemos das distribuições de lucros de nossas subsidiárias para obtermos fluxo de caixa.

b) Com relação ao seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Os acionistas controladores da Companhia têm poderes para, dentre outros, eleger a maioria dos membros de seu Conselho de Administração e determinar o resultado de qualquer deliberação que exija aprovação de acionistas, incluindo operações com partes relacionadas, reorganizações societárias e alienações, e a época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas a exigência de pagamento do dividendo mínimo obrigatório imposta pela Lei das Sociedades por Ações.

c) Com relação aos seus acionistas

O pagamento de dividendos aos nossos acionistas depende dos lucros das nossas subsidiárias.

Nossa capacidade de pagar dividendos aos nossos acionistas depende do fluxo de caixa e dos lucros das nossas subsidiárias, bem como da distribuição desses lucros à Companhia, sob a forma de dividendos, inclusive juros sobre o capital próprio.

Os proprietários das ações da Companhia podem não vir a receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

De acordo com o Estatuto Social, deve-se pagar aos acionistas um dividendo anual obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido anual da Companhia, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. O Estatuto permite o pagamento de dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, por conta do dividendo anual. A Companhia poderá ainda pagar juros sobre o capital próprio, limitados aos termos da lei. Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício social poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do resultado do exercício social em que forem distribuídos. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. A Companhia pode não pagar dividendos aos seus acionistas em qualquer exercício social se seus administradores manifestarem ser tal pagamento desaconselhável diante da situação financeira da Companhia.

Podemos vir a captar no futuro recursos através de distribuição pública de valores mobiliários de emissão da Companhia.

Podemos vir a captar no futuro recursos adicionais por meio de operações de emissão pública de valores mobiliários conversíveis em ações. Qualquer captação através de distribuição pública de valores mobiliários conversíveis em ações poderá afetar o valor de nossas ações e resultar na diluição da participação de acionistas no nosso capital social.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

As ações de emissão da Companhia não têm liquidez.

As ações da Companhia não tem liquidez, limitando substancialmente a capacidade dos acionistas de vender suas ações pelo preço e na data desejados.

O mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários internacionais. Essas características de mercado podem limitar substancialmente a capacidade dos detentores de ações de vendê-las ao preço e na ocasião em que desejarem fazê-lo e, conseqüentemente, poderão vir a afetar negativamente o preço de mercado das ações.

d) Com relação às controladas e coligadas da Companhia

Nossa estrutura societária não conta com sociedades coligadas.

O nosso resultado operacional poderá ser afetado pelos riscos inerentes ao desenvolvimento das atividades das nossas subsidiárias.

As nossas controladas poderão: (i) apresentar dificuldades financeiras que poderão resultar na necessidade de investimentos adicionais de nossa parte; (ii) cometer atos ou lhes serem atribuídos fatos que venham a prejudicar a nossa reputação, imagem e relacionamento com terceiros, impactando negativamente nossos negócios e operações; (iii) ter interesses econômicos e comerciais distintos dos nossos ou entre si; (iv) acarretar prejuízos à Companhia em virtude da sua responsabilização por eventuais obrigações de naturezas trabalhista, tributária, ambiental e/ ou de defesa do consumidor; e (v) conter passivos ocultos. Tais fatores de risco poderão afetar o resultado por nós estimado ou a perda de nosso investimento em tais controladas.

A Companhia possui 32,283% de participação no capital social da controlada Suzano Papel e Celulose, a qual em 31 de dezembro de 2012 foi responsável por quase 100% do resultado da Companhia. Como se trata de participação relevante, qualquer risco relacionado à Suzano Papel e Celulose e suas operações podem ocasionar um efeito adverso nos resultados operacionais e na performance financeira da Companhia. Em virtude disso, passamos a expor abaixo os principais riscos da Suzano Papel e Celulose:

Os preços dos produtos da Suzano Papel e Celulose são altamente influenciados por mercados internacionais e, portanto, a Companhia tem pouco controle sobre os preços praticados.

Os mercados de celulose são tipicamente cíclicos. Além disso, os preços de celulose praticados pela Suzano Papel e Celulose S.A. acompanham os preços internacionais de mercado, que são determinados pelo balanço de oferta e demanda, pela capacidade de produção global e pelas condições econômicas mundiais. Esses preços também podem ser afetados por flutuações das taxas de câmbio entre as moedas dos principais países produtores e consumidores, movimentações de estoques entre produtores e compradores em função de expectativas de preços distintas ou, ainda, pelas estratégias de negócios adotadas por outros produtores, incluindo a disponibilidade de substitutos para os produtos da Suzano Papel e Celulose S.A. a preços mais competitivos. Todos esses fatores estão fora do controle da Suzano Papel e Celulose S.A. e podem ter um impacto significativo sobre a demanda por celulose e, conseqüentemente, sobre as margens operacionais, lucratividade e retorno sobre o capital investido da Suzano Papel e Celulose S.A..

Os preços de papéis, por sua vez, são determinados pelas condições de oferta e demanda nos mercados regionais onde são comercializados, embora com comportamento mais estável do que o dos preços de celulose. Assim, os preços dos papéis comercializados pela Suzano Papel e Celulose S.A. sofrem flutuações em decorrência direta de diversos fatores, dentre eles, das flutuações nos preços de celulose e de características específicas dos mercados em que a Suzano Papel e Celulose S.A. atua.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Flutuações de preços dos produtos ocorrem não só de ano para ano, mas também ao longo do ano como resultado da economia global e regional, condições, restrições de capacidade, aberturas e fechamentos de plantas, entre outros fatores.

A Suzano Papel e Celulose S.A. não pode garantir que os preços de mercado para celulose e papel e a demanda por seus produtos se manterão favoráveis aos seus negócios sem oscilações adversas, casos em que a habilidade da Suzano Papel e Celulose S.A. em operar suas fábricas de maneira economicamente viável poderá ser afetada de forma negativa.

A Suzano Papel e Celulose S.A. apresenta alto grau de dependência de suas áreas de plantio para o fornecimento de madeira, que é essencial para seus processos de produção. Qualquer dano efetivo sobre essas áreas de plantio pode afetar adversamente os resultados operacionais da Suzano Papel e Celulose S.A..

Parte relevante da madeira utilizada nos processos de produção da Suzano Papel e Celulose S.A. é fornecida por suas próprias operações florestais, que incluem áreas de plantio localizadas próximas às unidades industriais de produção da Suzano Papel e Celulose S.A.. O mercado de madeira no Brasil é limitado, já que a maioria dos produtores de celulose e papel utiliza a madeira extraída de suas áreas de plantio para consumo próprio. Além disso, para aquisição ou utilização das terras que formarão a sua base florestal, a Suzano Papel e Celulose S.A. concorre com outras culturas, o que acaba elevando potencialmente o preço de aquisição das áreas de plantio ou mesmo trazendo dificuldades para a contratação de terceiros para desenvolver o cultivo do eucalipto.

Ainda, as áreas de plantio da Suzano Papel e Celulose S.A. estão sujeitas a ameaças naturais, tais como, seca, incêndio, pestes e pragas, que podem reduzir o fornecimento de madeira para a Suzano Papel e Celulose S.A. ou resultar em maiores preços para a madeira que a Suzano Papel e Celulose S.A. adquire. As áreas de plantio da Suzano Papel e Celulose S.A. também estão sujeitas a ameaças adicionais, tais como a perda temporária da posse causada por invasão de posseiros, inclusive por movimentos sociais, ou roubo de madeira. Portanto, qualquer dano efetivo sobre essas áreas de plantio pode afetar adversamente os resultados operacionais da Suzano Papel e Celulose S.A..

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A atividade da Suzano Papel e Celulose S.A. apresenta riscos operacionais relevantes que se materializados podem resultar na paralisação parcial de suas atividades e impactar adversamente os seus resultados e condições financeiras.

A Suzano Papel e Celulose S.A. tem suas operações sujeita aos riscos operacionais os quais podem causar a paralisação, ainda que parcial ou temporária, de suas atividades. Tais paralisações podem ser causadas por fatores associados à falha de equipamentos, acidentes, utilização de químicos, incêndios, greves, desgastes decorrentes do tempo e da exposição às intempéries e desastres naturais. A ocorrência dos eventos mencionados pode resultar em danos graves a bens da Suzano Papel e Celulose S.A. causando um efeito adverso negativo em suas condições financeiras.

Para o desenvolvimento dos seus negócios, a Suzano Papel e Celulose S.A. depende da contínua operação logística, que contempla estradas, ferrovias, armazéns, portos, entre outros. Tais operações podem ser interrompidas por fatores exógenos, como, por exemplo, ocorrências de desastres naturais e greves.

A interrupção no fornecimento de insumos para a operação das unidades industriais e florestais bem como no transporte de produtos acabados aos clientes poderiam causar impactos materiais adversos sobre as receitas e o resultado operacional da Suzano Papel e Celulose S.A. A Suzano Papel e Celulose S.A. celebrou contratos com terceiros para prestar os serviços de transporte e logística necessários para as suas operações. Por consequência, a rescisão ou término desses ou sua incapacidade de renová-los ou negociar novos contratos com outros prestadores de serviços em condições semelhantes poderá afetar significativamente a sua situação financeira e operacional.

A cobertura de seguro da Suzano Papel e Celulose S.A. pode ser insuficiente para cobrir suas perdas e não abranger danos causados às suas florestas.

A cobertura de seguros da Suzano Papel e Celulose S.A. para danos em suas unidades industriais decorrentes de incêndio, responsabilidade de terceiros por acidentes e riscos operacionais, bem como para transporte doméstico e internacional, pode ser insuficiente para cobrir as perdas que a Suzano Papel e Celulose S.A. possa vir a sofrer. A Suzano Papel e Celulose S.A. não mantém seguro contra incêndio, furtos, pragas ou outros riscos nas suas florestas. A ocorrência de perdas ou outros prejuízos que não sejam cobertos pelos seguros da controlada ou que excedam os limites de cobertura de suas apólices podem resultar em custos adicionais significativos e inesperados. Ademais, os termos e as condições de renovação das apólices de seguros da Suzano Papel e Celulose S.A. poderão ser alterados no futuro em função de modificações no mercado de seguros e no nível de riscos cobertos.

Os projetos de investimento da Suzano Papel e Celulose S.A. exigirão capital adicional, que poderá não estar disponível ou não apresentar condições de mercado competitivas.

Os projetos de crescimento da Suzano Papel e Celulose S.A. são intensivos em capital e poderão exigir recurso adicional, proveniente da emissão de ações, de títulos de dívida ou de financiamentos bancários, incluindo BNDES e agências multilaterais, tendo em vista os projetos de investimento e o desenvolvimento de suas atividades. A Suzano Papel e Celulose S.A. não pode assegurar a disponibilidade de capital adicional ou, se disponível, que este apresentará condições atrativas. A falta de acesso ao capital adicional em condições competitivas pode restringir o crescimento e desenvolvimento futuros das atividades da Suzano Papel e Celulose S.A., o que poderia afetar de maneira adversa, a sua situação financeira e retornos dos projetos e, conseqüentemente, o preço de seus valores mobiliários.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A Suzano Papel e Celulose S.A. é titular de benefícios fiscais, cuja suspensão, decurso do prazo de vigência, cancelamento ou não renovação podem afetar adversamente os resultados da Suzano Papel e Celulose S.A. e geração de caixa líquida. Alterações na legislação fiscal podem impactar negativamente os negócios da Companhia.

A Suzano Papel e Celulose S.A. possui unidades de produção e projetos de investimento em microrregiões consideradas menos desenvolvidas, que se localizam em áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, sendo assim é beneficiária de incentivos fiscais federais por força de suas atividades nessas regiões.

Ainda, Suzano Papel e Celulose S.A. se beneficia também de incentivos fiscais com base em legislação estadual que podem eventualmente ser questionados judicialmente tendo em vista o entendimento de que a concessão de tais incentivos dependeria de aprovação por unanimidade do CONFAZ, o qual é composto por secretários da fazenda de cada Estado da Federação.

A Suzano Papel e Celulose S.A. não pode assegurar que os incentivos fiscais de que é atualmente beneficiária serão mantidos, renovados ou, ainda, que conseguirá obter novos benefícios fiscais em condições favoráveis. Caso tais benefícios fiscais não sejam efetivamente renovados, isso poderá ter um efeito adverso relevante nos resultados da Suzano Papel e Celulose S.A. e na geração de caixa líquida.

Além disso, os governos federal e estaduais, frequentemente, implementam alterações aos regimes fiscais que podem afetar a Suzano Papel e Celulose S.A. e seus clientes, tais como alterações nas alíquotas de imposto. Algumas destas alterações podem resultar em aumento de encargos fiscais que podem afetar adversamente os negócios da Suzano Papel e Celulose S.A..

Condições adversas podem gerar atrasos nos planos de expansão da Suzano Papel e Celulose S.A. e/ou aumentar significativamente os investimentos inicialmente programados.

Os projetos de crescimento da Suzano Papel e Celulose S.A. envolvem vários riscos, incluindo questões relacionadas à engenharia, construção, regulamentação e aumento de custos, novos negócios, tais como: (i) dificuldade na implementação de novas tecnologias para a construção e plena operação do projeto; (ii) não operação das novas unidades dentro da capacidade esperada; (iii) risco de crédito ou de fornecedores em geral, (iv) falta de infraestrutura para a implementação do projeto dentro do cronograma ou orçamento estimado; (v) mudanças no ambiente regulatório, incluindo em razão do segmento de atuação, ou nas condições de mercado que possam tornar os projetos menos lucrativos; e (vi) não obtenção das devidas licenças no tempo necessário. Tais desafios podem aumentar significativamente os custos dos novos projetos, provocar atrasos ou inviabilizar investimentos que ainda não foram iniciados. Adicionalmente, pode não haver demanda para a produção adicional da Suzano Papel e Celulose S.A. ou esta poderá não ser capaz de vender sua produção adicional a preços competitivos.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Os empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Suzano Papel e Celulose S.A. exigirão que uma parte significativa do seu fluxo de caixa seja utilizada para o pagamento do valor principal e dos juros das obrigações decorrentes desse endividamento.

Em 31 de dezembro de 2012 a dívida bruta da Suzano Papel e Celulose S.A. era de R\$ 10.719 milhões, a dívida líquida consolidada era de R\$ 6.381 milhões e o EBITDA Ajustado dos últimos doze meses de R\$ 1.271,6 milhões. Dessa forma, a relação dívida líquida / EBITDA Ajustado no trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2012 era de 5,0x. O nível de endividamento da Suzano Papel e Celulose S.A. cresce significativamente na medida em que são contratados financiamentos de longo prazo para investir nos projetos de crescimento e a alavancagem poderá aumentar em condições adversas de mercado. O perfil de endividamento da Suzano Papel e Celulose S.A. pode levá-la a utilizar o fluxo de caixa disponível proveniente de suas operações para o pagamento do principal e dos juros decorrentes desse endividamento, ao invés de utilizá-lo para o pagamento de dividendos ou para outros fins. Adicionalmente, o nível de endividamento da Suzano Papel e Celulose S.A. pode limitar sua flexibilidade no planejamento ou reação a mudanças no mercado. O alto grau de alavancagem pode também reduzir a capacidade da Suzano Papel e Celulose S.A. de contratar empréstimos adicionais para financiar seus projetos de crescimento, suas necessidades de capital de giro e despesas com juros.

Alguns dos contratos financeiros da Companhia contêm cláusulas que impõem a manutenção de certos índices financeiros e o inadimplemento cruzado (*cross default*). A inadimplência gerada a partir de violação destes contratos pode ter efeitos materiais adversos sobre a Companhia.

Parte dos contratos que disciplinam parcela do endividamento da Suzano Papel e Celulose contêm cláusulas que exigem a manutenção de determinada proporção entre certos índices financeiros, tais como Dívida Líquida e EBITDA, além do inadimplemento cruzado ou antecipação cruzada, que determinam que a ocorrência de um evento de inadimplemento sob uma das dívidas pode acionar um evento de inadimplemento de outras dívidas ou permitir que os credores dessas dívidas antecipem seus vencimentos. Qualquer inadimplência dos termos dos contratos de financiamento que não for isentada pelos credores relevantes, pode resultar em uma decisão por parte destes credores de acelerar o saldo em aberto da dívida. Desta forma, o vencimento antecipado destas dívidas poderia acarretar o vencimento de outras dívidas, gerando eventual efeito adverso sobre o resultado operacional e o preço das ações da Suzano Papel e Celulose.

e) Com relação aos fornecedores da Companhia

NÃO APLICÁVEL. A Companhia não possui fornecedores.

f) Com relação aos clientes da Companhia

NÃO APLICÁVEL. Somos uma companhia holding e como tal não possuímos clientes.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

g) Com relação aos setores de atuação da Companhia

Somos uma companhia holding e a maior parte de nossas atividades é conduzida através de nossas subsidiárias.

Deste modo, a nossa participação em setores da economia se dá de maneira indireta, de acordo com a capacidade administrativa e organizacional de nossas subsidiárias, o que está além de nosso controle.

Não é possível assegurar que a atuação de nossa subsidiária no setor de papel e celulose será bem sucedida e produzirá os resultados almejados, o que poderá prejudicar as nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

O setor de papel e celulose, por sua vez, apresenta alta volatilidade, vez que, os preços de seus produtos são altamente influenciados por mercados internacionais, e, portanto, a Companhia e suas subsidiárias têm pouco controle sobre os preços praticados. A nossa controlada Suzano Papel e Celulose S.A. enfrenta concorrência significativa em alguns dos segmentos de mercado em que atua, o que pode afetar adversamente sua participação no mercado de papel e celulose e sua lucratividade e, conseqüentemente, a da Companhia. Adicionalmente, condições adversas poderão gerar atrasos nos planos de expansão da Suzano Papel e Celulose S.A. e/ ou aumentar significativamente os investimentos inicialmente programados, demandando maiores investimentos de nossa parte ou o aumento no seu endividamento. Os maiores riscos relacionados com os setores de atuação da Suzano Papel e Celulose S.A. são os seguintes:

- **A Suzano Papel e Celulose S.A. enfrenta concorrência significativa em alguns dos segmentos de mercado em que atua, o que pode afetar adversamente sua participação nos mercados de celulose e papel e sua lucratividade.**

O setor de celulose e papel é extremamente competitivo. A Suzano Papel e Celulose S.A. enfrenta concorrência significativa, tanto no mercado doméstico quanto no internacional, de um grande número de empresas, algumas das quais contando com baixos custos de capital e amplo acesso a recursos financeiros.

No mercado doméstico de celulose e papel, a Suzano Papel e Celulose S.A. enfrenta a competição de produtos nacionais, fabricados por empresas pertencentes a grupos brasileiros e internacionais, e importados. No mercado internacional de celulose e papel, a Suzano Papel e Celulose S.A. concorre com competidores com maiores capacidades de produção e distribuição, expressiva base de consumidores e grande variedade de produtos.

As importações de celulose não representam concorrência para a Suzano Papel e Celulose S.A. no mercado doméstico, devido aos baixos custos de produção e logística dos produtores locais.

A sobreoferta de papel revestido no mundo, as medidas anti-dumping adotadas em outros países e o desvio de finalidade aumentaram a importação de papel revestido, sobretudo se houver um prolongado período de apreciação do Real em relação ao Dólar. Neste caso, a Suzano Papel e Celulose S.A. poderá enfrentar um aumento na concorrência de produtores estrangeiros no mercado doméstico.

Além disso, os mercados de celulose e papel são atendidos por vários fornecedores localizados em diversos países. Se a Suzano Papel e Celulose S.A. não for capaz de se manter competitiva em relação a esses competidores no futuro, sua participação no mercado pode ser afetada adversamente. Além disso, as pressões para redução dos preços de celulose e papel causadas por competidores da Suzano Papel e Celulose S.A., que podem estar mais preparados para manter preços mais baixos, podem afetar a lucratividade da Suzano Papel e Celulose S.A..

4.1 - Descrição dos fatores de risco

- **Uma volatilidade significativa do Real frente ao Dólar pode impactar de forma relevante as receitas e o endividamento da Suzano Papel e Celulose S.A.**

A volatilidade da cotação do Real frente ao Dólar tem efeitos relevantes na condição financeira consolidada da Suzano Papel e Celulose S.A. e em seu resultado operacional consolidado quando expressos em Reais, além de impactar suas receitas, despesas e ativos consolidados denominados em moeda estrangeira.

As receitas de vendas com exportações e, portanto, a geração de caixa operacional da Suzano Papel e Celulose S.A., são direta e imediatamente afetadas pela variação da taxa média de câmbio entre o Real e o Dólar. A depreciação do Real causa aumento de tais receitas quando expressas em Reais, enquanto que a apreciação do Real resulta em receitas de vendas com exportação menores. As receitas no mercado doméstico são indiretamente influenciadas pela variação da taxa cambial, na medida em que os papéis importados, cotados em Dólares, ganham ou perdem competitividade no mercado doméstico dependendo da taxa de câmbio.

Alguns custos e despesas operacionais da Suzano Papel e Celulose S.A., tais como despesas com seguros e fretes relacionadas às exportações e custos de produtos químicos utilizados como matéria-prima, entre outros, também são afetados pelas variações cambiais. Sendo assim, a depreciação do Real resulta em aumento de tais custos e despesas expressos em Reais, enquanto a apreciação do Real resulta na queda de tais custos e despesas.

As contas patrimoniais consolidadas da Suzano Papel e Celulose S.A., indexadas em moeda estrangeira, especialmente empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, disponibilidades no exterior e contas a receber de clientes e estoques no exterior, são diretamente e pontualmente afetadas pela taxa de câmbio.

A parcela da dívida da Suzano Papel e Celulose S.A. denominada em Dólar totalizava aproximadamente 45% do endividamento bruto da Suzano Papel e Celulose S.A. em 31 de dezembro de 2012. Portanto, as variações da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar afetam diretamente o endividamento e os resultados da Suzano Papel e Celulose S.A..

- **Situações de restrição de liquidez no mercado poderão aumentar o custo, restringir os prazos ou até mesmo inviabilizar a captação de recursos no mercado, o que poderá afetar adversamente as operações da Suzano Papel e Celulose S.A..**

As empresas brasileiras de celulose e papel fizeram grandes investimentos durante os últimos anos a fim de competir com mais eficácia e em maior escala no mercado internacional. Este movimento elevou a necessidade de recursos e a diversificação de fontes de financiamentos com instituições financeiras nacionais e internacionais.

Dentro deste contexto, a Suzano Papel e Celulose S.A. depende do capital de terceiros para conduzir seus negócios, na forma de operações de financiamento para suportar seus investimentos ou capital de giro. Em situações de restrição de liquidez, como a vivenciada em 2008 e 2009 em razão da crise financeira internacional, as linhas de crédito podem se tornar excessivamente curtas, caras ou até mesmo indisponíveis. Nessas circunstâncias, aumenta-se o risco de captação e de rolagem, ou seja, a possibilidade de não obtenção, no mercado, dos recursos necessários para honrar os vencimentos da dívida contratada, assim como o risco de ter de levantar esses recursos a custos elevados, o que poderá afetar adversamente os resultados da Suzano Papel e Celulose S.A..

4.1 - Descrição dos fatores de risco

<p>h) Com relação à regulação do setor de atuação da Companhia</p> <p>Não estamos sujeitos a entes reguladores além da Comissão de Valores Mobiliários.</p> <p>Somos uma companhia holding e a maior parte de nossas atividades é conduzida através de nossas subsidiárias, não estando, portanto, sujeita a entes reguladores, exceto a CVM, a que estão sujeitas todas as companhias abertas.</p>
<p>Regras ambientais mais rigorosas podem implicar em dispêndio maior de recursos pela Suzano Papel e Celulose S.A..</p> <p>As operações da Suzano Papel e Celulose S.A. estão sujeitas à extensa regulamentação ambiental, incluindo regulamentação relacionada a emissões atmosféricas, descarga de efluentes, resíduos sólidos, odores e reflorestamento. No Brasil, as violações às leis ambientais podem acarretar em sanções para a Suzano Papel e Celulose S.A. e seus colaboradores tais como multa, detenção, reclusão ou dissolução da sociedade.</p> <p>As normas ambientais a serem cumpridas pela Suzano Papel e Celulose S.A. são expedidas no âmbito federal, estadual e municipal, sendo que mudanças nas referidas regras e leis e/ou na política ou nos procedimentos adotados nas leis atuais poderão afetar adversamente a Suzano Papel e Celulose S.A.. O descumprimento de uma determinada regra ou lei ambiental poderá implicar no pagamento de multa ou mesmo uma sanção criminal, bem como ocasionar a revogação da sua licença ou suspensão de determinadas atividades.</p> <p>Vale ressaltar que há a possibilidade de as agências governamentais ou outras autoridades competentes estabelecerem novas regras ou imporem regulamentos adicionais ainda mais rígidos que os vigentes, ou buscarem uma interpretação mais rigorosa das leis e regulamentos existentes, o que exigiria da Suzano Papel e Celulose S.A. o dispêndio de fundos adicionais para a conformidade ambiental ou restringiria sua habilidade de operar conforme atualmente. Além disso, o não cumprimento das leis e regulamentos ambientais poderia restringir a capacidade da Suzano Papel e Celulose S.A. na obtenção de financiamentos junto às instituições financeiras.</p> <p>A não obtenção das autorizações e licenças necessárias poderá afetar adversamente as operações da Suzano Papel e Celulose S.A..</p> <p>A Suzano Papel e Celulose S.A. depende da emissão de autorizações e licenças do poder público para o desenvolvimento de certas atividades. Assim, para o processo de licenciamento de empreendimentos, cujos impactos ambientais sejam considerados significativos, é obrigatória a realização de investimentos em unidades de conservação, de modo a compensar o impacto ambiental. Ademais, a Suzano Papel e Celulose S.A. mantém licenças para operação das suas fábricas, as quais geralmente são válidas por cinco anos contados da data da emissão, ao final dos quais poderão ser renovadas por iguais períodos. As licenças para operação exigem, dentre outros, que a Suzano Papel e Celulose S.A. informe periodicamente o cumprimento de padrões de emissões estabelecidos pelos órgãos ambientais competentes.</p> <p>A não obtenção ou não renovação das licenças operacionais poderão causar atrasos na implantação das novas capacidades produtivas da Suzano Papel e Celulose S.A., aumento dos custos do processo ou mesmo a suspensão do processo produtivo da parte afetada.</p>

4.1 - Descrição dos fatores de risco

i) Com relação aos países estrangeiros onde a Companhia atua
A Companhia não tem atuação em países estrangeiros. A sua atuação restringe-se ao Brasil.
<p>Recessão em virtude da crise econômica mundial poderá afetar a demanda e o preço dos produtos da Suzano Papel e Celulose S.A. de modo adverso.</p> <p>A demanda de papel e celulose está relacionada ao crescimento da economia mundial. Atualmente, a Europa é o principal mercado dessa indústria e a China é um mercado que vem adquirindo importância. Eventual desaceleração do crescimento econômico dessas regiões poderá afetar adversamente os preços e o volume de exportações da Suzano Papel e Celulose S.A. e, conseqüentemente, impactará o seu desempenho operacional e os seus resultados financeiros, até que esse volume possa ser alocado em outros mercados.</p>
<p>As exportações da Suzano Papel e Celulose S.A. estão sujeitas a riscos especiais que poderão afetar adversamente os seus negócios.</p> <p>A Suzano Papel e Celulose S.A. exporta para diversas regiões do mundo, sujeitando-se a alguns riscos políticos e regulatórios especiais, entre os quais: controles cambiais nos países onde tiver pagamentos a receber; e eventuais barreiras comerciais, formais ou informais, ou ainda políticas de incentivo ou subsídio aos produtores em diversas regiões.</p> <p>O desempenho financeiro futuro da Suzano Papel e Celulose S.A. dependerá, portanto, das condições econômicas, políticas e sociais dos seus principais mercados de exportação (Europa, Ásia e América do Norte). Desta forma, fatores que estão fora do controle da Suzano Papel e Celulose S.A., como a imposição de barreiras ou a concessão de incentivos comerciais e alterações nas políticas econômicas dos países para os quais a Suzano Papel e Celulose S.A. exporta, poderão prejudicar a sua capacidade de exportação e, conseqüentemente, seus negócios e resultados operacionais.</p>

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

4.2. Eventuais expectativas da Companhia de redução ou aumento na exposição a riscos relevantes acima mencionados:

A Companhia e suas controladoras têm como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa. Estamos constantemente monitorando mudanças no cenário macro-econômico e setorial que possam influenciar nossas atividades, através de acompanhamento dos principais indicadores de performance. Adotamos política de foco contínuo na disciplina financeira e na gestão conservadora de caixa. Atualmente, a Companhia não identifica cenário de aumento ou redução dos riscos mencionados na seção 4.1.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3. Processos judiciais, administrativos e arbitrais em que a Companhia ou suas controladas são partes, são relevantes para seus negócios e não estão sob sigilo:

A Companhia e sua controlada Suzano Papel e Celulose estão sujeitas a processos judiciais e procedimentos administrativos tributários, trabalhistas, cíveis e ambientais, dentre os quais não estão sob sigilo e são tidos como relevantes os abaixo descritos:

Suzano Holding S.A.

Processos Tributários:

Processo: 2008.61.00.013550-1	
a. juízo	14ª Vara Federal
b. instância	Primeira Instância
c. data de instauração	09/06/2008
d. partes no processo	Autor: Suzano Holding S.A. e outros Ré: Receita Federal do Brasil
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 284.289.000,00 (31/12/2008)
f. principais fatos	<p>Em dezembro de 2010, a Companhia foi autuada pela Receita Federal, que desconsiderou a redução de capital efetuada em 2007 para entregar aos seus acionistas as ações da Suzano Petroquímica S.A. ("SZPQ"), em seu poder, como forma de viabilizar a alienação de referidas ações diretamente pelos acionistas à Petrobrás. A Receita Federal considerou que a venda da ações da SZPQ teria sido feita pela pessoa jurídica. O valor do auto de infração foi de R\$ 394 milhões. A Companhia já fez um depósito judicial no valor atualizado de R\$ 226 milhões. O auto está sendo discutido administrativamente.</p> <p>A Companhia perdeu o processo 2008.61.00.013550-1 em primeira instância e interpôs recurso de apelação (nº 0013550-95.2008.4.03.610). A apelação foi improvida pelo Tribunal, sendo que serão interpostos recursos especial e extraordinário, respectivamente, no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal.</p> <p>Nenhum valor foi provisionado pela Companhia face à probabilidade de desfecho desfavorável não ser considerada como provável na opinião dos assessores jurídicos e da administração da Companhia.</p>
g. chance de perda:	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor discutido, acrescido dos juros e multa aplicáveis.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Suzano Papel e Celulose S.A.

Geral

Em 31 de dezembro de 2012, a Suzano Papel e Celulose S.A. figurava no polo passivo em aproximadamente 1.844 processos administrativos e judiciais de natureza cível, tributária e trabalhista, cujo valor total era de aproximadamente R\$ 1,8 bilhão.

Nesta mesma data, a Suzano Papel e Celulose S.A. também figurava no polo ativo em aproximadamente 325 processos administrativos e judiciais de natureza cível, tributária e trabalhista.

Para fins das informações aqui apresentadas e detalhadas, utilizou-se como critério somente as ações em que a Suzano Papel e Celulose S.A. figura no polo passivo, pois as ações em que a Suzano Papel e Celulose S.A. figura no polo ativo não gerariam um impacto negativo adverso aos seus negócios.

No tocante às contingências, importante ressaltar que: (i) para os casos em que a possibilidade é remota, não é constituída provisão; (ii) para os casos em que a possibilidade de perda é possível, fica a critério da administração constituir ou não provisão e (iii) para os casos em que a possibilidade de perda é provável, a administração constitui provisão.

A seguir, a estratificação por ramo do direito:

a) Tributários

Em 31 de dezembro de 2012, a Suzano Papel e Celulose S.A. figurava no polo passivo em aproximadamente 340 processos administrativos e judiciais de natureza tributária e nos quais se discutia matérias relativas a diversos tributos, tais como PIS, COFINS, IPI, ICMS, IR e contribuições previdenciárias. Cumpre salientar que a Suzano Papel e Celulose S.A. não é parte em processos tributários, em valores individuais superiores a R\$ 55.010.388,11 (0,5% do Patrimônio Líquido da Suzano Papel e Celulose S.A.) e que possam impactar de maneira relevante os seus resultados, com prognóstico de perda provável, nos casos de contingências passivas.

b) Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2012, a Suzano Papel e Celulose S.A. figurava como parte em aproximadamente 1.313 ações de natureza trabalhista e/ou acidentária, envolvendo valor total de contingência passiva estimada em R\$ 28,1 milhões, sendo que parte desse valor já se encontra refletida em tais processos. De maneira geral, os processos trabalhistas estão relacionados às questões frequentemente contestadas por empregados de empresas industriais, como horas extras e verbas rescisórias, além de algumas ações propostas por empregados de empresas terceirizadas que prestam serviços para a Suzano Papel e Celulose S.A. e que pleiteiam uma eventual condenação subsidiária em verbas não pagas por essas empresas terceirizadas, destacando-se, porém, os processos relacionados abaixo, relativos a pleitos de insalubridade/periculosidade e à regularidade do processo de terceirização de atividades de florestamento e reflorestamento.

Processo: 0047/2003	
Juízo	2ª Vara do Trabalho de Suzano/SP
Instância	3ª Instância
Data de instauração	20/01/2003
Partes no processo	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Papel, Papelão e Cortiça de Mogi das Cruzes, Suzano, Poá, Ferraz de Vasconcelos e Região x Suzano Papel e Celulose S.A.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 4,1 milhões
Principais fatos	O autor reivindica o pagamento de adicional de insalubridade/periculosidade aos seus substituídos nas áreas da ré em que esses exercem as suas atividades, na Unidade Rio Verde. Condenação da Suzano Papel e Celulose em 1ª instância para pagamento de adicional de insalubridade a 17 colaboradores e do adicional de periculosidade a 19 colaboradores. As partes recorreram da decisão. Negado provimento aos recursos. Interposto Recurso de Revista por ambas as partes. Denegado seguimento. Aguardando julgamento dos agravos de instrumento, pelo TST.
Chance de perda:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagar o valor de eventual condenação, com reflexo na folha de pagamento. Daí resulta sua relevância.
Valor provisionado, se houver provisão	R\$1,2 milhão

Processo: 1020/2005	
Juízo	1ª. Vara do Trabalho de Suzano/SP
Instância	3ª Instância
Data de instauração	10/08/2005
Partes no processo	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Papel, Papelão e Cortiça de Mogi das Cruzes, Suzano, Poá, Ferraz de Vasconcelos e Região x Suzano Papel e Celulose S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$10,6 milhões
Principais fatos	O autor reivindica o pagamento de adicional de insalubridade (vencidos e vencidos) aos seus substituídos nas áreas da ré em que esses exercem as suas atividades, na Unidade Suzano que trabalharam ou ainda trabalham nos setores envolvidos no acordo judicial firmado no processo 1230/78. Decisões de 1ª e 2ª Instâncias favoráveis ao Autor. Aguardando-se julgamento do Recurso de Revista interposto pela Suzano Papel e Celulose.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagar o valor de eventual condenação, com reflexo na folha de pagamento. Dada sua relevância, o caixa da Suzano Papel e Celulose poderia ser impactado no montante determinado pelo juízo para pagamento.
Valor provisionado, se houver provisão	R\$3,2 milhões

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo: 002069.52.2010.0531	
Juízo	Vara do Trabalho de Teixeira de Freitas/BA
Instância	1ª Instância
Data de instauração	28/09/2010
Partes no processo	Ministério Público do Trabalho x Suzano Papel e Celulose S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 6,3 milhões
Principais fatos	Ação Civil Pública com pedido liminar para apurar suposta ilegalidade no processo de terceirização das atividades de florestamento e reflorestamento, bem como o descumprimento de normas relacionadas à saúde, segurança, higiene e medicina do trabalho. O processo se encontra em fase inicial de instrução (audiência designada para o dia 11.04.2013).
Chance de perda:	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagar o valor de eventual condenação, uma vez que foi requerido pelo Autor o pagamento de indenização pela lesão a direitos difusos, no valor de R\$5,0 milhões, associado à obrigação de fazer (primarização das atividades de florestamento e reflorestamento e melhoria das condições de saúde, segurança, higiene e medicina do trabalho). Dada sua relevância, o caixa da Suzano Papel e Celulose poderia ser impactado no montante determinado pelo juízo para pagamento.
Valor provisionado, se houver provisão	n/a

Processo: 1943/2007	
Juízo	Vara do Trabalho de Teixeira de Freitas /BA
Instância	1ª Instância
Data de instauração	16/11/2007
Partes no processo	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Papel, Celulose, Pasta de Madeira para Papel, Papelão, Cortiças, Artefatos de Papel, Madeira e Assimilados do Estado da Bahia (SINDICELPA) x Suzano Papel e Celulose.
Valores, bens ou direitos envolvidos	O valor envolvido ainda não foi estimado.
Principais fatos	O sindicato reivindica o pagamento de adicional de insalubridade/periculosidade vencidos e vincendos aos seus substituídos, nas áreas em que esses exercem/exerceram as suas atividades, na Unidade Mucuri/BA. O processo se encontra em fase inicial de instrução, aguardando a realização de perícia.
Chance de perda:	Remota

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagar o valor de eventual condenação, com reflexo na folha de pagamento. Dada sua relevância, o caixa da Suzano Papel e Celulose poderia ser impactado no montante determinado pelo juízo para pagamento. Porém, diante da ausência de conteúdo econômico estabelecido, a Suzano Papel e Celulose não consegue estimar o impacto financeiro para o seu caixa, para fins de determinação de eventual contingência.
Valor provisionado, se houver provisão	n/a

Processo: 0001444-81.2011.5.05.0531	
Juízo	Vara do Trabalho de Teixeira de Freitas /BA
Instância	1ª Instância
Data de instauração	29/07/2011
Partes no processo	Sindicato dos Trabalhadores na Silvicultura, Plantio, Tratos Culturais, Extração, Beneficiamento da Madeira, em Atividades Florestais e Indústria Moveleira do Extremo Sul da Bahia (SINTREXBEM) x Suzano Papel e Celulose.
Valores, bens ou direitos envolvidos	O valor envolvido ainda não foi estimado.
Principais fatos	O sindicato reivindica o pagamento de adicional de insalubridade/periculosidade vencidos e vincendos aos seus substituídos (operadores de máquinas florestais e mecânicos), em decorrência das atividades que exercem, na Unidade Mucuri/BA. Audiência de instrução realizada. Prazo para alegações finais em curso.
Chance de perda:	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagar o valor de eventual condenação, com reflexo na folha de pagamento. Dada sua relevância, o caixa da Suzano Papel e Celulose poderia ser impactado no montante determinado pelo juízo para pagamento. Porém, diante da ausência de conteúdo econômico estabelecido, a Suzano Papel e Celulose não consegue estimar o impacto financeiro para o seu caixa para fins de determinação de eventual contingência.
Valor provisionado, se houver provisão	n/a

C) Cíveis**Processos judiciais**

Em 31 de dezembro de 2012, a Suzano Papel e Celulose figurava como parte em 228 ações cíveis no polo passivo, envolvendo valor total de contingência passiva estimada em R\$6,4 milhões. De maneira geral, os processos cíveis nos quais a Suzano Papel e Celulose figura como ré versam sobre ações indenizatórias, medidas cautelares, ações possessórias, ações de reparação de danos e revisionais, sem que nenhum deles mereça menção de destaque. Todavia, em face do tema envolvido – no caso direito ambiental – e face a impactos relevantes que uma decisão negativa à Suzano Papel e Celulose pode acarretar, destacamos os seguintes processos:

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo: 579.01.2007.001195-5	
Juízo	Vara Única do Fórum de São Luiz do Paraitinga
Instância	1ª Instância
Data de instauração	13/11/2007
Partes no processo	Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Suzano Papel e Celulose S/A e Fibria Celulose S/A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$7,6 milhões
Principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública, na qual a autora requer a suspensão imediata de todo e qualquer plantio de eucalipto no município, empreendimentos presentes ou em projetos futuros até a realização, pelas empresas empreendedoras, de um aprofundado estudo de impacto ambiental EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto e Relatório de Impacto Ambiental). Processo tramita em 1ª instância e aguarda a realização de perícia técnica.
Chance de perda:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	A Suzano Papel e Celulose deixará de utilizar as áreas objeto da ação para o plantio de eucalipto, até que se faça e aprove o EIA-RIMA. Além disto, uma decisão negativa pode abrir um precedente no sentido de que outras cidades passem a exigir estudo de impacto ambiental a projetos de reflorestamento levados a efeito pela Suzano Papel e Celulose. Dada a fase processual, a Suzano Papel e Celulose entende ser difícil o estabelecimento de qualquer estimativa financeira decorrente de tal decisão.
Valor provisionado, se houver provisão	n/a

Processo: 0032101-90.2012.4.01.3400	
Juízo	9ª Vara Cível do Distrito Federal
Instância	1ª Instância
Data de instauração	28/09/2012
Partes no processo	Ministério Público Federal x Suzano Papel e Celulose S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	O valor envolvido ainda não foi estimado.
Principais fatos	O Ministério Público Federal busca responsabilizar a Suzano Papel e Celulose pela deterioração da rodovia federal por onde trafegam os caminhões que transportam madeira e produto acabado, alegando excesso de peso no transporte dessas cargas. A liminar foi deferida, mas teve seus efeitos suspensos por decisão do TRF, em agravo de instrumento da Suzano Papel e Celulose. A ação já foi contestada. Aguarda-se a instrução processual.
Chance de perda:	Remota

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagar o valor de eventual condenação. Eventual condenação pode resultar no redimensionamento da logística de transportes da Suzano Papel e Celulose, no que tange ao controle de peso das carretas. Dada a sua relevância, o caixa da Suzano Papel e Celulose poderia ser impactado no montante determinado pelo juízo para pagamento. Porém, diante da ausência de conteúdo econômico estabelecido, a Suzano Papel e Celulose não consegue estimar o impacto financeiro para o seu caixa para fins de determinação de eventual contingência.
Valor provisionado, se houver provisão	n/a

Processo: 15863-80.2010.4.01.4300	
Juízo	Vara Federal de Araguaína – TO
Instância	1ª Instância
Data de instauração	21/07/2010
Partes no processo	Ministério Público Federal, Suzano Papel e Celulose S/A, NATURATINS e IBAMA.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$244.931,76
Principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública, na qual o autor discute a competência para o licenciamento ambiental das atividades florestais no Tocantins. O processo se encontra em fase de instrução processual.
Chance de perda:	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	O programa de plantio de eucalipto sofrerá atraso, até que se defina a competência administrativa para a condução do processo de licenciamento ambiental. Daí resulta sua relevância. Dada a fase processual, a Suzano Papel e Celulose entende ser difícil o estabelecimento de qualquer estimativa financeira decorrente de tal decisão.
Valor provisionado, se houver provisão	n/a

Processo: 15839-09.2010.4.01.3700	
Juízo	8ª Vara Federal de São Luís – MA
Instância	1ª Instância
Data de instauração	04/05/2010
Partes no processo	Ministério Público Federal, Suzano Papel e Celulose S/A, IBAMA e Estado do Maranhão (SEMA).
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$125.216,26

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública, na qual o autor discute a competência para o licenciamento ambiental das atividades florestais no Maranhão. O processo tramita em 1ª instância, porém existe decisão judicial suspendendo os efeitos de uma licença, concedida pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Maranhão, para plantio de 42.000 hectares de florestas de eucaliptos pela Suzano Papel e Celulose. A Suzano Papel e Celulose e o Estado do Maranhão impetraram recursos contra esta decisão que concedeu a tutela antecipada.
Chance de perda:	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	O programa de plantio de eucalipto sofrerá atraso, até que se defina a competência administrativa para a condução do processo de licenciamento ambiental. Daí resulta sua relevância. Dada a fase processual, a Suzano Papel e Celulose entende ser difícil o estabelecimento de qualquer estimativa financeira decorrente de tal decisão.
Valor provisionado, se houver provisão	n/a

Processo: 007814-33.2012.4.01.3701	
Juízo	1ª Vara Federal de Imperatriz - MA
Instância	1ª Instância
Data de instauração	23.11.2012
Partes no processo	Ministério Público Federal x Estado do Maranhão, IBAMA e Suzano Papel e Celulose S/A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$10.000,00
Principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública, com pedido de liminar, na qual o MPF busca anular o processo de licenciamento ambiental conduzido pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Estado do Maranhão, referente à unidade industrial para a fabricação de celulose branqueada e de papel da Suzano Papel e Celulose que está em fase de implantação no Município de Imperatriz/MA, tendo em vista atribuição do IBAMA para o licenciamento, em razão dos impactos regionais.
Chance de perda:	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	O cronograma de implantação da fábrica poderá sofrer atraso, até que se defina a competência administrativa para a condução do processo de licenciamento ambiental. Daí resulta sua relevância. Dada a fase processual, a Suzano Papel e Celulose entende ser difícil o estabelecimento de qualquer estimativa financeira decorrente de tal decisão.
Valor provisionado, se houver provisão	n/a

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

4.4. Processos judiciais, administrativos e arbitrais em que a Companhia ou suas controladas são partes, que não estão sob sigilo, e cujas partes contrárias são administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do emissor ou de seus controladores:

Processo Judicial:

Processo: 583.00.2012.192852-0	
a. juízo	41ª Vara Cível
b. instância	Primeira Instância
c. data de instauração	27/07/2012
d. partes no processo	Autor: João Antônio Lian Rés: Suzano Papel e Celulose S.A. e Suzano Holding S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atribuído à causa: R\$ 799.470,00 (27/07/2012). O autor pleiteia a anulação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26.04.2011 e das Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 12, 14 e 15.05.2012 e 27.06.2012, relacionadas à 5ª Emissão de Debêntures Conversíveis e ao aumento de capital por subscrição pública realizado pela Suzano Papel e Celulose S/A em 2012, bem como a anulação da cláusula III. 16.16 da escritura da 5ª Emissão de Debêntures Conversíveis da Suzano Papel e Celulose S/A. O autor pleiteia ainda a condenação das Rés ao pagamento de indenização por supostos prejuízos não liquidados que lhe teriam sido causados.
f. principais fatos	Em julho de 2012, o Autor propôs ação contra a Suzano Holding, Suzano Papel e Celulose, os membros do Conselho de Administração da Suzano Papel e Celulose e dois Diretores. Em fevereiro de 2013, os membros do Conselho de Administração e Diretores da Suzano Papel e Celulose foram excluídos do polo passivo da ação. Ainda não teve início o prazo para contestação.
g. chance de perda:	Remota
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Declaração de nulidade das deliberações tomadas em Assembleias Gerais e Reuniões do Conselho de Administração relativas à 5ª Emissão de Debêntures Conversíveis da Suzano Papel e Celulose e ao aumento de capital, bem como o pagamento da eventual indenização por supostos prejuízos não liquidados que lhe teriam sido causados.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há

4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.5. Impactos em caso de perda e valores envolvidos em processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas são parte:

NÃO APLICÁVEL. A Companhia e suas controladas não são parte em processos sigilosos relevantes que não tenham sido divulgados nas seções 4.3 e 4.4 deste Formulário de Referência.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

4.6. Processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, em que a Companhia ou suas controladas são partes, não estão sob sigilo e em conjunto são relevantes para seus negócios:

NÃO APLICÁVEL. A Companhia e suas controladas não são parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes que em conjunto são relevantes para os seus negócios.

4.7 - Outras contingências relevantes

4.7. Outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores:

NÃO APLICÁVEL. Todas as contingências relevantes e informações pertinentes a esta seção foram divulgadas nos itens anteriores.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

4.8. Informações sobre as regras do país de origem da Companhia, caso estrangeira, e regras do país no qual os valores mobiliários da Companhia, caso estrangeira, estão custodiados:

NÃO APLICÁVEL. Somos uma sociedade anônima devidamente constituída de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

5.1. Riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e à taxa de juros:

Os riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são provenientes do curso natural das atividades de suas controladas e do ambiente econômico no qual está inserida, sendo os principais:

Riscos de preços de produtos e insumos das controladas

A Companhia está exposta aos riscos relacionados à atividade da controlada Suzano Papel e Celulose, produtora de celulose de mercado e papéis, cujo portfólio inclui quatro linhas de produtos: papéis não revestidos, *cutsizes* ou papéis para escritório, papéis revestidos e papel cartão.

Os preços dos produtos da controlada Suzano Papel e Celulose, principalmente os da celulose, são determinados pelas condições de oferta e demanda nos mercados internacionais, existindo pouca margem de controle sobre os mesmos. Os preços de papéis, por sua vez, são influenciados pelas oscilações de preços da celulose, além das condições macroeconômicas e de oferta e demanda nos mercados específicos de comercialização. Os preços dos produtos sofrem também a influência das taxas de câmbio entre as moedas dos principais países produtores e consumidores, que influem nas condições de oferta e demanda nos diferentes mercados.

A Companhia também está exposta a riscos relacionados a itens de custos da Suzano Papel e Celulose, sendo o principal deles a oscilação de preços de mercado de insumos utilizados na fabricação e comercialização de seus produtos, tais como óleo combustível, soda cáustica, clorato de sódio e petróleo. A mão de obra é outro ponto importante na estrutura de custos da empresa e pode sofrer oscilações de custo dependendo da oferta e demanda.

Riscos cambiais e taxa de juros

Considerando que aproximadamente de 50% das receitas líquidas de venda da controlada Suzano Papel e Celulose são provenientes de exportações com preços denominados em Dólares e que a maior parte de seus custos é denominada em Reais, há forte exposição da geração de caixa operacional à taxa de câmbio entre o Real e o Dólar.

Para compensar parte desta exposição estrutural, a controlada Suzano Papel e Celulose optou por reduzir a volatilidade potencial do fluxo de caixa proveniente do descasamento de moedas, com a contratação de linhas de financiamento a custos mais baixos do que os do mercado local, mediante financiamentos de exportações, o que faz com que parte da dívida também oscile em função da variação da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar. Dessa forma, a captação de financiamentos e a política de *hedge* cambial da controlada Suzano Papel e Celulose são norteadas pelo fato de que mais de 50% de sua receita líquida é proveniente de exportações com preços em Dólares, enquanto a maior parte dos custos de produção está atrelada ao Real.

Como consequência, quando o Real deprecia em relação ao Dólar, verificam-se dois efeitos: (i) o primeiro, imediato e pontual, refere-se ao aumento do valor em Reais da dívida denominada em Dólares; e (ii) o outro, imediato e permanente, é dado pelo aumento da geração operacional de caixa. O contrário ocorre sempre que o Real aprecia.

Em relação aos ativos e passivos financeiros da controlada Suzano Papel e Celulose, além dos riscos cambiais há também a exposição a taxas de juros flutuantes, como o CDI - Certificado de Depósito Interbancário - CDI, divulgado pela Cetip, e a TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central do Brasil, e a índices de preços e de correção, como o IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado e a TR - Taxa Referencial.

A dívida da controlada Suzano Papel e Celulose atrelada à taxa de juros variável em dólares norte-americanos consiste principalmente em empréstimos incluindo operações de pré-pagamento de exportações e empréstimos em bancos comerciais e organizações multilaterais. Em geral, estas dívidas são indexadas à Taxa Libor (*London Interbank Offered Rate*). O *hedge* natural entre a flutuação das taxas de juros norte americanas e dos preços da celulose atenua a volatilidade do fluxo de caixa da controlada. No caso de um desbalanceamento deste *hedge* natural, a controlada analisa a contratação de instrumentos financeiros para obter a proteção desejada.

Para mais detalhes sobre a descrição quantitativa, vide item 10.1.f deste Formulário de Referência.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

Acontecimentos políticos, econômicos e sociais, bem como a percepção de riscos em outros países, podem prejudicar o valor de mercado dos valores mobiliários brasileiros.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, especialmente países da América Latina e países de economia emergente. A reação dos investidores aos acontecimentos desses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários emitidos pelas companhias brasileiras. Crises em outros países da América Latina e em outros países de economia emergente ou crises nas políticas econômicas de outros países, em especial as dos Estados Unidos e países da União Européia, poderão reduzir o interesse dos investidores por títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros países do mercado emergente resultou, em geral, na saída de investimentos e, conseqüentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil. Crises financeiras podem resultar em um cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos que, direta ou indiretamente, afetam de forma negativa o mercado acionário e a economia do Brasil, tais como: oscilações nas cotações de valores mobiliários de companhias abertas, falta de disponibilidade de crédito, redução de gastos, desaceleração da economia, instabilidade cambial e pressão inflacionária. Além disso, as instituições financeiras podem estar impossibilitadas, por condições adversas de mercado, de renovar, estender, conceder novas linhas de crédito em condições economicamente favoráveis, ou de honrar seus compromissos.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

5.2. Política de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia, objetivos, estratégias e instrumentos:

a) Riscos para os quais se busca proteção
A Companhia não faz uso de qualquer instrumento financeiro de proteção patrimonial, sendo o nosso principal risco de mercado as eventuais oscilações em índices e taxas de juros, já que não possuímos qualquer risco cambial. O risco cambial está restrito à nossa controlada Suzano Papel e Celulose, conforme identificado no item 10 deste Formulário de Referência e no formulário de referência da referida controlada.
b) Estratégia de proteção patrimonial (hedge)
NÃO APLICÁVEL. A Companhia não possui qualquer instrumento financeiro de derivativos para proteção patrimonial, porém a controlada Suzano Papel e Celulose o tem, conforme identificado no item 10 deste Formulário de Referência e no formulário de referência da referida controlada.
c) Instrumentos utilizados para a proteção patrimonial (hedge)
NÃO APLICÁVEL. Vide item "b" acima.
d) Parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos
NÃO APLICÁVEL.
e) Instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge)
NÃO APLICÁVEL. A Companhia não utiliza instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial.
f) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos
NÃO APLICÁVEL. A Companhia não dispõe de estrutura organizacional específica de controle de gerenciamento de riscos, porém a controlada Suzano Papel e Celulose o tem, conforme identificado no seu Formulário de Referência.
g) Adequação da estrutura operacional de controles internos para verificação da efetividade da política adotada
A Companhia não adota estrutura organizacional para verificação da efetividade de sua política de controle de gerenciamento de riscos, porém temos como prática a análise constante dos riscos aos quais estamos expostos e que possam afetar nossos negócios, situação financeira e os resultados de nossas operações de forma adversa. Estamos constantemente monitorando mudanças no cenário macro-econômico e setorial que possam influenciar nossas atividades, através de acompanhamento dos principais indicadores de performance. Adotamos política de foco contínuo na disciplina financeira e na gestão conservadora de caixa.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

5.3. Alterações significativas nos principais riscos de mercado ou na política de gerenciamento de risco em relação ao último exercício social:

Em relação ao último exercício social não houve alteração quanto à exposição da Companhia aos riscos de mercado e quanto à política de gerenciamento de riscos adotada.

5.4 - Outras informações relevantes

5.4. Outras informações relevantes:

Todas as informações relevantes pertinentes a esta seção foram divulgadas nos itens 5.1. a 5.3. acima.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	26/02/1954
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	11/03/1982

6.3 - Breve histórico

6.3. Breve histórico da Companhia:

A Companhia foi fundada em 1954 sob a denominação Feffer S.A. Comercial Importadora, tendo sua razão social alterada em 1960 para Nemo S.A. Administração de Negócios Mobiliários e em seguida para Nemo S.A. Comércio e Administração. Posteriormente, a Companhia teve a sua denominação social novamente alterada para SPP-Nemo S.A. e passou a abranger os objetivos de sociedade *holding*, *trading* e distribuidora.

Em 1981 foi aprovada a sua cisão, da qual resultou a criação da SPP-Nemo S.A. Comercial e Exportadora com os objetivos de *trading* e distribuidora e a alteração de sua denominação social para NemoFeffer S.A., com objetivo social de apoiar empresas privadas nacionais.

Em 1982 a Companhia foi registrada como companhia aberta perante a CVM. Atualmente, as ações ordinárias, preferenciais classe "A" e preferenciais classe "B" de emissão da Companhia estão listadas na BM&FBOVESPA respectivamente sob os símbolos "NEMO3", "NEMO5" e "NEMO6".

Em assembleia geral extraordinária realizada em 29 de novembro de 1988, foi aprovada a cisão parcial do patrimônio líquido da Companhia, com versão da parcela cindida para a constituição de uma nova sociedade denominada Polpar S.A.

Em 2003 deu-se início à implementação de um amplo processo de reestruturação societária e organizacional do grupo econômico da Companhia, visando a agregar valor para os acionistas, através do foco em profissionalização, na alta performance gerencial, na redução dos custos corporativos e na implantação de mecanismos de controle das subsidiárias, com o objetivo de atingir o equilíbrio entre o maior grau de autonomia de gestão das empresas controladas e uma atuação mais estratégica e de longo prazo para os acionistas controladores, observando-se as melhores práticas de governança corporativa. A NemoFeffer S.A. teve então sua denominação social alterada para Suzano Holding S.A., sendo selecionados executivos internamente e no mercado para a sua direção, com vistas a capacitá-la para exercer, de forma plena e alinhada, suas funções de formulação estratégica, controle e elaboração de políticas corporativas.

Durante o ano de 2005, foi iniciada a elaboração do código de conduta da Companhia. A intenção foi a de obter dos administradores, gestores e colaboradores das sociedades integrantes do grupo econômico um compromisso com os princípios éticos que norteiam a atuação empresarial, além de disseminá-los a toda a sua rede de relacionamentos. Os princípios éticos da Companhia, que foram definidos com base nos valores corporativos e nos pilares de gestão, são os seguintes: (i) governança corporativa; (ii) integridade; (iii) transparência; (iv) desenvolvimento sustentável; e (v) valorização profissional.

A principal atividade da Companhia é a participação, como sócia, em outras sociedades. A Companhia possui atualmente participações nas seguintes sociedades: (i) Suzano Papel e Celulose; (ii) Premesa S.A.; (iii) Nemopar S.A.; e (iv) Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

6.5. Principais eventos societários, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, pelos quais tenham passado a Companhia ou qualquer de suas controladas e coligadas nos 3 últimos exercícios sociais:

Não houve evento societário da Companhia nos últimos 3 anos.

Controlada Suzano Papel e Celulose S.A.:

1) Alienação de participação indireta no Consórcio Capim Branco Energia

a) **Evento:** alienação de participação indireta em usina geradora de energia elétrica.

b) **Principais condições do negócio:** em 28 de dezembro de 2012, a Suzano Papel e Celulose S.A. ("SPC") recebeu da CEMIG Capim Branco S.A. (Cemig) manifestação de aceitação da oferta que lhe foi apresentada pela Suzano, para a aquisição da parcela que cabe à CEMIG da participação detida indiretamente no Consórcio Capim Branco Energia ("Consórcio") pela Suzano, mais eventuais sobras, caso os demais consorciados não exerçam seus direitos de primeira oferta, assegurados no Instrumento Particular de Constituição do Consórcio.

A participação da Suzano no Consórcio representava 81 MW de potência instalada e 51 MW médios de energia assegurada das usinas hidrelétricas Amador Aguiar I e Amador Aguiar II.

Em 12 de março de 2013, a Suzano celebrou com a Vale S.A. ("Vale") e Cemig o contrato definitivo referente à alienação da participação da qual a Suzano é titular, através de sociedade sob seu controle, no Consórcio Capim Branco Energia. O preço fixado, sujeito a eventuais ajustes, é de R\$320.000.000,00 (trezentos e vinte milhões de reais).

A transação foi submetida à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), tendo recebido aprovações sem restrições por estes dois órgãos. A operação também recebeu anuência por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Em 28 de maio de 2013, ocorreu a conclusão da operação, com respectiva liberação do preço em favor da Suzano.

c) **Sociedades envolvidas:** Suzano Papel e Celulose S.A. e Suzano Holding S.A., na qualidade de vendedoras; Cemig Capim Branco Energia S.A. e Vale S.A. na qualidade de compradoras; e, como intervenientes anuentes, Comercial e Agrícola Paineiras Ltda. e Epícares Empreendimentos e Participações Ltda.

d) **Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor:** não aplicável, uma vez que não houve efeitos da operação no quadro acionário da SPC.

e) **Quadro societário antes e depois da operação:** não houve alteração relevante no quadro societário da SPC.

2) Aquisição da Ripasa e constituição do Conpacel

a) **Evento:** Aquisição de controle societário e constituição de consórcio

b) **Principais condições do negócio:** Em 10 de novembro de 2004, a Suzano Papel e Celulose S.A. ("SPC") e a Fibria Celulose S.A. ("Fibria") celebraram um acordo para a aquisição do controle acionário da Ripasa S.A. Celulose e Papel ("Ripasa"), empresa esta constituída de quatro unidades: unidade Limeira, unidade Embu, unidade Cubatão e unidade Americana.

Em 31 de março de 2005, foi concretizada a aquisição do controle acionário da Ripasa por intermédio da Ripasa Participações S.A. ("Ripar"), controlada em conjunto pela SPC e a Fibria, na qual foram adquiridas 129.676.966

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

ações ordinárias e 41.050.819 ações preferenciais, representando 77,59% do capital votante e 46,06% do capital social total, pelo valor total de R\$ 1.484,2 milhões (equivalentes a US\$ 549,2 milhões naquela data).

Em 24 de maio de 2006, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a operação de incorporação de ações de emissão da Ripasa, detidas pelos acionistas não controladores, ao patrimônio da Ripar, ocasião em que os acionistas não controladores da Ripasa tornaram-se acionistas da Ripar. Ato contínuo, foi aprovada pelas Assembleias Gerais Extraordinárias da SPC, da Fibria e da Ripar, a cisão total da Ripar, com versão de seu patrimônio, em partes iguais, para a SPC e a Fibria, o que implicou: (i) o aumento do capital da SPC e da Fibria, com emissão de novas ações, que foram distribuídas aos acionistas não controladores da Ripar, com base na relação de substituição, divulgada em 5 de maio de 2006; e (ii) a extinção da Ripar.

Após a reestruturação societária descrita acima, a SPC e a Fibria passaram a deter 100% das ações da Ripasa. A parte da SPC correspondia a 50% das ações da Ripasa, que equivalia a 83.563.025 ações ordinárias e 101.759.330 ações preferenciais, pelo valor total de R\$ 1.315,7 milhões, dos quais R\$ 840,2 milhões referiam-se ao ágio da aquisição.

Em 30 de março de 2007, a SPC adquiriu a participação de 50% que a Fibria detinha na unidade de Embu da Ripasa, pelo valor de US\$ 20 milhões, equivalente a R\$ 41,1 milhões. A referida unidade foi incorporada pela SPC em 31 de agosto de 2007.

Em 31 de julho de 2007, a SPC e a Fibria firmaram um Instrumento de Compra e Venda, por meio do qual transferiram suas participações nas unidades fabris da Ripasa de Cubatão e Limeira, à MDPapéis Ltda. Na data de fechamento da transação, ocorrida em 1º de novembro de 2007, as referidas unidades foram alienadas por R\$ 122,0 milhões, cabendo a cada uma das vendedoras R\$ 61,0 milhões.

Em 29 de agosto de 2008, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a cisão total da Ripasa com versão de parte do seu patrimônio para a constituição da empresa Asapir Produção Florestal e Comércio Ltda. ("Asapir") e o restante do acervo líquido vertido, em partes iguais, para a SPC e para a Fibria, com o objetivo de transformar a Ripasa em uma unidade produtiva em regime de consórcio.

A partir de 1º de setembro de 2008, a unidade Americana da extinta Ripasa, passou a operar em regime de consórcio entre a SPC e a Fibria, denominado Consórcio Paulista de Papel e Celulose ("Conpacel"), onde as consorciadas comercializam sua produção de forma independente.

Em 31 de janeiro de 2011 a SPC efetivou a aquisição da participação detida pela Fibria nos ativos do Conpacel (que passou a denominar-se Unidade Limeira) que compreendem 50% de: (i) fábrica de papel e celulose; e (ii) terras próprias com área total aproximada de 76 mil hectares, e cerca de 71 mil hectares de plantio, sendo 53 mil hectares em áreas próprias e 18 mil hectares em áreas arrendadas. O preço de aquisição foi de R\$ 1.450 milhões.

A transação para aquisição da participação detida pela Fibria nos ativos do Conpacel foi submetida à aprovação dos órgãos governamentais competentes. Em 1º de agosto de 2012, o CADE aprovou a operação, por unanimidade e sem restrições.

c) **sociedades envolvidas:** Suzano Papel e Celulose S.A.; Fibria Celulose S.A.; S.A. Celulose e Papel; Ripasa Participações S.A.; Asapir Produção Florestal e Comércio Ltda.; e Consórcio Paulista de Papel e Celulose.

d) **efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor:** Não aplicável, uma vez que não houve efeitos da operação no quadro acionário da SPC.

e) **quadro societário antes e depois da operação:** Após a conclusão da primeira etapa da operação, a SPC, que até então não era titular de qualquer participação na Ripasa, passou a ser proprietária de ações representativas de 50% do capital social daquela sociedade.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Após a conclusão da segunda etapa da operação, em virtude da cisão total de Ripar e da subsequente cisão total da Ripasa, a SPC passou a deter participação correspondente a 50% do capital social da Asapir, bem como 50% da participação no Conpacel.

Após a conclusão da terceira etapa da operação, em 31 de janeiro de 2011, a SPC efetivou a aquisição da participação detida pela Fibria nos ativos do Conpacel, passando a deter, conseqüentemente 100% de tais ativos. O Conpacel passou, então, a ser denominado Unidade Limeira.

3) Aquisição da Futuragene

a) **Evento:** Aquisição de controle societário

b) **Principais condições do negócio:** Em 19 de julho de 2010, a SPC, através de sua subsidiária Suzano Trading Ltd., concluiu o processo de aquisição indireta da totalidade do capital social da Futuragene plc. A Futuragene plc. é uma empresa pioneira na pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia, direcionada para os mercados de culturas florestais e biocombustíveis, entre outros. A Futuragene desenvolve tecnologias sustentáveis, com forte orientação ambiental para o atendimento das crescentes demandas por fibras, combustíveis, alimentos e melhor utilização de recursos naturais, como terra e recursos hídricos.

c) **Sociedades envolvidas:** Suzano Papel e Celulose S.A., Suzano Trading Ltd, e Futuragene plc. (antiga denominação da Futuragene Ltd.)

d) **Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor:** Não aplicável, uma vez que não houve efeitos da operação no quadro acionário da SPC.

e) **Quadro societário antes e depois da operação:** Após a conclusão da primeira etapa da operação, a SPC, que até então detinha participação indireta de 7,125% na Futuragene, passou a ser deter, por meio da Suzano Trading Ltd. 100% do capital social daquela sociedade.

4) Aquisição das operações de distribuição KSR

a) **Evento:** Aquisição de estabelecimento comercial

b) **Principais condições do negócio:** em 28 de fevereiro de 2011, a SPC concluiu a aquisição das operações da unidade de distribuição KSR, detidas pela Fibria, pelo valor de R\$ 50 milhões, pagos em 01 de março de 2011, ficando, no entanto, sujeito a ajustes após conclusão de auditoria para apuração final do capital de giro.

Em agosto de 2012, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou, sem restrições, a aquisição da participação detida pela Fibria nos ativos do Conpacel e das operações de distribuição KSR de sua titularidade.

c) **Sociedades envolvidas:** Suzano Papel e Celulose S.A. e Fibria Celulose S.A..

d) **Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor:** Não aplicável, uma vez que não houve efeitos da operação no quadro acionário da SPC.

e) **Quadro societário antes e depois da operação:** Não houve alteração, uma vez que não houve efeitos da operação no quadro acionário das sociedades envolvidas.

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

6.6. Pedidos de falência fundados em valor relevante e pedidos de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, e o estado atual de tais pedidos:

Não há quaisquer pedidos de falência e/ou de recuperação judicial em face da Companhia.

6.7 - Outras informações relevantes

6.7. Outras informações que a Companhia julga relevantes:

Todas as informações relevantes e pertinentes a este item foram divulgadas nos itens 6.1 a 6.6 acima.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

7.1. Descrição sumária das atividades desenvolvidas pela Companhia e por suas controladas:

Suzano Holding S.A

A sociedade é uma holding de um conglomerado industrial que tem como atividade principal a produção e comercialização de papel e celulose através de sua controlada Suzano Papel e Celulose S.A.

Suzano Papel e Celulose S.A

A Companhia e suas controladas têm como atividade principal a fabricação e a comercialização, no País e no exterior, de celulose de fibra curta de eucalipto e papel, além da formação e exploração de florestas de eucalipto para uso próprio e venda a terceiros.

Premesa S.A.

A controlada tem por objeto a locação, incorporação e compra e venda de imóveis, e participação em outras sociedades.

Nemopar S.A.

A controlada tem por objeto a participação, constituição ou aquisição de empresas.

Nemonorte Imóveis e Partic. Ltda

A controlada tem por objeto a conservação e administração de imóveis, especialmente próprios e de seus sócios, excluídas as atividades reservadas pela lei nº 6.350 de 12/05/1978.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

7.2. Segmentos operacionais que tenham sido divulgados nas 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social:

a) Produtos e serviços comercializados

As receitas da companhia decorrem principalmente do segmento de papel e celulose, que é a principal atividade da controlada Suzano Papel e Celulose S.A, e da atividade imobiliária das controladas Premesa S.A. e Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.

b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

	31.12.12			
	Celulose	Papel	Imobiliário	Total
Receita líquida (R\$ mil)	2.188.731	3.003.561	2.299	5.194.591
Participação na receita líquida	42,1%	57,8%	0,0%	100%

	31.12.11			
	Celulose	Papel	Imobiliário	Total
Receita líquida (R\$ mil)	2.012.936	2.835.052	4.275	4.852.263
Participação na receita líquida	41,5%	58,4%	0,1%	100%

	31.12.10			
	Celulose	Papel	Imobiliário	Total
Receita líquida (R\$ mil)	2.018.293	2.495.590	5.792	4.519.675
Participação na receita líquida	44,7%	55,2%	0,1%	100%

c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

A controlada Suzano Papel e Celulose S.A não calcula o lucro ou prejuízo separadamente para cada um dos segmentos em que atua, uma vez que é uma produtora integrada de celulose e papel e muitas das funções de sua estrutura operacional, tais como áreas de compras, tecnologia da informação, logística, finanças, administração e recursos humanos são compartilhados por ambos os segmentos, não sendo possível a alocação das despesas associadas com tais atividades. O mesmo ocorre com algumas contas da demonstração de resultados, como despesas e receitas financeiras e imposto de renda e contribuição social, que são calculadas de forma consolidada.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

7.3. Produtos e serviços dos segmentos operacionais divulgados no item 7.2:

a) Características do processo de produção

As características do processo de produção se referem às atividades da controlada Suzano Papel e Celulose S.A, conforme explicado abaixo.

Processo de Produção de Celulose e de Papel

O processo de produção de papel compreende três etapas: (i) a formação das florestas e seu corte; (ii) a produção da celulose; e (iii) a produção do papel. Em linha com a estratégia da Controlada de conduzir seus negócios de acordo com os mais altos padrões ambientais, a Controlada utiliza técnicas de plantio e colheita que sejam menos agressivas e que exijam menos ao meio ambiente, tais como cultivo mínimo e técnicas de preparo do solo, o que evita erosão e mantém o solo mais úmido proporcionando elevados níveis de eficiência e produtividade.

Formação de Florestas e seu Corte

A formação de florestas começa nos viveiros da Controlada, localizados nos estados da Bahia, São Paulo e Maranhão, onde a Controlada utiliza técnicas disponíveis de clonagem, e em viveiros terceirizados que utilizam material genético desenvolvido pela Controlada. As mudas produzidas nos viveiros da Controlada são variedades de eucalipto de alta produtividade florestal e que melhor se adaptam ao clima e demais características das respectivas micro-regiões onde serão plantadas. A Controlada utiliza colheitadeiras mecânicas (harvesters) que cortam as árvores em altura próxima ao solo, descascam e cortam o tronco em toretes. Parte da casca, galhos e folhas permanecem na floresta. Os toretes são transportados para a beira dos talhões de plantio por equipamentos específicos (forwarder) e dali são transportados em caminhões para a fábrica.

A gestão de nossas florestas é a base de sustentação dos negócios da Controlada, baseada no plantio e manejo de florestas renováveis e visa o abastecimento competitivo de madeira, por meio do planejamento de longo prazo, do desenvolvimento e a aplicação de melhoramento genético. Em 31 de dezembro de 2012, a Controlada possuía 819 mil hectares de terras, dos quais 354 mil hectares eram ocupados por plantios próprios de eucalipto, 318 mil hectares destinados à preservação ambiental, garantindo o atendimento à legislação que determina 20% para as reservas legais, além das áreas de preservação permanente localizadas principalmente às margens de rios.

Dado o elevado grau de integração entre a produção de celulose e papel, a Controlada detém baixo custo de conversão de celulose para papel.

Muitos fatores contribuem para nossa vantagem competitiva em relação ao custo da madeira para a produção de celulose: (i) topografia favorável, materiais genéticos adequados às condições de clima e solo nas regiões do Brasil onde operamos; (ii) programa de melhoramento genético e desenvolvimento operacional na silvicultura e colheita; (iii) baixa distância média entre as nossas florestas plantadas e fábricas, que estão entre as menores do Brasil; (iv) nosso sistema de seleção de clones, que visa melhorar o rendimento de nossas florestas e desempenho industrial, integrando nossas atividades florestais e industriais; e (v) nossas técnicas sustentáveis de manejo florestal, tais como plantação de mosaico e técnica de cultivo de mínimo. Juntos, esses fatores nos permitem desfrutar de: (i) um elevado aumento de volume médio de madeira por hectare plantado; (ii) uma maior concentração de fibras por tonelada de madeira colhida; (iii) desenvolvimento sustentável de nossas operações; e (iv) rotações de colheita de árvores de eucalipto de aproximadamente sete anos, um dos períodos mais curtos do que de outras regiões do mundo.

Produção de Celulose

- O Processo Kraft de Cozimento

Os toretes recebidos nas fábricas de celulose são, se necessário, descascados e posteriormente picados em cavacos. Os cavacos são, então, transferidos por esteira transportadora aos digestores, onde passam por um processo de cozimento com adição de sulfato de sódio e soda cáustica. Este processo de cozimento, designado

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Processo Kraft, minimiza os danos às fibras da celulose, de forma a preservar sua uniformidade e resistência. Durante o cozimento, as fibras de celulose são separadas da lignina e resinas, quando então é obtida a celulose não branqueada. Numa fase de pré-branqueamento, a celulose é então lavada e submetida a um processo de deslignificação por oxigênio que, combinado com o Processo Kraft, remove aproximadamente 95% da lignina. A esta altura do processo, uma pequena parcela da fibra de celulose produzida é utilizada na produção de alguns tipos de papelcartão. A lignina e os produtos resultantes do Processo Kraft compõem o chamado “licor negro”, que é separado e enviado para evaporadores para elevar a concentração de sólidos e em seguida para uma caldeira de recuperação. Neste equipamento, o licor negro é utilizado como combustível para a produção de vapor e energia elétrica e, recupera-se, aproximadamente, 99% das substâncias químicas utilizadas no Processo Kraft.

- Branqueamento

A próxima etapa do processo de produção de celulose é o processo de branqueamento químico. Os atuais complexos branqueadores da Controlada consistem em uma série de torres de branqueamento de média densidade através das quais passa a celulose deslignificada. Cada torre de branqueamento contém uma mistura diferente de agentes branqueadores. As sequências mais evoluídas do processo de branqueamento são do tipo “Elemental Chlorine Free”, ou ECF e são as empregadas por todas as unidades industriais da Controlada. Essas sequências utilizam químicos como Oxigênio – O₂, Peróxido de Hidrogênio – H₂O₂ e o Dióxido de Cloro – ClO₂, que são tratados via estação de tratamento de efluentes em harmonia com o meio ambiente. Ao final desta etapa a celulose branqueada é transferida para torres de armazenagem. A partir deste ponto, ela pode ser destinada diretamente para as máquinas de papéis nas Unidades Mucuri, Limeira (antigo Conpacel) e Suzano, transferida para as Unidades de Embu e Rio Verde ou, ainda, no caso da celulose de mercado, para secadoras onde a celulose é então seca, moldada em folhas e cortada e, em seguida, embalada para o cliente.

Produção de Papel

A Controlada produz papel para imprimir e escrever do tipo “woodfree não revestido” em todas as suas unidades de produção, exceto na Unidade de Embu. Produz papel para imprimir e escrever “woodfree revestido” nas Unidades de Suzano e Limeira (antigo Conpacel) e papelcartão nas Unidades de Suzano e Embu. A Controlada inicia a produção de papel encaminhando a celulose para refinadores, que aumentam o nível de resistência das fibras. Após o refino, a máquina de papel é alimentada com a solução de celulose que é misturada a outros materiais e aditivos de forma a fornecer as propriedades demandadas pelos consumidores finais. Estes aditivos incluem cola sintética, carbonato de cálcio precipitado (processo alcalino), alvejantes ópticos e outros. Durante o processo de produção de papel e papelcartão, a folha é formada, prensada e seca. Na etapa final do processo, rolos de papel de grande dimensão são convertidos em bobinas, papel formato fólio e papel cut-size. No caso do papel revestido, o papel passa por tratamentos adicionais, com aplicações de tinta de revestimento nas duas faces do papel, antes de ser cortado conforme as especificações do cliente ou do convertedor.

A Controlada monitora a produção por um sistema computadorizado que controla cada etapa do processo de produção. A programação e o controle da produção de papel são feitos com estreita coordenação entre as áreas de marketing, vendas e produção. Desta forma, a Controlada é capaz de planejar, otimizar e customizar a programação de produção, bem como de antecipar e responder com flexibilidade às variações sazonais e preferências dos consumidores.

Turnos da Produção de Papel e Celulose

As fábricas integradas de papel e celulose da Controlada, na Bahia e em São Paulo, operam em três turnos, durante 24 horas por dia, todos os dias do ano, com exceção das paradas programadas de manutenção. Na unidade Mucuri são realizadas duas paradas programadas no ano (uma para cada linha) para manutenção, com duração média de sete dias, geralmente no primeiro e terceiro trimestres do ano. Nas fábricas de São Paulo realiza-se uma parada, geralmente no segundo e quarto trimestres do ano. As datas das paradas são flexíveis e podem ser alteradas em função de fatores relacionados à produção, mercado e fornecedores.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A Controlada mantém um estoque de determinadas peças sobressalentes consideradas críticas devido à sua função no processo de produção ou devido à dificuldade de encontrar substitutos. A Controlada também desenvolve um relacionamento estreito com seus fornecedores de forma a assegurar seu acesso a peças sobressalentes.

b) Características do processo de distribuição

A Controlada Suzano Papel e Celulose conta com equipes de vendas próprias nas unidades de negócio de celulose e papel com atuação nacional e internacional, responsáveis pela comercialização dos seus produtos diretamente aos usuários finais ou intermediários distribuidores.

Celulose

A Unidade de Negócio Celulose possui uma estratégia comercial clara, lastreada em 3 pilares: relacionamento, parceria de longo prazo e serviços diferenciados.

A partir da equipe brasileira (que atende o mercado da América Latina) e dos escritórios internacionais, localizados na Europa (Suíça), América do Norte (EUA) e Ásia (China), a empresa garante proximidade com seus clientes, oferecendo pacotes de soluções comerciais e técnicas em linha com suas necessidades. Para garantir serviços diferenciados, as gerências de assistência técnica do Brasil e de cada escritório internacional atuam intensivamente no apoio às necessidades dos clientes, com o objetivo de propor soluções técnicas inteligentes que incentivem o uso e a migração das demais fibras para a celulose de fibra de Eucalipto – Suzano Pulp.

Periodicamente, a Controlada realiza workshops técnicos no Brasil e em cada um dos continentes em que atua, para dividir com os escritórios e clientes as iniciativas em inovação, técnicas em desenvolvimento e alinhamento estratégico e mercadológico.

Papel

Em 2012, aproximadamente 70% das vendas de papel da Controlada foram feitas no Brasil. Para melhor atender este mercado, a Controlada o dividiu em sete grandes segmentos. Como as necessidades destes subsegmentos são diferentes, a Controlada estruturou suas ações de marketing, comerciais e estratégicas de acordo com o mercado, com áreas focadas nos diferentes subsegmentos, são eles:

- Embalagem: Principal destino das vendas de papelcartão, como o próprio nome sugere, é responsável pela produção de embalagens para as indústrias farmacêutica, cosmética, tabaco, brinquedos, vestuário e calçados, alimentos e bebidas, e higiene e limpeza.
- Promocional: comercializa principalmente papéis revestidos, produz, entre outros, encartes promocionais, catálogos, displays e cartazes.
- Editorial: Caracterizado pela produção de livros, revistas e jornais, consome todos os tipos de papéis produzidos pela Controlada: não-revestido, revestido e papelcartão.
- Cadernos: Atendendo ao mercado doméstico e exportações, este segmento é responsável pela produção de cadernos e agendas e consome os papéis não-revestidos e papelcartão.
- Mailing: predominantemente utiliza-se a linha de papéis não-revestidos para a produção de formulários, faturas e envelopes.
- Office: abrange os sub-segmentos copistas, concorrências e corporativo, comercializa apenas papéis não-revestidos no formato cut-size (papel cortado), com predominância do formato A4.
- Varejo: Assim como o subsegmento Office, este segmento comercializa apenas papéis não-revestidos no formato cut-size (papel cortado), com predominância do formato A4, porém com foco de atuação em papelarias, auto-

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

serviços e conveniência.

Para os cinco primeiros segmentos, a Controlada combina diferentes canais de venda: grandes volumes de papel são vendidos diretamente às gráficas e convertedores, e volumes menores são atendidos pelos chamados distribuidores gráficos.

No Office e no Varejo, o atendimento é feito predominantemente de maneira indireta, isto é, via distribuidores de papel.

A Controlada possui duas distribuidoras próprias de papéis e produtos gráficos, sendo uma operação no Brasil – a SPP-KSR - e uma operação na Argentina, a Stenfar S.A.I.C. Importadora y Exportadora (“Stenfar”).

A SPP-KSR, com escritório central localizado em São Paulo, conta com cerca de 350 colaboradores e 20 representantes comerciais e outros dezoito escritórios – Belém (PA), Belo Horizonte (BH), Brasília (DF), Campinas (SP), Campo Grande (MS), Cuiabá (MT), Curitiba (PR), Fortaleza (CE), Goiânia (GO), Londrina (PR), Manaus (AM), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Ribeirão Preto (SP), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), Uberlândia (MG) e Vitória (ES). A unidade de distribuição trabalha com aproximadamente com 23 linhas de produtos, incluindo papéis e produtos gráficos, atendendo aos segmentos: gráfico, editorial, de consumo, convertedor e aos órgãos públicos.

A Stenfar, distribuidora própria de papéis e produtos gráficos, em operação na Argentina, conta com 52 anos de existência, e está em contínuo crescimento naquele mercado. A distribuidora possui cerca de 130 colaboradores e três filiais: Buenos Aires, Córdoba e Santa Fé. Esta operação atende aos segmentos gráfico, editorial, de consumo, convertedor e aos órgãos públicos, trabalhando com papéis para imprimir e escrever, produtos gráficos e suprimentos de informática. Acredita-se, com base em estimativas do mercado realizadas para o setor de distribuição de papéis e produtos gráficos, que a Stenfar é uma das maiores distribuidoras locais atuantes nesse setor.

As operações conjuntas da SPP-KSR no Brasil e da Stenfar na Argentina reforçam o compromisso da Controlada com o fortalecimento do seu canal de distribuição, ampliando a sua capilaridade e beneficiando diretamente os seus clientes, pela maior proximidade e agilidade no atendimento a clientes, além da oferta de portfólio mais completo de produtos e serviços.

c) Características dos mercados de atuação: (i) participação em cada um dos mercados; (ii) condições de competição nos mercados

As características dos mercados de atuação se referem a controlada Suzano Papel e Celulose S.A., conforme demonstramos abaixo.

Celulose

A demanda global por celulose branqueada de mercado em 2012 somou 51,2 milhões de toneladas, segundo dados da Hawkins Wright (consultoria especializada na indústria de celulose de mercado), sendo deste total 53% de fibra curta, 45% de fibra longa e 2% de outros tipos de fibras (Sulfito). Do volume total de fibra curta, 59% são de fibra de eucalipto, segmento de mercado da Controlada.

Nos últimos sete anos, segundo dados da Hawkins Wright, a demanda por celulose de eucalipto cresceu a uma taxa anual de 6,7%, enquanto a demanda por outros tipos de fibra curta contraiu 1,7% a.a. e de fibra longa cresceu a uma taxa anual de 0,9%.

De acordo com o Pulp and Paper Products Council (“PPPC”), os principais segmentos de papéis que consumiram celulose de mercado, em 2010, foram: imprimir e escrever (36%), papéis sanitários (26%), especialidades (17%), fluff (12%), e outros (9%). Vale destacar que os três primeiros segmentos, que totalizam 79% do mercado, representaram 89% do uso final dado à celulose comercializada pela Controlada no ano de 2011 (fonte: End Use Survey – Oct/11, PPPC).

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

De acordo com Hawkins Wright, o total da capacidade de celulose de eucalipto no mundo em 2012 foi de 17,0 milhões de toneladas, sendo predominantemente produzida na América Latina com 14,0 milhões de toneladas. O Brasil é o maior produtor do mundo de celulose de eucalipto com 10,5 milhões de toneladas de capacidade em 2012, seguido do Chile com 2,4 milhões de toneladas. Outros tipos de fibra curta são produzidas em outras regiões, como, por exemplo, a Ásia. A mesma consultoria afirma que a produção de fibra longa concentra-se principalmente no hemisfério norte, sendo que Canadá e Estados Unidos são responsáveis por 52% do total produzido de fibra longa no mundo.

O mercado de celulose é conhecido pelo alto grau de fragmentação tornando-se um mercado de grande competitividade entre os produtores de celulose nas diferentes regiões. Essa característica do mercado dificulta a mensuração do *market share* dos concorrentes em cada região. De acordo com Hawkins Wright, considerando a produção mundial de celulose, a Controlada está na oitava posição com 3,1% do *market share*, sendo que o produtor líder de mercado detém somente 8,5% da produção mundial. Ao considerar apenas a produção mundial de celulose de fibra curta, a Controlada encontra-se na terceira posição com 6,5% do *market share*.

Maiores Produtores de Celulose de Mercado do Mundo			
Posição	Companhia	Pais / Região	Capacidade (mil toneladas/ano)
1	Fibria	Brasil	5.280
2	April	Indonésia, China	3.900
3	Arauco	Chile / Argentina	3.330
4	Georgia Pacific	EUA	2.305
5	CMPC	Chile	2.295
6	UPM-Kymmene	Finlândia / Uruguai	2.000
7	Sodra	Suécia / Noruega	1.990
8	Suzano	Brasil	1.920
9	Paper Excellence	Canadá e Europa	1.870
10	Weyerhaeuser	EUA / Canadá	1.815
11	Stora Enso	Europa / Brasil	1.770
12	Domtar	EUA / Canadá	1.610
13	IP	EUA / Rússia / França	1.565
14	Mercer	Canadá / Alemanha	1.510
15	Ilim	Rússia	1.460
16	Metsa Group	Finlândia	1.390
17	West Fraser	Canadá	1.370
18	ENCE	Espanha	1.340
19	Canfor Corporation	Canadá	1.205
20	Cenibra	Brasil	1.200
20 maiores produtores			41.125

Fonte: Outlook for Market Pulp – Dez/12, Hawkins Wright

A participação de mercado da Controlada varia em cada uma das regiões que atua. Na América Latina o *market share* da Controlada no mercado de celulose foi de 23,5% do total da demanda da região em 2012, seguido da China com *market share* de 8,6%, Europa com 6,2%, América do Norte com 4,7%, além de outras regiões com menor participação.

O Brasil apresenta custos de produção entre os mais baixos do mundo. A Controlada apresenta abaixo o gráfico com o custo-caixa (CIF Europa) de celulose de mercado, que compreende os custos totais de produção com exclusão da depreciação e exaustão. Os dados foram apurados pela Hawkins Wright em dezembro de 2012, os valores foram expressos em dólares por tonelada e demonstram que o custo de produção de celulose no Brasil é o menor registrado dentre os países analisados.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais



7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

10 maiores produtos mundiais de Papéis para Imprimir e Escrever Não Revestidos – 2011 (mil toneladas)

	Companhia	País / Região	Produção
1	International Paper	EUA, Brasil, Europa	4.400
2	Domtar	EUA	3.300
3	APP / Sinar Mas	China	2.250
4	Nippon Paper Group	Ásia	2.050
5	UPM	Europa / Ásia	1.750
6	Mondi	Europa	1.700
7	Portucel Soporcel	Europa	1.600
8	Stora Enso	Europa	1.400
9	Boise	EUA	1.050
10	Georgia-Pacific	EUA	1.000
	10 maiores produtores		20.500
	Total global		56.944
	Market share 10 maiores produtores		36%

Fonte: Pöyry Management Consulting – World Paper Markets up to 2025

10 maiores produtos mundiais de Papéis para Imprimir e Escrever Revestidos – 2011 (mil toneladas)

	Companhia	País / Região	Produção
1	International Paper	EUA, Europa, Ásia	2.700
2	Stora Enso	Europa	2.550
3	MeadWestvaco	EUA	2.200
4	Grapchi Packing	EUA	1.800
5	APP / Sinar Mas	Ásia	1.700
6	Nine Dragons	Ásia	1.500
7	Mayr-Melnhof	Europa	1.400
8	Smurfit Kappa	Europa / América Latina	1.300
9	RockTenn	EUA	1.200
10	Reno De Medici	Europa	1.000
	10 maiores produtores		17.350
	Total global		51.029
	Market share 10 maiores produtores		34%

Fonte: Pöyry Management Consulting – World Paper Markets up to 2025

10 maiores produtos mundiais de Papéis para Embalagem – 2011 (mil toneladas)

	Companhia	País / Região	Produção
1	APP / Sinar Mas	Europa, China	4.500
2	Sappi	EUA, Europa	3.450
3	Newpage	EUA	2.050
4	UPM	Europa / Ásia	1.950
5	Stora Enso	Europa / Ásia	1.700
6	Oji	Japão	1.650
7	Lecta	Europa	1.450
8	Shandong Chenming	Ásia	1.400
9	Burgo	Europa	1.400
10	Hokuetsu Kishu	Ásia	1.200
	10 maiores produtores		20.650
	Total global		33.306
	Market share 10 maiores produtores		62%

Fonte: Pöyry Management Consulting – World Paper Markets up to 2025

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Nos segmentos em que atua, a Controlada possui 0,8% de participação no mercado mundial, sendo 1,0% no mercado de imprimir e escrever e 0,5% do mercado de papéis para embalagem.

A Controlada comercializa mais de 80% das vendas de papel na América do Sul e Central, região foco de sua atuação. A participação de mercado da Controlada varia em cada uma das regiões que atua. No Brasil, onde sua presença é mais significativa, seu *market share* nos papéis de imprimir e escrever, mercado no qual a Controlada é líder, foi de 23,8% e 31,4% e 35,7% e no papelcartão 26,2%, 26,6% e 25,8%, nos anos de 2010, 2011 e 2012, respectivamente, conforme dados divulgados pela Associação Brasileira de Papel e Celulose (Bracelpa).

No exterior, as vendas para países da América Latina representaram, respectivamente, 40,3%, 41,6% e 48,1% do total de exportações de papel em 2010, 2011 e 2012. As vendas para a Europa representaram 23,0%, 21,8% e 16,0% do total de exportações de papel em 2010, 2011 e 2012, para a América do Norte as exportações representaram 27,4%, 28,9% e 25,8% nestes mesmos períodos.

Os preços de papel tendem a ser menos voláteis em relação aos preços da celulose. No entanto, sendo a celulose um insumo relevante em termos de custos na produção de papel, aumentos no preço desse insumo tendem a influenciar os preços mundiais de papel. Em 2012, o preço médio da celulose de eucalipto comercializada pela Controlada foi de R\$ 1.185/ tonelada enquanto que o preço líquido médio do papel foi de R\$ 2.230/tonelada.

d) Eventual sazonalidade

Os produtos florestais, como celulose e papel, são tipicamente cíclicos. Oscilações nos estoques são frequentemente importantes na determinação dos preços. Ademais, a demanda por papel depende muito das condições econômicas gerais e, tendo em vista que a capacidade de produção se ajusta lentamente às mudanças na demanda, estas também contribuem para a natureza cíclica da indústria.

Especificamente no Brasil, a demanda por papéis apresenta-se mais aquecida no segundo semestre de cada ano, principalmente, em função de fatores como programas governamentais, a exemplo do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), e a produção de livros e cadernos para a volta às aulas. Mudanças na capacidade de produção também podem influenciar os preços.

Em comparação ao mercado de celulose, o mercado de papel apresenta um número maior de produtores e consumidores e maior diferenciação por produto. Apesar do preço do papel ser cíclico e estar historicamente atrelado ao preço da celulose, com uma ligeira diferença temporal, ele é, em geral, considerado menos volátil do que o preço da celulose. Os principais fatores que afetam o preço do papel são a atividade econômica, a capacidade de expansão da produção e a flutuação nas taxas de câmbio.

Não obstante, os impactos da sazonalidade dos negócios da Controlada Suzano Papel e Celulose não provocaram impactos significativos nos trimestres e na apuração dos resultados anuais nos três últimos exercícios. Por essa razão, a Controlada Suzano Papel e Celulose não mensurou impactos da sazonalidade nos seus resultados.

e) Principais insumos e matérias primas, informando: (i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável; (ii) eventual dependência de poucos fornecedores; e (iii) eventual volatilidade em seus preços

Os principais insumos se referem a controlada Suzano Papel e Celulose S.A., conforme demonstramos abaixo.

Os principais insumos e matérias primas utilizados pela Controlada em seu processo produtivo são: madeira, energia, produtos químicos e água.

Matérias Primas

As principais matérias-primas utilizadas na produção de papel e celulose estão descritas abaixo:

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

- Madeira, Papel Reciclado e Pastas Mecânicas

A Controlada utiliza três fontes de fibras na produção de seus papéis (i) celulose que a própria Controlada produz; (ii) papéis reciclados; e (iii) pastas mecânicas. O papel reciclado pré e pós consumo e as pastas mecânicas são usados nas camadas interiores de alguns tipos de papelcartão. O papel reciclado serve também de matéria-prima para a produção do papel Reciclato da Controlada (o primeiro papel reciclado para imprimir e escrever não revestido produzido em escala industrial no Brasil, cuja produção foi iniciada em 2001). A Controlada utiliza o eucalipto para a produção de toda sua celulose.

- Energia

A Controlada utiliza diversas fontes de energia. A principal delas, produzida no próprio processo de fabricação da celulose, é resultante da queima do licor negro na caldeira de recuperação. O vapor produzido nesta queima é empregado na geração de energia elétrica e em diversos outros usos no processo produtivo da Controlada. Uma segunda fonte de energia, também associada ao processo de produção, consiste na queima de resíduos florestais (cascas e galhos de eucalipto) em uma caldeira auxiliar, onde também podem ser utilizados gás natural e óleo combustível.

A Controlada trabalha em direção à redução do consumo de energia e à autossuficiência. Na unidade Mucuri, por exemplo, são produzidos internamente cerca de 97,8% da energia consumida, em sua maior parte a partir de fontes renováveis, com aplicação do reuso dos resíduos da madeira. Isso é possível graças ao processo de recuperação química utilizado nas indústrias. O processo Kraft possibilita à Controlada recuperar os químicos utilizados na polpação e, ao mesmo tempo, permite o uso dos resíduos do cozimento da madeira para gerar energia. Depois dessa etapa, o processo de recuperação química é completado com a cal virgem, que, juntamente com o sulfato de sódio e a soda, irão compor o licor verde e o licor branco, que retornarão ao início do processo para novo cozimento de madeira, com o mínimo de reposição. Isso permite ganhos ambientais diretos com a redução de resíduos e a geração de energia.

Em 2012 a Controlada detinha participação de 17,9% na UHE Amador Aguiar, Sendo assim, toda a necessidade de aquisição de energia elétrica das unidades Suzano, Embu e Rio Verde estava equacionada, e a única oscilação de preços à qual a Controlada estava exposta era referente à distribuição da energia produzida na Usina Amador Aguiar entregue na rede elétrica e utilizada nas unidades fabris.

Essa participação na UHE Amador Aguiar foi vendida em 28 de dezembro de 2012, vide item 6.3. Dessa forma a Controlada ficará exposta a oscilação de preços do mercado até a entrada em operação da Unidade Maranhão, prevista para o quarto trimestre de 2013. A operação desta Unidade gerará um excedente de energia de 100MW, equacionando assim a demanda de energia da Controlada para suas fábricas de papéis.

- Produtos Químicos

O processo produtivo de papel e celulose da Controlada utiliza diversos produtos químicos desde o cozimento da madeira até a aplicação de revestimento do papel, incluindo sulfato de sódio, hidróxido de sódio (soda cáustica), clorato de sódio, cloro, peróxido de hidrogênio e oxigênio. Na produção de papel de imprimir e escrever revestido, a Controlada utiliza diversos aditivos, incluindo, principalmente, caulim, carbonato de cálcio, látex, amidos, alvejantes e cola.

Todos os resíduos são tratados de forma a se adequar às práticas e padrões mais atuais da indústria mundial de papel e celulose. Os produtos químicos utilizados na indústria de papel e celulose são comumente utilizados em várias outras atividades industriais e não apresentam uma condição particularmente perigosa. Todas as regras de segurança relativas a transporte, armazenagem e produção são estritamente cumpridas pela Controlada. Além disso, a Controlada mantém uma apólice de seguro que cobre a responsabilidade oriunda de acidente no transporte, armazenagem ou produção de produtos químicos.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável;

Fornecedores e Relacionamento

Em 2012, a Controlada teve cerca de 6,2 mil fornecedores ativos, aos quais a Controlada procura permanentemente disseminar seus valores e práticas direcionados à gestão sustentável dos negócios. A Controlada mantém com os fornecedores um relacionamento transparente e pautado pela valorização.

Para selecioná-los, analisa-se a qualidade do produto e/ou serviço, a disponibilidade e as condições comerciais. Ademais, seguem-se critérios rigorosos na fase de qualificação, em que são cheçadas questões socioambientais, de saúde e segurança ocupacional e econômico-financeiras, assim como a adequação à legislação e a conformidade com as licenças ambientais. Caso o insumo demandado pela Controlada tenha grande impacto no produto final, seu fornecedor passa ainda por testes industriais. As relações da Controlada com os seus fornecedores não estão diretamente sujeitas a nenhum controle ou regulamentação governamental.

Para fortalecer o relacionamento, incluir os parceiros no dia-a-dia da Controlada, estimular e valorizar a excelência de trabalho dos fornecedores, a Controlada mantém o Prêmio Fornecedores Suzano que, em 2012, chegou à sua sexta edição. Os fornecedores foram premiados em quatro categorias: Logística (AGV Logística), Serviços (Tide Prestação de Serviço Florestal), Insumos (EKA Chemicals do Brasil), Inovação (Ecolab Química). A iniciativa também é uma forma de suscitar o debate sobre a excelência ao longo de toda a cadeia de produção e distribuição.

(ii) eventual dependência de poucos fornecedores;

A Controlada possui uma ampla e diversificada base de fornecedores, o que possibilita o atendimento satisfatório de suas necessidades de insumos, materiais e serviços e a mitigação dos riscos de concentração de fornecimento, sem prejuízo, no entanto, do estabelecimento de relações de parcerias, e sem que isso implique compromissos de exclusividade. Embora a Controlada entenda que não exista dependência significativa em relação a fornecedores, alguns insumos podem possuir menor número de fornecedores capacitados ou habilitados no mercado doméstico, de acordo com o grau de especificidade. Entretanto, a Controlada sempre avalia todas as opções disponíveis no mercado nacional, assim como de importação.

Fornecedores de Matérias Primas

- Madeira, Papel Reciclado e Pastas Mecânicas

Da demanda de madeira da Controlada em 2012, a maior parte teve origem em seus plantios, e o restante foi suprido por fornecedores incluídos no programa de fomento da Controlada. Estes fornecedores vendem sua madeira em grande parte para a Controlada, a qual lhes fornece assistência técnica, mudas de eucalipto e insumos necessários para o processo de cultivo do eucalipto.

- Produtos Químicos

Há produtos químicos fornecidos por um reduzido número de fornecedores. Para itens de maior complexidade técnica, menor disponibilidade ou com poucas fontes de fornecimento disponíveis são estabelecidos contratos comerciais de longo prazo. Para minimizar ou eliminar a dependência de suprimentos, o mercado fornecedor é mapeado considerando-se oferta de produtos, concentração de mercado e complexidade técnica de substituição visando estabelecer contratação por item.

(iii) eventual volatilidade em seus preços.

- Madeira, Papel Reciclado e Pastas Mecânicas

Os contratos de compra de madeira são normalmente firmados pelo prazo médio de 7 anos, correspondente a um ciclo de corte, com condições de volume e preço pré-estabelecidas e reajuste anual pelo índice de inflação medido pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). A madeira respondeu por

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

27,9% dos custos totais de produção da Controlada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012. A pasta mecânica e o papel reciclado acompanham o preço de mercado.

- Produtos Químicos

Os preços dos produtos químicos no Brasil geralmente sofrem flutuação relacionada aos preços internacionais e à taxa de câmbio vigente. Relacionamentos de longo prazo entre a Controlada e seus fornecedores locais tem sido um fator importante na estabilização dos preços e na regularidade de fornecimento. Quando necessário, a Controlada pode importar produtos químicos de forma a equilibrar a volatilidade nos preços locais.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, produtos químicos, que incluem insumos, matriz energética, vestimentas e acondicionamento, responderam por 42,4% dos custos de produção da Controlada.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

7.4. Clientes relevantes (responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia), de acordo com as últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social, informando (a) o montante total de receitas provenientes do cliente; e (b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente:

A controlada Suzano Papel e Celulose S.A., principal responsável pelas receitas da Companhia não possui nenhum cliente que seja responsável por mais de 10% de sua receita líquida total.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

7.5. Efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades da Companhia:

a) Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

A necessidade autorizações governamentais se referem ao exercício das atividades da controlada Suzano Papel e Celulose S.A. e são descritas abaixo.

A Controlada mantém relações de qualidade com a administração pública em todos os níveis – em âmbito nacional, estadual e nos municípios em que atua.

Como uma empresa de base florestal e produtora de papel e celulose, a Controlada segue as legislações e regulamentos referentes às suas atividades e linhas de negócio, relacionados a emissões atmosféricas, descarga de efluentes, resíduos sólidos, odores e reflorestamento. Exemplos de tais regulações e legislações são: o Código Florestal, a Lei da Mata Atlântica, CONAMA 357, Portaria 518 do Ministério da Saúde, Decreto nº. 4.887/2003 e a Lei de Biossegurança nº 11.105, entre outros.

Historicamente, a Controlada acredita manter um bom relacionamento com todas as autoridades reguladoras, tendo cumprido as condicionantes aplicáveis a cada licença obtida para o atual estágio de seus negócios, assim como satisfaz eventuais pedidos de esclarecimentos realizados por tais autoridades.

Além disso, a Controlada está adequada à Política Nacional do Meio Ambiente, a qual determina o licenciamento ambiental prévio para atividades que utilizam recursos naturais. Dessa forma, realiza todos os trâmites legais e técnicos necessários para obtenção de licenças junto aos órgãos reguladores, tanto para a formação de suas bases florestais quanto para a implantação de suas unidades industriais. Vale ressaltar, que a Controlada possui as autorizações necessárias para a aquisição e utilização de produtos químicos controlados pela polícia federal ou outros órgãos.

As unidades industriais da Controlada e as áreas de plantio possuem as autorizações e licenças exigidas pelos órgãos governamentais.

Considerando o ciclo de crescimento atual da Controlada, que prevê a construção de novas unidades industriais, a Controlada está seguindo as exigências previstas em lei para a obtenção de todas as licenças e autorizações junto aos órgãos governamentais, tanto no âmbito federal, como no estadual e no municipal, para o desenvolvimento destes novos empreendimentos.

O processo de licenciamento ambiental para um estabelecimento industrial ocorre em três fases, sendo que a cada fase corresponde uma licença, conforme abaixo descritas. Cada licença está condicionada à conclusão da fase antecedente e cumprimento das respectivas condicionantes.

- Licença prévia ("LP"): é concedida durante o estágio preliminar de planejamento do empreendimento e fornece (i) aprovação para localização e concepção do empreendimento, (ii) a viabilidade ambiental do empreendimento e (iii) os requisitos básicos a serem atendidos durante as fases subsequentes de implementação do empreendimento;

- Licença de instalação ("LI"): autoriza a instalação do empreendimento, de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados pelas autoridades; e

- Licença de Operação ("LO"): autoriza a operação do empreendimento, após (i) o efetivo cumprimento das licenças descritas acima e (ii) confirmação pelas autoridades de que as medidas de controle ambientais requeridas para a operação tenham sido cumpridas. Uma vez obtida a LO, o estabelecimento pode iniciar as suas atividades, devendo essa licença ser renovada em prazos específicos.

Além do cumprimento de condicionantes técnicas, há a obrigação de elaboração e apresentação de relatórios técnicos ambientais, dentre os quais destaca-se o estudo de impacto ambiental, exigido nos demais casos em que há grande impacto ambiental.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

b) Política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental:

A política ambiental das atividades se refere à controlada Suzano Papel e Celulose S.A. e são descritas abaixo.

A política ambiental da Controlada estabelece o compromisso desta em relação à preservação do meio ambiente, por meio da redução do consumo dos recursos naturais e da mitigação dos impactos de suas atividades. Nesse sentido, foram investidos, no ano de 2011, cerca de R\$ 60 milhões em medidas operacionais capazes de minimizar os impactos de nossas atividades. Um dos frutos foi a redução significativa de emissões de materiais particulados na Unidade Mucuri. Já na Unidade de Negócio Florestal, investimos cerca de R\$ 7 milhões em monitoramento e conservação dos recursos naturais, restauração e projetos de educação ambiental, entre outros. Para maiores informações sobre as políticas e ações relacionadas ao meio ambiente e sustentabilidade, queira acessar nosso Relatório de Sustentabilidade periodicamente atualizado, disponível no website da Controlada <http://www.suzano.com.br/portal/grupo-suzano.htm>.

A política ambiental da Controlada tem como diretrizes:

- (i) contribuir para o desenvolvimento econômico e social em harmonia com a preservação ambiental por meio de processos de gestão inovadores e pioneiros, mantendo-se como referência de empresa ambientalmente responsável;
- (ii) assumir atitude de prevenção da poluição desde a pesquisa e cobrindo o projeto, a instalação, a operação, a comercialização e o uso de seus produtos;
- (iii) desenvolver e estimular ações de educação ambiental por meio de uma abordagem sistêmica e participativa, que promova uma atitude consciente e responsável entre seus colaboradores, parceiros e comunidade;
- (iv) empreender ações, buscando a sustentabilidade dos recursos hídricos, da atmosfera, do solo e da biodiversidade nas áreas sob influência da Controlada; e
- (v) compartilhar com os segmentos organizados da sociedade o uso e o desenvolvimento de programas de conservação e manejo sustentável dos recursos naturais.

A Política Ambiental e o sistema de gestão de meio ambiente da Controlada estão alinhados aos padrões internacionais mais avançados. Temos a certificação ISO 14001, que atesta nosso sistema de gestão ambiental, em todas as nossas Unidades industriais e florestais, sendo que a Unidade Mucuri foi a primeira do setor a conquistar essa certificação em 1996. Também detemos o selo internacional FSC (Forest Stewardish Council), que atesta que o nosso manejo florestal é ambientalmente correto e socialmente justo. Este selo, elaborado por diversas organizações internacionais, tem forte reconhecimento mundial e está presente em diversos produtos da Controlada e de seus clientes que utilizam nossa celulose e nosso papel.

A sustentabilidade pauta todas as ações e intenções da Controlada, entendida como a capacidade de permitir que os ciclos de crescimento se renovem, o que implica em construir bases para uma expansão que integre operações competitivas, responsabilidade socioambiental e relacionamentos de qualidade. A empresa mantém uma área de inteligência dedicada exclusivamente ao tema que tem como desafios relacionar todas as ações de sustentabilidade à estratégia de crescimento e fazer com que o conceito permeie, na prática, a totalidade dos negócios. Essa forma de gestão inova ao embutir a mudança cultural, que em 2011 foi revelada em diversas frentes. A consolidação do Conselho Consultivo Controlada de Sustentabilidade, composto por até 18 profissionais – convidados externos e gestores internos. O órgão tem por objetivo promover discussões e receber contribuições relacionadas às estratégias de sustentabilidade.

A Controlada também deu continuidade à estruturação do Plano Diretor de Sustentabilidade que, construído em parceria com o Instituto Ecofuturo, será a espinha dorsal e tem como objetivo nos levar a ser referência no tema.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Gestão ambiental e certificações

O alinhamento das práticas a esse entendimento se traduz, entre outras conquistas, na manutenção de 377 mil hectares de áreas certificadas pelo Forest Stewardship Council (FSC), no fato de ter sido a primeira empresa do setor no mundo a calcular a pegada de carbono e na detenção de amplo escopo de certificações: além do FSC, a ISO 9001, ISO 14001, OHSAS 18001, SA 8000 e Cerflor.

Atuamos, portanto, sob o rígido cumprimento de leis e regulamentos ambientais.

Água

Em relação ao consumo de água nas suas unidades fabris, a Controlada possui como desafio tornar-se referência até o ano de 2017. Assim, foram estabelecidas no Ciclo de Planejamento Estratégico metas de consumo, cujo acompanhamento é realizado diariamente em painel eletrônico à vista, e pela manutenção de Grupos de Trabalho direcionados especificamente ao tratamento do tema. Na Unidade Suzano, o consumo específico já passou de 44 m³ para cerca de 34 m³ por tonelada. A meta é chegar a 26 m³ por tonelada até 2017.

Em 2011, também foi desenvolvido o projeto, na unidade florestal, de substituição dos tubetes de mudas de plástico, até então usados no viveiro do Piauí, por confeccionados com material biodegradável, o que reduziu os custos do processo de plantio e, proporcionou a redução do consumo de água, por serem mais ambientalmente corretos, pela sua característica de biodegradáveis e por não consumirem água para a lavagem.

Resíduos

A Controlada decidiu ampliar a unidade de compostagem da unidade de Limeira para atender as unidades de Rio Verde e Suzano. Esse projeto também foi estendido para a unidade de Mucuri que sediará uma unidade de compostagem responsável por absorver todos os resíduos industriais, que integrarão um composto a ser aplicado em nossas áreas florestais. Com a reutilização, atribuindo assim valor agregado aos resíduos, que se transforma em produto. O objetivo é valorizar o material por meio da formação de blends – experiência que já foi testada em conjunto pelas áreas industrial e florestal e se mostrou bem-sucedida. Após o beneficiamento, o insumo agrícola produzido a partir dos resíduos retorna à Controlada e é utilizado em nossas plantações de eucalipto, o que significa o fechamento de um ciclo que visa não apenas o fim da disposição em aterros, mas também a garantia da eficácia do reuso.

No mesmo sentido, a companhia lançou em 2010 o ArtPremium PCR 30% (Post Consumption Recycled ou Reciclado Pós-Consumo), papelcartão que traz em sua composição 30% de aparas pós-consumo recuperadas de embalagens longa vida. O produto, que conta com a certificação FSC, foi desenvolvido em parceria com a Tetra Pak – empresa de soluções para processamento e envase de alimentos – e a Ciclo, fabricante de telhas para a construção civil. As aparas pós-consumo são fornecidas por cooperativas de catadores de material reciclado, o que contribui para a manutenção de emprego e renda na medida em que a meta é adquirir 100 toneladas/mês do material. Na separação das aparas de papel das embalagens, o polietileno (plástico) e o alumínio são vendidos para a Ciclo, que os reutiliza na produção de telhas.

Biodiversidade

A Controlada destina aproximadamente 39% de suas áreas à conservação, o que representa 322 mil hectares distribuídos pelos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Maranhão, Tocantins e Piauí, considerando áreas de reserva legal, de preservação permanente e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), entre outras.

Em 2011, a Controlada deu continuidade parceria com a organização não governamental The Nature Conservancy - TNC, para a elaboração de Planos de Conservação da Biodiversidade que abrangerão os remanescentes florestais nos biomas Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga. O projeto foi iniciado no Estado de São Paulo, onde a TNC avaliou as áreas naturais das propriedades da empresa – mais de 60 mil hectares de Mata Atlântica e cerca de 27 mil hectares de Cerrado –, o que resultou no Plano de Conservação de Áreas (PCA), com estratégias de preservação

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

da biodiversidade. O objetivo é estender o planejamento às demais áreas florestais.

A Controlada mantém ainda o Programa Integrado de Monitoramento de Fauna nas Florestas nas Áreas de Alto Valor de Conservação (AAVC) da Bahia, do Espírito Santo, de Minas Gerais e São Paulo. No âmbito da iniciativa foi concluída a 2ª Campanha do Programa de Monitoramento Integrado de Fauna, em São Paulo, que revelou o bom estado de conservação das áreas, onde estão presentes 582 espécies, entre avifauna, herpetofauna e mastofauna terrestre e voadora. Várias delas são endêmicas, ameaçadas de extinção e sensíveis a alterações ambientais.

Além disso, em 2011 a Controlada participou de diversos fóruns de biodiversidade, incluindo o Movimento Empresarial pela Biodiversidade (MEB), que visa promover a mobilização dos empresários nacionais, com o apoio de organização da sociedade civil, para a construção de uma agenda positiva para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade. Câmara Técnica de Biodiversidade do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), que promoveu oficinas de capacitação em ferramentas de valoração de serviços ecossistêmicos.

Mudanças Climáticas

Já o tema das mudanças climáticas incorpora a contínua busca da Controlada pela adoção de melhores práticas na gestão de emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE), o que compreende os pilares de quantificação, redução e compensação.

No pilar quantificação, a Controlada é referência por ter sido a primeira empresa da América Latina e a primeira do setor de celulose e papel no mundo a calcular a pegada de carbono conquistando a certificação Carbon Reduction Label, concedida pelo Carbon Trust com base na metodologia PAS 2050. A mensuração da pegada de carbono que significa, quantificar os GEE emitidos durante todo o ciclo de vida dos produtos, foi iniciada em 2010, com a celulose Suzano Pulp, produzida na Unidade Mucuri (BA), cujos primeiros resultados foram divulgados a partir do exercício seguinte. A prática foi estendida, aos produtos Alta Alvura, Paperfect, Symetrique e linha de papéis para imprimir e escrever Suzano Report também certificadas pelo Carbon Trust.

Ainda se tratando de quantificações de emissões, a Controlada também realiza há oito anos o Inventário Corporativo de Emissões de GEE, que calcula as emissões de determinadas etapas da cadeia de produção, considerando as emissões diretas provenientes das atividades de controle operacional da empresa (escopo 1), emissões indiretas oriundas do consumo de energia elétrica (escopo 2) e atividades associadas a sua cadeia de produção, porém não controladas pela empresa (escopo 3), conforme metodologia GHG Protocol, do World Resources Institute (WRI). O resultado apurado em 2010 foi de 1.068.267,2 toneladas de CO2 equivalente, para os três escopos.

O Inventário de 2011 está sob elaboração e será divulgado no próximo Relatório de Sustentabilidade.

As ações da Controlada em relação ao tema de Mudanças Climáticas vão ao encontro de sua estratégia em buscar a sustentabilidade de suas atividades e garantir aos clientes e consumidores resultados transparentes, com a adoção das melhores práticas. Além disso, representa uma oportunidade de negócio, dada à crescente demanda dos consumidores por produtos sustentáveis.

Outro lançamento inovador foi do Suzano Report 360°, que representa mais um passo na estratégia relacionada a mudanças climáticas, já que o produto tem sua pegada de carbono calculada e compensada.

c) Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties se referem ao desenvolvimento das atividades da controlada Suzano Papel e Celulose S.A. e são descritas abaixo.

As atividades da Controlada de pesquisa e desenvolvimento estão principalmente direcionadas ao incremento da produtividade da madeira de eucalipto e à otimização dos processos industriais, fazendo com que a produção seja

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

mais eficiente e sejam desenvolvidos novos produtos por intermédio de: (i) melhoria no uso da fibra de eucalipto na produção de celulose, papel e papelcartão; (ii) desenvolvimento e implementação de tecnologia mais eficiente para o processo produtivo e para a reciclagem de sobras e aparas de papel; e (iii) condução de pesquisa ambiental.

Adicionalmente, a Controlada participa de projetos de pesquisa para o mapeamento do genoma do eucalipto, com vistas à possibilidade de futura utilização desta tecnologia, desenvolve pesquisas em biotecnologia em laboratórios para cultura de tecidos e mapeamento dos marcadores moleculares, e mantém relacionamento próximo com várias universidades e institutos particulares de pesquisa tanto no Brasil quanto no exterior.

A Controlada atua no mercado mundial, oferecendo celulose e uma completa gama de papéis e cartões, representadas por suas marcas registradas – ou em processo de registro – na América Latina, América do Norte, União Européia e Ásia. No Brasil, a Controlada possui diversas marcas registradas perante o INPI, incluindo, dentre as mais relevantes: Report, Pólen, Paperfect, Alta Alvura, Reciclato, papelcartão Supremo, TP White, Super 6, Couché Suzano, Kromma e SUZANO PULP.

Apesar das atividades de pesquisa e desenvolvimento e dos investimentos feitos em suas marcas, a Controlada não é dependente de quaisquer patentes, marcas, licenças, contratos de royalties ou industriais ou novos processos produtivos em específico que sejam de importância fundamental para seus negócios ou resultados.

Para mais informações sobre os ativos de propriedade intelectual da Controlada, ver item 9 Ativos Relevantes deste Formulário de Referência.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

7.6. Informações acerca dos países em que a Companhia obtém receitas relevantes:

As informações se referem às receitas obtidas de sua principal controlada, Suzano Papel e Celulose S.A.:

a) Receitas provenientes dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

CELULOSE - BRASIL		
Exercício findo em:	Receita (R\$ mil)	% sobre receita líquida total
31/12/2012	457.633	8,8
31/12/2011	390.695	8,1
31/12/2010	354.836	7,9

PAPEL - BRASIL		
Exercício findo em:	Receita (R\$ mil)	% sobre receita líquida total
31/12/2012	2.068.146	39,8
31/12/2011	1.857.700	38,3
31/12/2010	1.559.970	34,6

b) Receitas provenientes dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

CELULOSE	31/12/2012		31/12/2011		31/12/2010	
	Receita (R\$ mil)	% ¹	Receita (R\$ mil)	% ¹	Receita (R\$ mil)	% ¹
Região						
Ásia ²	776.396	15,0	705.989	14,6	693.258	15,4
Europa ³	718.812	13,8	640.139	13,2	764.477	16,9
América Do Norte	190.827	3,7	241.683	5,0	195.915	4,3
América do Sul e Central ⁴	45.063	0,9	34.430	0,7	9.807	0,2
Total	1.731.098	33,3	1.622.241	33,5	1.663.457	36,9

¹ % Calculado sobre receitas líquidas totais

² Os países mais relevantes são: China, Hong Kong, Coreia do Sul e Japão

³ Os países mais relevantes são: Itália, França, Áustria, Alemanha, Reino Unido e Espanha

⁴ Os países mais relevantes são: Argentina, Colômbia e Equador

PAPEL	31/12/2011		31/12/2011		31/12/2010	
	Receita (R\$ mil)	% ¹	Receita (R\$ mil)	% ¹	Receita (R\$ mil)	% ¹
Região						
Ásia ²	53.808	1,0	61.081	1,3	70.585	1,6
Europa ³	149.632	2,9	205.875	4,2	208.731	4,6
América Do Norte	289.635	5,6	285.007	5,9	264.570	5,9
América do Sul e Central ⁴	437.919	8,4	422.285	8,7	387.657	8,6
Outros ⁵	4.421	0,1	3.104	0,1	4.077	0,1
Total	935.415	18,0	977.352	20,2	935.620	20,7

¹ % Calculado sobre receitas líquidas totais

² Os países mais relevantes são: Egito, Irã, Arábia Saudita e Líbano

³ Os países mais relevantes são: Reino Unido, Itália, França, Bélgica e Espanha

⁴ Os países mais relevantes são: Argentina, Paraguai, Peru, Colômbia, Venezuela e Equador

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

c) Receita total proveniente dos países estrangeiros e sua participação da receita líquida total do emissor

CELULOSE - EXTERIOR		
Exercício findo em:	Receita (R\$ mil)	% sobre receita líquida total
31/12/2012	1.731.098	33,3
31/12/2011	1.622.241	33,5
31/12/2010	1.663.457	36,9

PAPEL - EXTERIOR		
Exercício findo em:	Receita (R\$ mil)	% sobre receita líquida total
31/12/2012	935.415	18,0
31/12/2011	977.352	20,2
31/12/2010	935.620	20,7

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

7.7. Regulação dos países em que a Companhia obtém receitas relevantes:

A Controlada Suzano Papel e Celulose S.A. exporta seus produtos para cerca de 80 países e está sujeita, assim como suas subsidiárias, à regulação usual de mercado nessas localidades, em especial nos campos comercial e tributário. As exigências e normas regulatórias destes países podem ser alteradas unilateralmente sem prévio aviso, devendo a Controlada observá-las. A observância de tais exigências e normas pode eventualmente exigir da Controlada dispêndios financeiros adicionais.

Além disso, a competitividade das companhias exportadoras brasileiras no mercado estrangeiro já levou alguns países a estabelecerem barreiras comerciais para limitar o acesso de companhias brasileiras aos seus mercados ou mesmo subsidiar os produtores locais. Alguns países impõem quotas de importação de produtos vindos do Brasil. Caso essas restrições sejam adotadas para os produtos exportados pela Controlada, as exportações da Controlada poderão ser afetadas adversamente.

Para assegurar o cumprimento contínuo das leis, normas e regulamentos existentes, a Controlada monitora toda e qualquer alteração das demandas de seus principais mercados, utilizando os seus escritórios regionais. Dessa forma, a Controlada cumpre com todas as exigências regulatórias relevantes aplicáveis aos mercados em que os seus produtos estão presentes.

Os principais países para os quais a Controlada exporta seus produtos estão mencionados no item 7.6 deste Formulário de Referência.

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

7.8. Outras relações de longo prazo relevantes da Companhia:

Todas as relações de longo prazo relevantes da Companhia foram descritas ao longo desse formulário.

7.9 - Outras informações relevantes

7.9. Outras informações relevantes:

Todas as informações relevantes da Companhia foram descritas nos itens anteriores.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

8.1. Descrição do grupo econômico em que se insere a Companhia

a) Controladores diretos e indiretos do emissor

Nosso capital social é dividido em ações ordinárias, preferenciais classe "A" e preferenciais classe "B". A tabela abaixo indica nossos acionistas controladores.

ACIONISTA	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS CLASSE "A"		PREFERENCIAIS CLASSE "B"		TOTAL	
	ações	(%)	ações	(%)	ações	(%)	ações	(%)
Fanny Feffer	19.471.470	27,500	17.696.891	25,807	8.069.675	27,522	45.238.036	26,816
Daniel Feffer	12.833.469	18,125	12.181.059	17,764	5.312.663	18,119	30.327.191	17,977
David Feffer	12.833.469	18,125	12.249.431	17,863	5.312.663	18,119	30.395.563	18,018
Jorge Feffer	12.833.469	18,125	12.087.374	17,627	5.312.663	18,119	30.233.506	17,922
Ruben Feffer	12.833.469	18,125	11.988.727	17,483	5.312.663	18,119	30.134.859	17,863
Outros*	-	-	2.369.295	3,456	3	-	2.369.298	1,404
TOTAL	70.805.346	100	68.572.777	100	29.320.330	100	168.698.453	100

* Considera-se "Outros" conselheiros de administração da Companhia e acionistas ligados aos acionistas controladores, titulares de ações preferenciais e, portanto, não integrantes do bloco de controle da Companhia.

b) e c) Controladas e coligadas e participações do emissor em sociedades do grupo

As tabelas abaixo indicam as nossas participações em sociedades pertencentes ao grupo:

(i) Suzano Papel e Celulose

ACIONISTA	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS				TOTAL	
	ações	(%)	PNA		PNB		ações	(%)
			ações	(%)	ações	(%)		
Suzano Holding S.A.	354.349.459	95,474	3.245.073	0,442	17.698	0,912	357.612.230	32,283

(ii) Premesa S.A.

ACIONISTA	AÇÕES ORDINÁRIAS	
	Quantidade	(%)
Suzano Holding S.A.	20.970	99,172

(iii) Nemopar S.A.

ACIONISTA	AÇÕES	
	Quantidade	(%)
Suzano Holding S.A.	3.952.446.864	100

(iv) Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.

QUOTISTA	QUOTAS	
	Quantidade	(%)
Suzano Holding S.A.	136.911	83,335

8.1 - Descrição do Grupo Econômico**(v) Polpar S.A.**

ACIONISTA	AÇÕES ORDINÁRIAS	
	Quantidade	(%)
Suzano Holding S.A.	102	0,138

d) Participações de sociedades do grupo no emissor

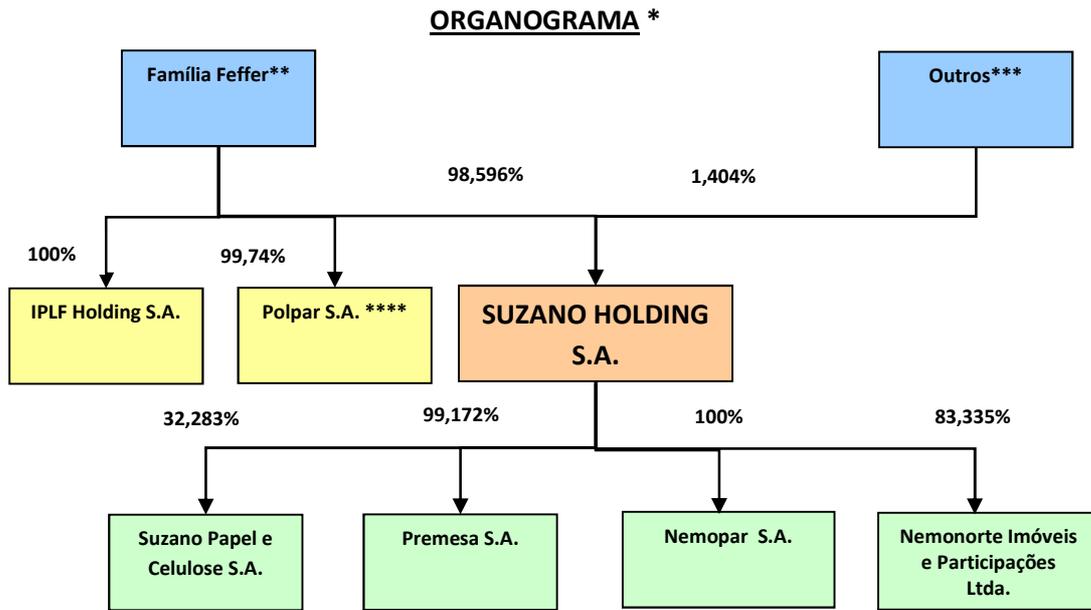
ACIONISTA	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS CLASSE "A"		PREFERENCIAIS CLASSE "B"		TOTAL	
	ações	(%)	ações	(%)	ações	(%)	ações	(%)
Polpar S.A.	-	-	267.786	0,391	-	-	267.786	0,159
IPLF Holding S.A.	-	-	3.908	0,006	-	-	3.908	0,002
TOTAL	-	-	271.694	0,397	-	-	271.694	0,161

e) Sociedades sob controle comum

A IPLF Holding S.A. e a Polpar S.A. são sociedades controladas pelos acionistas controladores da Companhia. As sociedades indicadas nos itens "b" e "c" acima são controladas pela Companhia.

8.2 - Organograma do Grupo Econômico

8.2. Organograma do grupo econômico em que se insere a Companhia:



* Participações no capital social total

** Considera-se "Família Feffer" todos os acionistas controladores indicados no item 8.1 (a) acima.

*** Considera-se "Outros" conselheiros de administração da Companhia e acionistas ligados aos acionistas controladores, titulares de ações preferenciais.

**** O organograma acima não contempla as participações da Companhia e da IPLF Holding S.A. na Polpar S.A., respectivamente de 0,138% e 0,118% do capital social total da Polpar S.A.

8.3 - Operações de reestruturação

Data da operação	28/05/2013
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Alienação de ativos importantes
Descrição da operação	A Suzano Papel e Celulose S.A. concluiu o processo de alienação da participação de que era titular, por intermédio de subsidiária, no Consórcio Capim Branco Energia. A participação da Suzano no Consórcio foi vendida à Vale S.A. e CEMIG Capim Branco S.A. e representava 81MW de potência instalada e 51MW médios de energia assegurada das usinas hidrelétricas Amador Aguiar I e Amador Aguiar II
<hr/>	
Data da operação	28/02/2011
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Aquisição e alienação de ativos importantes
Descrição da operação	A Suzano Papel e Celulose S.A. efetivou a aquisição das operações de distribuição de papel KSR, detidas pela Fibria, mediante o pagamento do preço total de R\$ 50 milhões, em 01/03/2011. Com a aquisição da KSR, a Suzano Papel e Celulose S.A. ampliou sua capilaridade e presença em diferentes regiões do Brasil, fortalecendo seu canal de distribuição de papel, e beneficiando diretamente os seus clientes.
<hr/>	
Data da operação	31/01/2011
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Aquisição e alienação de ativos importantes
Descrição da operação	A Suzano Papel e Celulose S.A. adquiriu a participação detida pela Fibria nos ativos do Conpacel que compreendem 50% (i) da fábrica de papel e celulose; e (ii) das terras próprias com área total aproximada de 76 mil hectares, e cerca de 71 mil hectares de plantio, sendo 53 mil hectares em áreas próprias e 18 mil hectares em áreas arrendadas. O preço de aquisição foi de R\$ 1.450 milhões.
<hr/>	
Data da operação	19/07/2010
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Aquisição e alienação de ativos importantes
Descrição da operação	A Suzano Papel e Celulose S.A., por meio de sua subsidiária Suzano Trading Ltd., concluiu o processo de aquisição indireta da totalidade do capital social da Futuragene plc. (atualmente denominada Futuragene Limited), empresa pioneira na pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia, direcionada para os mercados de culturas florestais e biocombustíveis, entre outros.
<hr/>	

8.4 - Outras informações relevantes

8.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este item foram divulgadas nos itens 8.1 a 8.3 acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1. Bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia, referente às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social:

Vide explicações nos itens 9.1.a, 9.1.b. e 9.1.c.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Devido à natureza de suas operações (holding com participação em outras sociedades), a Companhia não possui ativos imobilizados relevantes para o desenvolvimento das suas atividades.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Devido à natureza de suas operações (holding com participação em outras sociedades), a Companhia não possui patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia relevantes para o desenvolvimento das suas atividades.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	47.892.435/0001-51	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Conservação e administração de imóveis, especialmente próprios e de seus sócios, excluídas as atividades reservadas pela lei nº 6.350 de 12/05/1978.	83,330000
				Valor mercado				
31/12/2012	54,080000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2012	2.208.000,00		
31/12/2011	22,480000	0,000000	0,00					
31/12/2010	22,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Atividade principal da Companhia								
Nemopar Investimentos Ltd.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Bahamas			Sociedade de investimentos, que tem como objeto social a negociação de ações, debêntures, títulos ou outros valores mobiliários, commodities, contratos futuros, metais preciosos, imóveis, e atuação nos ramos de comércio de qualquer tipo ou na prestação de serviços correlatos. Empresa extinta em 22 de junho de 2011.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2010	266.591.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	-18,380000	0,000000	45.329.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Atividade principal da Companhia								
Nemopar S.A.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Uruguai			Participação, constituição ou aquisição de empresas.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2012	8,940000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2012	326.960.000,00		
31/12/2011	18,150000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Atividade principal da Companhia								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Premesa S.A.	61.142.469/0001-50	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Locação, incorporação e compra e venda de imóveis, e participação em outras sociedades.	96,300000
				Valor mercado				
31/12/2012	-3,180000	0,000000	5.169.000,00	Valor contábil	31/12/2012	22.845.000,00		
31/12/2011	21,320000	0,000000	0,00					
31/12/2010	31,840000	0,000000	3.683.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Atividade principal da Companhia								
Suzano Papel e Celulose S.A.	16.404.287/0001-55	1398-6	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Fabricação e a comercialização, no País e no exterior, de celulose e fibra curta de eucalipto e papel, além da formação e exploração de florestas de eucalipto para uso próprio e venda a terceiros.	32,810000
				Valor mercado		31/12/2012	2.510.294.000,00	
31/12/2012	1,110000	37,470000	28.050.000,00	Valor contábil	31/12/2012	3.609.023.000,00		
31/12/2011	-1,220000	-54,400000	60.486.000,00					
31/12/2010	10,470000	-5,880000	67.068.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Atividade principal da Companhia.								

9.2 - Outras informações relevantes

9.2. Outras informações que a Companhia julga relevantes:

Com relação ao item 9.1.c, após a dissolução da controlada Nemopar Investimentos Ltd., em 22 de junho de 2011, a Companhia passou a participar diretamente na Nemopar S.A.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.1. OS COMENTÁRIOS A SEGUIR REFEREM-SE ÀS 3 ÚLTIMAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO SOCIAL.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir com suas obrigações de curto e médio prazos.

Nos exercícios de 2012, 2011 e 2010 a Companhia registrou, respectivamente, prejuízo de R\$ 43,1 milhões, lucro líquido de R\$ 17,2 milhões e lucro líquido de R\$ 233,7 milhões. A geração de caixa operacional consolidada, medida pelo EBITDA, foi, respectivamente, de R\$ 1.230,9, R\$ 1.258,7 milhões e R\$ 1.671,4 milhões, nos mesmos períodos, demonstrando a consistência dos resultados operacionais da Companhia e de suas controladas.

Indicadores adicionais sobre as condições patrimoniais e financeiras da Companhia são apresentadas no item "10.1.b" abaixo.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) hipóteses de resgate; e (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2012, era de R\$ 2.823,9 milhões, representando um acréscimo de 1,04%, ou R\$ 29,1 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2011, e acréscimo de 0,44%, ou R\$ 12,3 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2010. O lucros (prejuízos) apurados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 foram de R\$ (43,1) milhões, R\$ 17,2 milhões e R\$ 233,7 milhões, respectivamente, e foram distribuídos juros sobre capital próprio e dividendos aos acionistas nos montantes de R\$ 25,5 milhões em 2011 e R\$ 64,6 milhões em 2010.

Não há previsão no Estatuto Social da Companhia de resgate de ações e não existe, no curto prazo, previsão ou intenção da administração da Companhia de propor a realização de tal evento.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria trabalha com o compromisso de manter o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia pautando seus projetos de crescimento em suas receitas de dividendos.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de recursos da Companhia são provenientes de dividendos e juros sobre capital próprio recebidos de suas controladas, além de aportes de acionistas, aplicações financeiras e novos negócios.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia possui uma geração de caixa consistente pelo recebimento de dividendos, juros sobre capital próprio e eventuais aportes de capital, com o intuito de cobertura de deficiências de liquidez.

As fontes de financiamento utilizadas em 31 de dezembro de 2012 pela Companhia para investimentos de curto e longo prazo estão indicadas nos itens "10.1.d." e "10.1. f."

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

f) Níveis de endividamento e características das dívidas, indicando (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Companhia

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possuía contrato de empréstimo junto ao BNDESPAR, no valor de R\$51,0 milhões, com taxa média de juros de TJLP + 4,5% ao ano e vencimento da última parcela em junho de 2018, além de um contrato de mútuo com sua controlada Nemopar S.A., sediada no Uruguai, com saldo no valor de US\$ 160 milhões e vencimento em setembro de 2020.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

NÃO APLICÁVEL.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Em agosto de 2012, ocorreu a conversão de 405.569 debêntures em ações na controlada Suzano Papel e Celulose, no montante de 110.591.272 ações ordinárias nominativas e 1.113.606 ações preferenciais classe "A", pelo valor fixado de R\$ 4,00 para cada ação convertida, totalizando R\$ 446.819. Contabilmente o valor foi transferido de "Créditos a receber de partes relacionadas – Realizável a longo prazo" para "Investimentos – Permanente".

Em junho de 2012, a Companhia subscreveu na controlada Suzano Papel e Celulose 119.605.766 ações ordinárias nominativas, 1.436.610 ações preferenciais classe "A" e 14.720 ações preferenciais classe "B", através de Oferta Pública de ações, pelo valor fixado de R\$ 4,00 para cada ação, totalizando R\$ 484,2 milhões. Os recursos para esta aquisição foram provenientes de créditos de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, efetuados pelos sócios.

Em junho de 2011, a Companhia adquiriu 405.862 debêntures mandatoriamente conversíveis em ações, emitidas pela controlada Suzano Papel e Celulose, no montante de R\$ 432,0 milhões, remuneradas pelo IPCA mais juros de 4,5% a.a. Os recursos para esta aquisição foram provenientes de créditos de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, efetuados pelos sócios.

Aumento de Capital: A Assembleia Geral Extraordinária de 08 de abril de 2010 aprovou o aumento de capital no valor de R\$ 206,9 milhões, mediante a subscrição particular de 15.597.892 ações ordinárias e 835.255 ações preferenciais, com créditos decorrentes de Adiantamentos efetuados para Futuro Aumento de Capital.

Empréstimos: Em 2010 a Companhia contratou um empréstimo junto ao BNDESPAR no montante de R\$72,2 milhões para aquisição de 5.263.014 ações ON da controlada Suzano Papel e Celulose.

Dividendos: nos exercícios de 2011 e 2010 foram distribuídos Juros sobre Capital Próprio e dividendos nos montantes de R\$ 25,5 milhões e R\$ 64,6 milhões respectivamente.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. Os comentários a seguir referem-se às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social

a) Resultados das operações da Companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O prejuízo da Suzano Holding no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 43,1 milhões, em comparação ao lucro líquido de R\$ 17,2 milhões em 31 de dezembro de 2011, e um lucro líquido de R\$ 233,7 milhões em 31 de dezembro de 2010. O principal fator que contribuiu para a reversão do lucro em 2012, e para a redução em 2011, foi o resultado da equivalência patrimonial apurado sobre o investimento na controlada Suzano Papel e Celulose, decorrente, respectivamente, da reversão e da redução do lucro dessa controlada, nos mesmos períodos. Outro fator registrado em 2011 foi a elevação das despesas operacionais líquidas, principalmente as despesas de participação nos resultados e despesas de consultoria.

(em milhares de reais)

	Exercícios findos em		
	31 de dezembro		
	2012	2011	2010
Equivalência patrimonial	(24.297)	46.705	231.611
Despesas operacionais, líquidas	(44.973)	(47.712)	(32.194)
Resultado financeiro líquido (1)	20.944	10.132	34.270
Imposto de renda e contribuição social	5.242	8.064	21
Lucro líquido	(43.084)	17.189	233.708
Abertura da equivalência patrimonial por controlada			
Suzano Papel e Celulose S.A.	(55.999)	7.465	234.242
Premesa S.A. e Nemonorte Imóveis e Part. Ltda.	4.870	5.703	4.908
	(51.129)	13.168	239.150
Nemopar S.A. e Nemopar Investimentos Ltd. (1)	26.832	33.537	(7.539)
	(24.297)	46.705	231.611

(1) Ganho (perda) sobre o investimento em moeda estrangeira, compensada com a (perda) ganho financeiro sobre o empréstimo externo com a controlada Nemopar S.A., influenciado pela variação do real em relação ao dólar. A Companhia passou a ter controle direto na Nemopar S.A., após a dissolução da controlada Nemopar Investimentos Ltd. em 22 de junho de 2011.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.3. Comentários dos Diretores em relação aos efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado, bem como seus impactos nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional no período em questão.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Conversão de 405.569 debêntures em ações na controlada Suzano Papel e Celulose, no montante de 110.591.272 ações ordinárias nominativas e 1.113.606 ações preferenciais classe "A", pelo valor fixado de R\$ 4,00 para cada ação convertida, totalizando R\$ 446.819.

A Companhia subscreveu na controlada Suzano Papel e Celulose 119.605.766 ações ordinárias nominativas, 1.436.610 ações preferenciais classe "A" e 14.720 ações preferenciais classe "B", através de Oferta Pública de ações, pelo valor fixado de R\$ 4,00 para cada ação, totalizando R\$ 484,2 milhões. Os recursos para esta aquisição foram provenientes de créditos de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, efetuados pelos sócios.

c) eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais no período em questão.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.4. Os comentários a seguir referem-se aos 3 últimos exercícios sociais

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis

Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo CPC, e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standard – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB").

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Não houve efeitos significativos das alterações em práticas contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram as primeiras apresentadas considerando a aplicação integral dos CPCs.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas no parecer dos auditores independentes para os períodos apresentados.

No parecer dos auditores foi incluído um parágrafo de ênfase relacionado às demonstrações contábeis da Controladora, ressaltando que aqueles números não estão em conformidade com as normas do IFRS, exclusivamente pela aplicação do método de equivalência patrimonial sobre os investimentos, visto que de acordo com as regras do IFRS, estes investimentos seriam avaliados pelo seu valor de custo ou valor justo.

10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Comentários dos Diretores em relação às políticas contábeis críticas da Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):

Políticas contábeis críticas

a) Provisões

As provisões são reconhecidas no balanço patrimonial para aquelas situações que apresentam, na data das demonstrações contábeis, grau de risco provável de desembolso futuro, e que possam ser mensuradas com segurança. As provisões para contingências são classificadas como tributárias, previdenciárias, trabalhistas e cíveis.

b) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração, para determinação do valor a ser registrado nessas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a análise de recuperação dos valores investidos; o imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos; as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; e a necessidade de provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

10.6. Comentários dos Diretores sobre controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Para auditar os resultados e a eficácia dos controles internos e práticas contábeis, a Companhia recorre a auditorias internas e externas. Os serviços de auditoria externa foram prestados pela empresa Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. até o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, com a qual a Companhia mantém contrato desde 2004. A partir de 1º de janeiro de 2012 os serviços de auditoria independente são prestados pela KPMG Auditores Independentes, cujos trabalhos possibilitam o aprimoramento dos controles internos, em especial os relacionados com aspectos fiscais, contábeis e de tecnologia da informação.

A área de auditoria interna, por sua vez, contribui significativamente para o aprimoramento dos processos e direcionamento das oportunidades de melhoria identificadas por meio de planos de ação tratados com prioridade pelas áreas. Além disto, tanto o plano de auditoria, como o resultado das respectivas auditorias, são apresentados para a Administração da Companhia.

Dessa forma, os Diretores acreditam que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações contábeis é satisfatório e está atenta às novas tecnologias e investimentos em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais.

b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os auditores externos da Companhia, durante a execução de seus trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis, identificaram necessidade de aprimoramento em determinados controles internos e fizeram recomendações à Administração, sendo que tais recomendações não representam deficiências que possam impactar significativamente as demonstrações contábeis da Companhia.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

10.7. Comentários dos Diretores acerca dos aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:

a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não aplicável.

b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável.

c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**10.8. Descrição dos Diretores sobre os itens relevantes não evidenciados nas últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social da Companhia:**

a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial, tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não possui nenhum ativo ou passivo material que não esteja refletido em suas Demonstrações Financeiras. Todas as suas participações em subsidiárias ou relacionamentos com as mesmas encontram-se registrados nas Demonstrações Financeiras.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.9. Comentários dos Diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8:

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável.

b) Natureza e propósito da operação

Não aplicável.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

10.10 - Plano de negócios

10.10. Comentários dos Diretores sobre os principais elementos do plano de negócios da Companhia:

a) Investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos)

Não há previsão de investimentos para a Companhia.

b) Aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável.

c) Novos produtos e serviços (inclusive descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, projetos em desenvolvimento já divulgados e montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços)

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

10.11. Comentários dos Diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11.1 Projeções divulgadas e premissas

A Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

11.2 ACOMPANHAMENTO DAS PROJEÇÕES

A Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

12.1. Estrutura administrativa da Companhia, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno:

a) Atribuições de cada órgão e comitê

A administração da Companhia é exercida por um Conselho de Administração e uma Diretoria. Não dispomos de comitês.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o nosso órgão de deliberação colegiada, responsável pelo estabelecimento das nossas políticas e diretrizes gerais de negócio, incluindo a nossa estratégia de longo prazo, o controle e a fiscalização de nossos diretores.

Nosso Estatuto Social estabeleceu um número mínimo de 5 (cinco) e máximo de 9 (nove) membros, dos quais um será o Presidente e outro o Vice-Presidente, e residentes ou não no país. Os conselheiros são eleitos em assembleia geral para um mandato unificado de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos e destituídos a qualquer momento, devendo permanecer em exercício nos respectivos cargos, até a investidura de seus sucessores.

A Lei das Sociedades por Ações e a Instrução CVM nº 165, de 11 de dezembro de 1991, conforme alterada, permitem a adoção do processo de voto múltiplo, que significa dar a cada ação o número de votos igual ao número de membros do Conselho de Administração, mediante requerimento de acionistas que representem, no mínimo, os seguintes percentuais de nosso capital social votante, de acordo com o valor do nosso capital social vigente no último dia do mês anterior à data de convocação para a nossa assembleia geral que tiver por ordem do dia a eleição de membros do Conselho de Administração de nossa Companhia:

Intervalo do Capital Social (R\$)	Percentual Mínimo do Capital Votante para Solicitação de Voto Múltiplo (%)
0 a 10.000.000	10
10.000.001 a 25.000.000	9
25.000.001 a 50.000.000	8
50.000.001 a 75.000.000	7
75.000.001 a 100.000.000	6
Acima de 100.000.001	5

A Lei das Sociedades por Ações permite que (i) a maioria dos acionistas minoritários detentores de ações ordinárias que, individualmente ou em grupo, detenham pelo menos 15% (quinze por cento) do capital social votante, e (ii) maioria dos acionistas detentores de ações preferenciais que, individualmente ou em grupo, detenham pelo menos 10% (dez por cento) do capital social total, indiquem, cada um, em votação em separado, um membro do Conselho de Administração em nossa assembleia geral. Caso os detentores de ações preferenciais e acionistas minoritários com direito a voto não detenham um número mínimo de ações para eleger um membro do Conselho de Administração, a maioria desses acionistas poderá eleger um membro do nosso Conselho de Administração, caso eles detenham, juntos, pelo menos 10% (dez por cento) do capital social total da Companhia.

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, não poderá ser eleito para o Conselho de Administração, salvo dispensa da assembleia geral, aquele que (i) ocupar cargo em sociedades consideradas nossas concorrentes; ou (ii) tiver interesse conflitante com o da nossa Companhia.

Nosso Conselho de Administração reúne-se sempre que necessário, mediante a convocação do seu Presidente, do seu Vice-Presidente ou do Diretor Presidente, com antecedência mínima de 2 (dois) dias e a indicação da ordem do dia, admitida a convocação por correio eletrônico. As reuniões do Conselho de Administração somente se instalarão com a presença da maioria de seus membros, sendo que qualquer deliberação deverá ser tomada mediante voto favorável da maioria dos membros presentes à reunião, entre os quais necessariamente o Presidente ou o Vice-Presidente, cabendo ao Presidente o voto de qualidade. Será dispensada esta formalidade, quando da reunião participarem 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho de Administração, entre os quais o seu Presidente ou o seu Vice-Presidente, e as deliberações, neste caso, forem tomadas por unanimidade de votos.

O nosso Estatuto Social permite a participação em reuniões do Conselho de Administração por telefone, vídeo-conferência ou outro meio de comunicação, hipótese em que o conselheiro deverá entregar na sede social ou enviar por fax no prazo de até 3 (três) dias seguintes à reunião, documentos por ele subscritos confirmando a sua

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

participação e o teor de seus votos, dispensando-se tal providência quando da assinatura por ele da ata da respectiva reunião (da qual deverá constar a sua forma de participação). Igualmente, nos termos de nosso Estatuto Social, são admitidos os votos proferidos por carta, fax, telegrama ou correio eletrônico, quando recebidos, pelo Presidente do Conselho de Administração ou seu substituto, até o momento da reunião e a designação, por qualquer dos conselheiros, de qualquer de seus pares para representá-lo na reunião, com a faculdade de indicar ou não o teor de seu voto.

O nosso Conselho de Administração é formado por 5 (cinco) membros, eleitos na assembleia geral ordinária realizada em 30 de abril de 2014, com mandato até a assembleia geral ordinária que aprovar as contas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014. Os membros do nosso Conselho de Administração possuem endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355, 9º andar, Pinheiros, CEP 01452-919.

O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação dos negócios sociais, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe especialmente: (a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; (b) eleger e destituir os Diretores; (c) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos; (d) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; (e) escolher e destituir os auditores independentes, ressalvado o direito de veto previsto em lei; (f) autorizar a aquisição de ações de emissão da Companhia, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, e posterior alienação; (g) deliberar sobre a emissão de valores mobiliários, inclusive notas promissórias, para distribuição pública ou privada, no país e/ ou no exterior, de acordo com a respectiva legislação; (h) deliberar sobre a concessão, ou não, do direito de preferência aos antigos acionistas, ou mesmo reduzir o prazo desse direito, nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações, e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita por uma das modalidades previstas no artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações; (i) deliberar sobre os recursos que, eventualmente, sejam interpostos na forma prevista no parágrafo primeiro do artigo 24 do Estatuto Social; e (j) designar o Diretor de Relações com Investidores.

Diretoria

Além dos poderes necessários à realização dos fins sociais e ao regular funcionamento da Companhia, a Diretoria está investida de poderes para (a) contratar empréstimos junto a instituições financeiras, oficiais ou privadas, podendo, para tanto, constituir garantias reais sobre bens imóveis, móveis e semoventes; (b) adquirir, onerar e alienar bens imóveis e participações em sociedades ou empreendimentos das quais a Companhia seja ou venha a ser sócia ou acionista; (c) prestar fianças e/ ou avais em favor de outras empresas ou empreendimentos dos quais a Companhia seja ou venha a ser sócia ou acionista, direta ou indiretamente, até o limite da proporção de sua participação no capital social respectivo; (d) transigir, renunciar, desistir e firmar compromissos; e (e) representar a Companhia ativa e passivamente, judicial e extra-judicialmente, em atos e operações que constituam obrigações para ela ou exonerem terceiros de obrigações para com ela, respeitadas as condições estabelecidas no artigo 26 do Estatuto Social.

b) Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

O Conselho Fiscal da Companhia não está instalado. Até a presente data, não foi criado qualquer comitê.

c) Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

A Companhia não realiza avaliação de desempenho dos seus órgãos de administração e não dispõe de comitês.

d) Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

A nossa Diretoria é composta por 1 (um) diretor presidente ("Diretor Presidente") e até 5 (cinco) diretores vice-presidentes, executivos ("Diretores Vice-Presidentes Executivos") ou Corporativos ("Diretores Vice-Presidentes Corporativos"), acionistas ou não, residentes no país, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pelo Conselho de Administração, sendo permitida a cumulação de cargos, notadamente a função de Diretor de Relações com Investidores ("Diretores"). O mandato dos Diretores é de 1 (um) ano, admitida a reeleição. Os Diretores deverão permanecer em seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores. Todos os membros de nossa Diretoria

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

possuem endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355, 9º e 10º andares, Pinheiros, CEP 01452-919. O nosso Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Orlando de Souza Dias, sendo seu telefone (11) 3503-9320 e fax (11) 3503-9076, e seu e-mail odias@suzano.com.br.

Nossa Diretoria é responsável pela administração dos negócios em geral e pela prática de todos os atos necessários ou convenientes para tanto, ressalvados aqueles para os quais seja por lei ou pelo nosso Estatuto Social atribuída competência à assembleia geral ou ao Conselho de Administração.

A Diretoria reúne-se sempre que assim exigirem os negócios sociais, mediante convocação do Diretor Presidente, ou por dois Diretores Vice-Presidentes, com antecedência mínima de 2 (dois) dias. Independentemente de convocação, serão válidas as reuniões da Diretoria que tratem de matéria urgente e que contarem com a presença da maioria de seus membros em exercício, entre os quais o Diretor Presidente.

As reuniões da Diretoria serão instaladas com a presença da maioria dos seus membros em exercício, entre os quais o Diretor Presidente e as deliberações serão tomadas por maioria dos votos dos membros presentes, cabendo ao Diretor Presidente o voto de qualidade. Se o Diretor Presidente ou o Diretor Vice-Presidente que o estiver substituindo for vencido em qualquer deliberação, a Diretoria terá a faculdade de recorrer ao Conselho de Administração, hipótese em que ficará sustada a deliberação recorrida até o pronunciamento do Conselho de Administração. O nosso Estatuto Social autoriza sejam proferidos os votos por carta, fax, telegrama ou correio eletrônico, desde que recebidos pelo Diretor Presidente ou seu substituto, até o momento da reunião e a designação, por qualquer dos conselheiros, de qualquer de seus pares para representá-lo na reunião.

As responsabilidades e atribuições individuais de nossos Diretores são definidas pelo nosso Conselho de Administração e Estatuto Social, conforme segue:

Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia: (a) sem prejuízo do disposto no artigo 26 do Estatuto Social, representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, especialmente para prestar depoimento pessoal, podendo neste caso constituir procurador especial ou preposto; (b) presidir as reuniões da Diretoria; e (c) dirigir todas as atividades sociais com o apoio dos Diretores Vice-Presidentes.

Compete aos Diretores Vice-Presidentes Executivos, dentre outras atribuições que lhes sejam estabelecidas: (a) auxiliar o Diretor Presidente em suas funções e substituí-lo em suas ausências e impedimentos; (b) sem prejuízo do disposto no artigo 26 do Estatuto Social, representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele; (c) identificar, planejar e estabelecer novas áreas para o desenvolvimento dos negócios da Companhia; e (d) definir as estratégias relacionadas aos negócios da Companhia.

Compete aos Diretores Vice-Presidentes Corporativos, dentre outras atribuições que lhes sejam estabelecidas: (a) auxiliar o Diretor Presidente em suas funções e substituí-lo em suas ausências e impedimentos; (b) identificar, planejar e estabelecer novas áreas para o desenvolvimento dos negócios da Companhia; e (c) definir as estratégias relacionadas aos negócios da Companhia.

Compete ao Diretor de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe sejam estabelecidas: (a) representar a Companhia perante a CVM, acionistas, investidores, bolsas de valores, Banco Central e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais; (b) planejar, coordenar e orientar a comunicação e o relacionamento entre a Companhia e seus investidores, a CVM e as entidades onde os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação; (c) propor diretrizes e normas para as relações com os investidores da Companhia; (d) observar as exigências estabelecidas pela legislação do mercado de capitais em vigor e divulgar ao mercado as informações relevantes sobre a Companhia e seus negócios, na forma requerida em lei; (e) guardar os livros societários e zelar pela regularidade dos assentamentos neles feitos; (f) supervisionar os serviços realizados pela instituição financeira depositária das ações relativas ao quadro acionário, tais como, sem se limitar, o pagamento de dividendos e bonificações, compra, venda e transferência de ações; e (g) zelar pelo cumprimento das regras de governança corporativa e das disposições estatutárias e legais relacionadas ao mercado de valores mobiliários.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

A tabela a seguir apresenta os nomes, cargos e mandatos dos atuais membros da Diretoria:

Diretores	Cargo	Data de eleição	Término do mandato
David Feffer	Diretor Presidente	13.05.2014	Até a RCA subsequente à AGO de 2015
Daniel Feffer	Diretor Vice-Presidente Corporativo	13.05.2014	Até a RCA subsequente à AGO de 2015
Claudio Thomaz Lobo Sonder	Diretor Vice-Presidente Executivo	13.05.2014	Até a RCA subsequente à AGO de 2015
Orlando de Souza Dias	Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores	13.05.2014	Até a RCA subsequente à AGO de 2015
Gustavo Kehl Jobim	Diretor Vice-Presidente Executivo	13.05.2014	Até a RCA subsequente à AGO de 2015

e) Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

A Companhia realiza avaliação de desempenho dos membros da Diretoria que têm dedicação permanente por meio de indicadores de desempenho que são comparados com metas previamente estabelecidas. A Companhia não pratica avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração e não dispõe de comitês.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

12.2. Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais:

a) Prazos de convocação

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, as nossas assembleias gerais são convocadas mediante anúncio publicado por três vezes no Diário Oficial do Estado de São Paulo, bem como em outro jornal de grande circulação. A primeira convocação deve ser feita, no mínimo, 15 (quinze) dias antes da realização da assembleia geral, e a segunda convocação deve ser feita com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência. Todavia, a CVM poderá requerer, em determinados casos, mediante pedido de qualquer acionista e ouvida a Companhia, que a primeira convocação para nossa assembleia geral seja feita em até 30 (trinta) dias antes de sua realização. Será dispensada esta formalidade, quando da assembleia participarem a totalidade dos acionistas da Companhia.

b) Competências

Além das matérias previstas em lei e no Estatuto Social, compete, exclusivamente, à assembleia geral:

- reformar o Estatuto Social;
- eleger ou destituir a qualquer tempo membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras;
- suspender o exercício dos direitos do acionista que deixar de cumprir as obrigações impostas por lei ou pelo Estatuto Social;
- deliberar sobre a avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia;
- deliberar sobre a emissão de ações e bônus de subscrição;
- fixar a remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- deliberar sobre a transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas;
- autorizar a emissão de debêntures; e
- aprovar previamente planos de outorga de opção de compra de ações aos administradores ou empregados da Companhia, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedades sob seu controle.

c) Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355, 10º andar, Pinheiros, São Paulo/ SP, CEP 01452-919 e na página da CVM na rede mundial de computadores, a saber: www.cvm.gov.br.

d) Identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não possui um procedimento específico para identificar conflitos de interesses. A Lei nº 6.404 de 15.12.1976 dispõe que o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral que puder beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia.

e) Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia não possui regras, políticas ou práticas para solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto nas assembleias gerais.

f) Formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

A Companhia admite que, desde que o representante esteja validamente constituído este representante poderá

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

votar em nome do acionista. A Companhia não admite a outorga de procurações por meio eletrônico.

g) Manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na Internet para receber e compartilhar informações e comentários sobre as pautas das assembleias gerais.

h) Transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias

A Companhia não transmite ao vivo o vídeo e/ ou áudio das assembleias gerais.

i) Mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

A Companhia não adotou política ou mecanismos para permitir a inclusão de propostas de acionistas na ordem do dia de suas assembleias gerais.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2012	Demonstrações Financeiras	DOESP e Valor Econômico - SP	11/04/2013
	Aviso aos Acionistas Comunicando a Disponibilização das Demonstrações Financeiras	DOESP e Valor Econômico - SP	28/03/2013
			29/03/2013
			02/04/2013
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	DOESP - SP	13/04/2013
		DOESP e Valor Econômico - SP	16/04/2013
		Valor Econômico - SP	17/04/2013
31/12/2011	Demonstrações Financeiras	DOESP e Valor Econômico - SP	10/04/2012
	Aviso aos Acionistas Comunicando a Disponibilização das Demonstrações Financeiras	DOESP e Valor Econômico - SP	28/03/2012
			29/03/2012
			30/03/2012
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	DOESP - SP	14/04/2012
		DOESP e Valor Econômico - SP	12/04/2012
		Valor Econômico - SP	13/04/2012
Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	DOESP e Valor Econômico - SP	16/04/2012	
31/12/2010	Demonstrações Financeiras	DOESP e Valor Econômico - SP	05/04/2011
	Aviso aos Acionistas Comunicando a Disponibilização das Demonstrações Financeiras	DOESP e Valor Econômico - SP	29/03/2011
			30/03/2011
			31/03/2011
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	DOESP - SP	16/04/2011
		DOESP e Valor Econômico - SP	14/04/2011
		Valor Econômico - SP	15/04/2011
Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	DOESP e Valor Econômico - SP	18/04/2011	
	DOESP e Valor Econômico - SP	10/06/2011	

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

12.4. Regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração:

O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 9 (nove) membros, residentes ou não no país, eleitos pela assembleia geral para um mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição. A assembleia geral indicará, entre os eleitos, o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Os atuais membros do Conselho de Administração da Companhia são os seguintes:

Conselheiros	Cargo	Data de eleição	Término do mandato
Boris Tabacof	Presidente	30.04.2014	Até a AGO de 2015
Claudio Thomaz Lobo Sonder	Vice-Presidente	30.04.2014	Até a AGO de 2015
Edgar Gleich	Membro	30.04.2014	Até a AGO de 2015
Marcos Sampaio de Almeida Prado	Membro	30.04.2014	Até a AGO de 2015
Antonio de Souza Corrêa Meyer	Membro	30.04.2014	Até a AGO de 2015

a) Frequência das reuniões

O Estatuto Social da Companhia prevê, em seu artigo 19, que o Conselho de Administração da Companhia reunirá-se sempre que convocado pelo seu Presidente, Vice-Presidente ou Diretor Presidente, com antecedência mínima de 2 (dois) dias e a indicação da ordem do dia, admitida a convocação por correio eletrônico. Será dispensada esta formalidade, quando da reunião participarem 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho de Administração, entre os quais o seu Presidente ou o seu Vice-Presidente, e as deliberações, neste caso, forem tomadas por unanimidade de votos. Nos últimos três exercícios sociais, as reuniões do Conselho de Administração da Companhia foram realizadas nas datas abaixo indicadas:

2011	2012	2013
18/01/2011	27/03/2012	27/03/2013
28/03/2011	27/04/2012	30/04/2013
29/04/2011		
20/12/2011		
22/12/2011		

b) Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

NÃO APLICÁVEL. Não há acordo de acionistas.

c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Lei das Sociedades por Ações não permite que seja eleito para o Conselho de Administração, salvo dispensa da assembleia geral, aquele que: (i) ocupar cargo em sociedades consideradas nossas concorrentes; ou (ii) tiver interesse conflitante com a nossa Companhia. Não poderá ser exercido o direito de voto pelo membro do Conselho de Administração caso se configure, posteriormente, qualquer dos fatores de impedimento indicados neste parágrafo.

A Companhia não possui qualquer regra de identificação e administração de conflitos de interesse.

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

12.5 Cláusula compromissória do estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e a Companhia por meio de arbitragem, se aplicável:

NÃO APLICÁVEL.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Daniel Feffer	54	Pertence apenas à Diretoria	13/05/2014	Até a RCA subsequente a AGO de 2015
011.769.138-08	Advogado	Diretor Vice-Presidente Corporativo	15/05/2014	Não
Gustavo Kehl Jobim	48	Pertence apenas à Diretoria	13/05/2014	Até a RCA subsequente à AGO de 2015
075.913.208-90	Administrador de Empresas	Diretor Vice-Presidente Executivo	19/05/2014	Não
David Feffer	57	Pertence apenas à Diretoria	13/05/2014	Até a RCA subsequente a AGO de 2015
882.739.628-49	Empresário	10 - Diretor Presidente / Superintendente	15/05/2014	Não
ORLANDO DE SOUZA DIAS	68	Pertence apenas à Diretoria	13/05/2014	Até a RCA subsequente à AGO de 2015
046.293.378-49	Contador	Diretor Vice-Presidente Executivo	15/05/2014	Não
Diretor de Relações com Investidores				
Edgar Gleich	67	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	Até a AGO de 2015
184.011.558-00	Engenheiro	Membro do Conselho de Administração	30/04/2014	Sim
Antonio de Souza Corrêa Meyer	67	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	Até a AGO de 2015
215.425.978-20	Advogado	Membro do Conselho de Administração	30/04/2014	Sim
Marcos Sampaio de Almeida Prado	63	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	Até a AGO de 2015
095.833.608-30	Administrador de Empresas	Membro do Conselho de Administração	30/04/2014	Sim
Boris Tabacof	85	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	Até a AGO de 2015
000.616.035-20	Engenheiro	20 - Presidente do Conselho de Administração	30/04/2014	Sim
Claudio Thomaz Lobo Sonder	72	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	30/04/2014	CA: Até a AGO de 2015; Diretoria: até a RCA subsequente a AGO de 2015

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador

Outros cargos e funções exercidas no emissor

066.934.078-20	Engenheiro	32 - Vice Pres. C.A. e Vice Dir. Presidente	30/04/2014	Sim
----------------	------------	---	------------	-----

Diretor Vice-Presidente Executivo (data de eleição 13.05.2014; data da posse: 15.05.2014)

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Daniel Feffer - 011.769.138-08

DANIEL FEFFER, nascido em 28 de outubro de 1959, graduou-se em Direito pela Universidade Mackenzie, cursou especialização na Fundação Getúlio Vargas, além de Harvard University e Massachusetts Institute of Technology (MIT), nos Estados Unidos, IMD, na Suíça e LBS-London Business School na Inglaterra. Com relação às sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, o Sr. Daniel ocupou e/ou ocupa os seguintes cargos: (a) desde 2003, é Diretor Vice-Presidente Corporativo da Companhia; (b) desde 2003, é Vice-Presidente do Conselho de Administração da Suzano Papel e Celulose e desde 2006, é membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia da Suzano Papel e Celulose, companhia aberta controlada indiretamente pelos acionistas controladores da Companhia, cuja principal atividade é a fabricação, comércio, importação e exportação de celulose, papel e outros produtos oriundos da transformação de essências florestais; (c) desde 2001, é Presidente do Conselho de Administração da Polpar, companhia aberta controlada pelos acionistas controladores da Companhia, cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; (d) desde 2001, é Diretor Presidente da Premesa S.A., companhia fechada controlada indiretamente pelos acionistas controladores da Companhia, cuja principal atividade é a incorporação de empreendimentos imobiliários; (e) desde 2004, é Diretor Vice-Presidente Corporativo da IPLF Holding S.A., companhia fechada controlada pelos acionistas controladores da Companhia, cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; (f) desde 1994, é Diretor Presidente da Nemonorte Imóveis e Participações Ltda., controlada indiretamente pelos acionistas controladores da Companhia, cuja principal atividade é a administração de imóveis; (g) desde 2000, é Vice-Presidente do Conselho Curador da Fundação Filantrópica Arymax, sendo que de 2000 a novembro de 2013, foi Diretor Vice-Presidente da Diretoria Executiva e desde novembro de 2013 é Diretor Presidente da Diretoria Executiva da Fundação Filantrópica Arymax, cuja atividade principal é a promoção, apoio e desenvolvimento de atividades ligadas a interesses sociais; (h) desde 2002, é Presidente do Conselho Diretor e Vice-Presidente do Conselho Superior do Instituto Ecofuturo - Futuro para o Desenvolvimento Sustentável. O Sr. Daniel atualmente também é: O Sr. Daniel atualmente também é: (i) Membro do Conselho do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, cuja atividade principal é a defesa de direitos sociais; (ii) Membro do Conselho da BRACELPA; (iii) Membro do Conselho do IEDI - Instituto Econômico para Desenvolvimento Industrial; (iv) Membro Fundador do Conselho do Compromisso Todos Pela Educação; (v) Membro do Conselho da FIESP; (vi) Membro do Conselho da TNC - The Nature Conservancy; (vii) Membro do Conselho do MBC - Movimento Brasil Competitivo; (viii) Membro do CNDI - Conselho Nacional do Desenvolvimento Industrial; (ix) Membro do Conselho de Administração da Empresa MDS SGPS. Daniel Feffer declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Gustavo Kehl Jobim - 075.913.208-90

GUSTAVO KEHL JOBIM, nascido em 09 de julho de 1965, é graduado em administração pela Universidade de São Paulo (USP) e com MBA pela The Wharton School, University of Pennsylvania, nos Estados Unidos. Desde abril de 2014, é Diretor Vice-Presidente Executivo da Companhia e Diretor Vice-Presidente Executivo da IPLF Holding S.A.; e desde maio de 2014 é diretor da Polpar S.A.. Desde 2011, é sócio e membro do Conselho de Administração da Mais Próxima Comercial e Distribuidora S.A. e da Trade Master Administradora de Cartões de Crédito. De 2003 a 2011, foi sócio e Diretor de Investimentos da GPS Administradora de Recursos S.A. Antes de 2003, atuou nos escritórios da Goldman Sachs & Co. em Nova Iorque, Londres e Miami; no Banco Sul América; na Brasilpar Serviços Financeiros e na Microcomp Computadores e Sistemas. Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

David Feffer - 882.739.628-49

DAVID FEFFER, nascido em 13 de novembro de 1956, cursou Administração de Empresas e possui especialização na Columbia University (EUA), na escola de administração suíça IMD e no The Aspen Institute (USA). Com relação às sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, ocupou e/ou ocupa os seguintes cargos: (a) desde 2003, é Diretor Presidente da Companhia, companhia aberta cuja principal atividade é a participação em outras sociedades, sendo responsável pela coordenação dos Diretores e planejamento estratégico geral da Companhia; (b) desde 2003, é Presidente do Conselho de Administração e Coordenador do Comitê de Gestão; desde 2006, é membro dos Comitês de Sustentabilidade e Estratégia e de Auditoria da Suzano Papel e Celulose, companhia aberta controlada da Companhia cuja principal atividade é a fabricação, comércio, importação e exportação de celulose, papel e de outros produtos oriundos da transformação de essências florestais, sendo responsável, respectivamente, pela (i) orientação geral dos negócios sociais, (ii) coordenação das atividades de assessoria relacionadas às áreas de finanças, orçamento, controle e de novos negócios, (iii) assessoria relacionada ao planejamento estratégico e de sustentabilidade da companhia, e (iv) análise das demonstrações financeiras, desenvolvimento dos controles internos e fiscalização das auditorias interna e externa da companhia; (c) desde 2001, é Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Polpar S.A., companhia aberta controlada pelos acionistas controladores da Companhia, cuja principal atividade é a participação em outras sociedades, sendo responsável pela orientação geral dos negócios sociais, coordenação dos demais Diretores e planejamento estratégico da companhia; (d) desde 2004, é Diretor Presidente da IPLF Holding S.A., companhia controlada pelos acionistas controladores da Companhia, cuja principal atividade é a participação em outras sociedades, sendo responsável pela coordenação dos demais Diretores e planejamento estratégico geral da companhia; (e) desde 2001, é Diretor Vice-Presidente da Premesa S.A., controlada da Companhia cuja principal atividade é a incorporação de empreendimentos imobiliários, sendo responsável pela gestão e planejamento estratégico da companhia; e (f) desde 2011, é Presidente do Conselho de Administração da HES Participações S.A., controlada da IPLF Holding S.A. e cuja principal atividade é a participação em outras sociedades. Também é membro do Conselho Consultivo Internacional da Lafarge e membro de várias instituições sociais e culturais, dentre as quais se destacam as seguintes atuações: Presidente do Conselho Diretor da Escola Antonietta e Leon Feffer; Presidente do Conselho Consultivo da Casa de Cultura de Israel; Membro do Conselho Deliberativo da Associação Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein; Vice-Presidente do Conselho Diretor e Presidente do Conselho Superior do Instituto Ecofuturo - Futuro Para o Desenvolvimento Sustentável; e Presidente do Conselho Curador e Diretor Vice-Presidente da Diretoria Executiva da Fundação Filantrópica Arymax. David Feffer declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

ORLANDO DE SOUZA DIAS - 046.293.378-49

ORLANDO DE SOUZA DIAS, nascido em 27 de janeiro de 1946, cursou economia na Universidade de São Paulo e graduou-se contador pela Universidade São Judas Tadeu. Iniciou suas atividades nas sociedades do grupo Suzano em 1972, tendo exercido os cargos de Chefe de Controladoria, Gerente de Controladoria Geral, Diretor Adjunto e Diretor de Planejamento Tributário, Auditoria e Controladoria. Atualmente ocupa os seguintes cargos: (a) desde 2008, é Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores da Companhia, companhia aberta cuja principal atividade é a participação em outras sociedades, sendo responsável (i) pelo planejamento estratégico, gestão e avaliação das áreas de auditoria e controladoria da Companhia e de suas controladas; e (ii) pela representação da Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições do mercado de capitais, inclusive, mas não se limitando, a investidores, CVM, Bolsas de Valores e Banco Central; (b) desde 2008, é Diretor e Diretor de Relações com Investidores da Polpar S.A., companhia aberta controlada pelos acionistas controladores da Companhia, cuja atividade principal é a participação em outras sociedades, sendo responsável pela (i) gestão e planejamento estratégico da companhia; e (ii) representação da companhia perante os órgãos de controle e demais instituições do mercado de capitais, inclusive, mas não se limitando, a investidores, CVM, Bolsas de Valores e Banco Central; (c) desde abril de 2013, é Diretor Vice Presidente Executivo da IPLF Holding S.A., companhia controlada pelos acionistas controladores da Companhia e cuja principal atividade é a participação em outras sociedades. O Sr. Orlando Dias atualmente também é (i) membro do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças – IBEF (Rio de Janeiro) e (ii) Diretor Secretário da Diretoria Executiva da Fundação Filantrópica Arymax, associação cuja atividade principal é a defesa de direitos sociais. Orlando de Souza Dias declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Edgar Gleich - 184.011.558-00

EDGAR GLEICH, nascido em 11/08/1946, foi membro Suplente do Conselho de Administração de empresas do Grupo Klabin S.A., Gerente de Controladoria da Metal Leve S.A., Diretor da Falkenburg Indústria de Produtos Alimentícios Ltda., Vice-Presidente do Conselho de Administração de Dixie-Toga S.A., Membro do Conselho Deliberativo do FUNBIO e membro do Conselho de Administração da Cinemark S.A. Desde abril de 2013, é (i) membro do Conselho de Administração da Companhia, e (ii) membro do Conselho de Administração da IPLF Holding S.A., companhia controlada pelos acionistas controladores da Companhia e cuja principal atividade é a participação em outras sociedades. Também é Co-Fundador e atual Presidente do Conselho Deliberativo do Instituto George Mark Klabin e Membro do Conselho Deliberativo do Hospital Albert Einstein. Edgar Gleich declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Antonio de Souza Corrêa Meyer - 215.425.978-20

ANTONIO DE SOUZA CORRÊA MEYER, nascido em 13/08/1946, o Sr. Antonio Meyer é graduado em Direito pela Universidade de São Paulo. É membro do Conselho de Administração da Companhia. É sócio fundador do escritório Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados, onde trabalha até hoje. Nos últimos 5 anos, atuou como: (i) desde 2013, membro do Conselho de Administração da Companhia e da IPLF Holding S.A.; (ii) membro do Conselho de Administração da Suzano Papel e Celulose; (iii) Conselheiro do Instituto dos Advogados de São Paulo - IASP; e (iv) membro da Diretoria Executiva do CESA - Centro de Estudos das Sociedades de Advogados. Faz, também, parte dos Conselhos Consultivo e Curador da Fundação Faculdade de Medicina de São Paulo, Conselho Superior de Assuntos Jurídicos e Legislativos (CONJUR) da FIESP e da Câmara de Mediação e Arbitragem da CIESP- FIESP e Conselheiro do Instituto de Oncologia de São Paulo, Hospital Otavio Frias de Oliveira. Foi Diretor e Presidente da Associação dos Advogados de São Paulo (AASP); Conselheiro Legal e Presidente do Comitê Legislativo da American Chamber of Commerce for Brazil (entre 1987 e 1989); Diretor da Câmara Americana do Brasil e membro do Comitê Legislativo da Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA); Presidente do CESA - Centro de Estudos das Sociedades de Advogados (2006/2008). Exerceu as funções públicas de Secretário da Justiça e de Secretário da Segurança Pública do Governo do Estado de São Paulo. Condecorado com o Colar do Mérito Judiciário, outorgado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. É membro da International Bar Association; da Ordem dos Advogados do Brasil e Instituto dos Advogados de São Paulo. Não ocupou outros cargos de administração em companhias abertas. O Sr. Antonio Meyer declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito a qualquer (a) condenação criminal, (b) condenação ou aplicação de pena em processo perante a CVM, ou (c) condenação judicial ou administrativa transitada em julgado que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Marcos Sampaio de Almeida Prado - 095.833.608-30

MARCOS SAMPAIO DE ALMEIDA PRADO, nascido em 23/02/1951, é graduado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas. Atua há 40 anos na prestação de consultoria societária, fiscal e financeira de empresas de médio e grande porte, notadamente em companhias abertas. Nos primeiros vinte anos, atuou pela Arthur Andersen, sendo dez anos como sócio-diretor e os últimos vinte anos pela Almeida Prado, Paes, Caruso e Colauto Consultoria Empresarial. Desde abril de 2013, é membro do Conselho de Administração da Companhia e da IPLF Holding S.A., companhia controlada pelos acionistas controladores da Companhia e cuja principal atividade é a participação em outras sociedades. Também é membro do Conselho de Administração da MMC Automotores do Brasil Ltda. e da SVB Automotores do Brasil Ltda. e membro do Conselho Fiscal da JSL S.A. Marcos Sampaio de Almeida Prado declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Boris Tabacof - 000.616.035-20

BORIS TABACOF, nascido em 28/07/1928, graduou-se em engenharia civil pela Escola Politécnica da Universidade da Bahia. O Sr. Boris Tabacof foi Secretário da Fazenda do Estado da Bahia de 1965 a 1970 (administrações de Lomanto Jr. e Luiz Vianna Filho) e professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Católica de Salvador até 1970. De 1970 a 1975, foi Diretor Superintendente do Grupo Financeiro Safra e em 1989, foi eleito Presidente do Banco do Estado de São Paulo - BANESPA. Entre 2006 e 2009 foi membro do Conselho de Administração da EMBRAER - Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. Foi, também, chairperson do Advisory Committee on Paper and Wood Products da Organização de Alimentos e Agricultura das Nações Unidas em Roma, membro do Comitê Empresarial Permanente do Ministério de Relações Exteriores e Presidente do Conselho Superior de Economia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – “FIESP”. Com relação às sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, o Sr. Boris ocupou e/ou ocupa os seguintes cargos: (a) em 1975 foi eleito pela primeira vez diretor de sociedade integrante do grupo econômico da Companhia, tendo atuado como diretor de 1975 a 1988, (b) de 1988 a 1993, exerceu o cargo de Diretor Superintendente da Companhia, na época denominada Nemofeffer S.A., (c) de 2001 a abril de 2013, atuou como Vice-Presidente do Conselho de Administração da Suzano Papel e Celulose S.A., nossa controlada e companhia aberta cuja principal atividade é a fabricação, comércio, importação e exportação de celulose, papel e de outros produtos oriundos da transformação de essências florestais; (d) de 2001 a abril 2013, foi Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia e desde abril de 2013, é Presidente do Conselho de Administração; (e) de 2004 a abril de 2013 foi Vice-Presidente do Conselho de Administração da IPLF Holding S.A. e desde abril de 2013, é Presidente do Conselho de Administração da IPLF Holding S.A., companhia controlada pelos acionistas controladores da Companhia e cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; (f) de 1994 a abril de 2013, foi Diretor Executivo da Nemonorte Imóveis e Participações Ltda., nossa controlada e sociedade cuja atividade principal é a gestão e administração de imóveis, sendo responsável pela gestão e planejamento estratégico da sociedade; (g) desde 1991, é membro do Conselho Curador da Fundação Filantrópica Arymax, associação cuja atividade principal é a promoção, apoio e desenvolvimento de atividades ligadas a interesses sociais; e (h) desde 2002, é membro do Conselho Superior do Instituto Ecofuturo - Futuro para o Desenvolvimento Sustentável; e (i) desde abril de 2013, é membro do Conselho de Administração da Polpar S.A. O Sr. Boris Tabacof atualmente também é: (i) membro do Conselho Consultivo da Associação Brasileira de Celulose e Papel – BRACELPA; (ii) membro do Conselho da Ação Comunitária do Brasil, associação de defesa dos direitos sociais; (iii) membro do Conselho de Administração do SEPACO - Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo; (iv) membro do Conselho Deliberativo da Sociedade Israelita Hospital Albert Einstein, sociedade cuja atividade principal é o atendimento hospitalar; (v) membro do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças – IBEF (Rio de Janeiro); e (vi) Vice-Presidente do Conselho Superior de Economia da FIESP. Boris Tabacof declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Claudio Thomaz Lobo Sonder - 066.934.078-20

CLAUDIO THOMAZ LOBO SONDER, nascido em 25 de abril de 1942, graduou-se em Engenharia Química e em Ciências Econômicas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e cursou extensão universitária em Munique, na Alemanha, e em Boston, nos Estados Unidos da América. O Sr. Cláudio tem 40 anos de experiência profissional em empresas dos setores químico e farmacêutico. Entre 1983 e 1993 foi Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Hoechst do Brasil Química e Farmacêutica S.A. Com relação às sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, o Sr. Claudio Sonder ocupou e/ou ocupa os seguintes cargos: (a) desde 2010, é Diretor Vice-Presidente Executivo e, desde abril de 2013, é Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia; (b) desde 2002 é membro do Conselho de Administração da Suzano Papel e Celulose (sendo Vice-Presidente desde 2013), nossa controlada e companhia aberta cuja principal atividade é a fabricação, comércio, importação e exportação de celulose, papel e de outros produtos oriundos da transformação de essências florestais; desde 2006, é coordenador do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia e membro do Comitê de Auditoria da Suzano Papel e Celulose; e desde 2012, é membro do Comitê de Gestão da Suzano Papel e Celulose, sendo responsável, respectivamente, pela (i) orientação geral dos negócios sociais; (ii) coordenação da assessoria relacionada ao planejamento estratégico e de sustentabilidade da companhia; (iii) assessoria relacionada à análise das demonstrações financeiras, desenvolvimento dos controles internos e fiscalização das auditorias interna e externa da companhia; e (iv) análise referente à distribuição da remuneração anual dos administradores; (c) desde abril de 2013, é Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Vice Presidente Executivo da IPLF Holding S.A., companhia controlada pelos acionistas controladores da Companhia e cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; (d) desde 2010, é Diretor da Polpar S.A., companhia aberta controlada pelos acionistas controladores da Companhia, cuja principal atividade é a participação em outras sociedades, sendo responsável pela gestão e planejamento estratégico da companhia; (e) desde 2011, é Diretor da Alden Desenvolvimento Imobiliário Ltda.; (f) desde 2010, é membro do Conselho Diretor e do Conselho Superior do Instituto Ecofuturo - Futuro para o Desenvolvimento Sustentável; (g) desde 2011, é membro do Conselho de Administração da HES Participações S.A.; (h) desde 2011, é membro do Conselho Curador da Fundação Filantrópica Arymax, associação cuja atividade principal é a promoção, apoio e desenvolvimento de atividades ligadas a interesses sociais. O Sr. Claudio Sonder atualmente também é (i) desde 2013, é Vice-Presidente do Conselho de Administração das Lojas Renner S.A., companhia aberta cuja principal atividade é o comércio através de lojas de departamentos e magazines; (ii) membro do Conselho de Administração do Grupo RBS S.A., companhia cuja atividade principal é a comunicação multimídia através de emissoras de televisão, rádio, jornais e portal na internet; e (iii) Vice-Presidente do Conselho Deliberativo da Sociedade Israelita Hospital Albert Einstein, sociedade cuja principal atividade é o atendimento hospitalar. Claudio Thomaz Lobo Sonder declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não tem comitês.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
David Feffer	882.739.628-49	Suzano Papel e Celulose S.A.	16.404.287/0001-55	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Gestão, membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia e membro do Comitê de Auditoria				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Ruben Feffer	157.423.548-60	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
acionista controlador				
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
David Feffer	882.739.628-49	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Daniel Feffer	011.769.138-08	Premesa S.A.	61.142.469/0001-50	
Diretor Presidente				
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
David Feffer	882.739.628-49	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Jorge Feffer	013.965.718-50	Premesa S.A.	61.142.469/0001-50	
Diretor				
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
David Feffer	882.739.628-49	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente				

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Daniel Feffer	011.769.138-08	Nemopar S.A.		
Diretor Vice-Presidente				
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
David Feffer	882.739.628-49	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Daniel Feffer	011.769.138-08	Suzano Papel e Celulose S.A.	16.404.287/0001-55	
Vice-Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia				
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
David Feffer	882.739.628-49	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Jorge Feffer	013.965.718-50	Suzano Papel e Celulose S.A.	16.404.287/0001-55	
membro do Conselho de Administração e do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia				
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
David Feffer	882.739.628-49	Suzano Papel e Celulose S.A.	16.404.287/0001-55	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Gestão, membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia e membro do Comitê de Auditoria				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Daniel Feffer	011.769.138-08	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Diretor Vice-Presidente Corporativo e acionista controlador				

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	--	------	---

Observação**Administrador do emissor ou controlada**

David Feffer 882.739.628-49 Suzano Papel e Celulose S.A. 16.404.287/0001-55 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
 Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Gestão, membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia e membro do Comitê de Auditoria

Pessoa relacionada

Jorge Feffer 013.965.718-50 Suzano Holding S.A. 60.651.809/0001-05
 Diretor Vice-Presidente Corporativo e acionista controlador

Observação**Administrador do emissor ou controlada**

David Feffer 882.739.628-49 Premesa S.A. 61.142.469/0001-50 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
 Diretor Vice-Presidente

Pessoa relacionada

Daniel Feffer 011.769.138-08 Suzano Holding S.A. 60.651.809/0001-05
 Diretor Vice-Presidente Corporativo e acionista controlador

Observação**Administrador do emissor ou controlada**

David Feffer 882.739.628-49 Premesa S.A. 61.142.469/0001-50 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
 Diretor Vice-Presidente

Pessoa relacionada

Jorge Feffer 013.965.718-50 Suzano Holding S.A. 60.651.809/0001-05
 Diretor Vice-Presidente Corporativo e acionista controlador

Observação**Administrador do emissor ou controlada**

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
David Feffer Diretor Presidente	882.739.628-49	Nemopar S.A.		Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Daniel Feffer Diretor Vice-Presidente Corporativo e acionista controlador	011.769.138-08	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
David Feffer Diretor Presidente	882.739.628-49	Nemopar S.A.		Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Jorge Feffer Diretor Vice-Presidente Corporativo e acionista controlador	013.965.718-50	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
David Feffer Diretor Presidente	882.739.628-49	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Daniel Feffer Diretor Presidente	011.769.138-08	Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	47.892.435/0001-51	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
David Feffer Diretor Presidente	882.739.628-49	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Daniel Feffer Diretor Vice-Presidente Corporativo	011.769.138-08	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Observação				
<hr/>				
Administrador do emissor ou controlada				
David Feffer Diretor Presidente	882.739.628-49	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				
Jorge Feffer Diretor Vice-Presidente Corporativo	013.965.718-50	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Observação				
<hr/>				
Administrador do emissor ou controlada				
David Feffer Diretor Presidente	882.739.628-49	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				
Jorge Feffer Diretor Executivo	013.965.718-50	Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	47.892.435/0001-51	
Observação				
<hr/>				
Administrador do emissor ou controlada				
David Feffer Diretor Vice-Presidente	882.739.628-49	Premesa S.A.	61.142.469/0001-50	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				
Ruben Feffer acionista controlador	157.423.548-60	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Observação				

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
David Feffer Diretor Presidente	882.739.628-49	Nemopar S.A.		Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Ruben Feffer acionista controlador	157.423.548-60	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Jorge Feffer Diretor Vice-Presidente Corporativo	013.965.718-50	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Daniel Feffer Diretor Presidente	011.769.138-08	Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	47.892.435/0001-51	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Jorge Feffer Diretor Vice-Presidente Corporativo	013.965.718-50	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
David Feffer Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Gestão, membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia e membro do Comitê de Auditoria	882.739.628-49	Suzano Papel e Celulose S.A.	16.404.287/0001-55	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Jorge Feffer	013.965.718-50	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Diretor Vice-Presidente Executivo				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Daniel Feffer	011.769.138-08	Suzano Papel e Celulose S.A.	16.404.287/0001-55	
Vice-Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia				
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Jorge Feffer	013.965.718-50	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Vice-Presidente Corporativo				
<u>Pessoa relacionada</u>				
David Feffer	882.739.628-49	Nemopar S.A.		
Diretor Presidente				
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Jorge Feffer	013.965.718-50	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Vice-Presidente Corporativo				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Daniel Feffer	011.769.138-08	Nemopar S.A..		
Diretor Vice-Presidente				
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Jorge Feffer	013.965.718-50	Suzano Papel e Celulose S.A.	16.404.287/0001-55	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
membro do Conselho de Administração e do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia				
<u>Pessoa relacionada</u>				
David Feffer	882.739.628-49	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	--	------	---

Cargo
Diretor Presidente e acionista controlador

Observação**Administrador do emissor ou controlada**

Jorge Feffer 013.965.718-50 Suzano Papel e Celulose S.A. 16.404.287/0001-55 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
membro do Conselho de Administração e do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia

Pessoa relacionada

Daniel Feffer 011.769.138-08 Suzano Holding S.A. 60.651.809/0001-05
Diretor Vice-Presidente Corporativo e acionista controlador

Observação**Administrador do emissor ou controlada**

Jorge Feffer 013.965.718-50 Premesa S.A. 61.142.469/0001-50 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor

Pessoa relacionada

David Feffer 882.739.628-49 Suzano Holding S.A. 60.651.809/0001-05
Diretor Presidente e acionista controlador

Observação**Administrador do emissor ou controlada**

Jorge Feffer 013.965.718-50 Premesa S.A. 61.142.469/0001-50 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor

Pessoa relacionada

Daniel Feffer 011.769.138-08 Suzano Holding S.A. 60.651.809/0001-05
Diretor Vice-Presidente Corporativo e acionista controlador

Observação

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Jorge Feffer Diretor Executivo	013.965.718-50	Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	47.892.435/0001-51	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
David Feffer Diretor Presidente e acionista controlador	882.739.628-49	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Jorge Feffer Diretor Executivo	013.965.718-50	Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	47.892.435/0001-51	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Daniel Feffer Diretor Vice-Presidente Corporativo e acionista controlador	011.769.138-08	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Jorge Feffer Diretor Executivo	013.965.718-50	Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	47.892.435/0001-51	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Ruben Feffer acionista controlador	157.423.548-60	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Jorge Feffer Diretor	013.965.718-50	Premesa S.A.	61.142.469/0001-50	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Ruben Feffer acionista controlador	157.423.548-60	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Jorge Feffer membro do Conselho de Administração e do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia	013.965.718-50	Suzano Papel e Celulose S.A.	16.404.287/0001-55	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Ruben Feffer acionista controlador	157.423.548-60	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Daniel Feffer Vice-Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia	011.769.138-08	Suzano Papel e Celulose S.A.	16.404.287/0001-55	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
David Feffer Diretor Presidente e acionista controlador	882.739.628-49	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Daniel Feffer Vice-Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia	011.769.138-08	Suzano Papel e Celulose S.A.	16.404.287/0001-55	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Jorge Feffer Diretor Vice-Presidente Corporativo e acionista controlador	013.965.718-50	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	--	------	---

ObservaçãoAdministrador do emissor ou controlada

Daniel Feffer	011.769.138-08	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Vice-Presidente Corporativo				

Pessoa relacionada

Jorge Feffer	013.965.718-50	Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	47.892.435/0001-51	
Diretor Executivo				

ObservaçãoAdministrador do emissor ou controlada

Daniel Feffer	011.769.138-08	Premesa S.A.	61.142.469/0001-50	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente				

Pessoa relacionada

David Feffer	882.739.628-49	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Diretor Presidente e acionista controlador				

ObservaçãoAdministrador do emissor ou controlada

Daniel Feffer	011.769.138-08	Premesa S.A.	61.142.469/0001-50	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente				

Pessoa relacionada

Jorge Feffer	013.965.718-50	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Diretor Vice-Presidente Corporativo e acionista controlador				

ObservaçãoAdministrador do emissor ou controlada

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Daniel Feffer Diretor Vice-Presidente	011.769.138-08	Nemopar S.A.		Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
David Feffer Diretor Presidente e acionista controlador	882.739.628-49	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Daniel Feffer Vice-Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia	011.769.138-08	Suzano Papel e Celulose S.A.	16.404.287/0001-55	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Ruben Feffer controlador	157.423.548-60	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Daniel Feffer Diretor Vice-Presidente	011.769.138-08	Nemopar S.A.		Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Jorge Feffer Diretor Vice-Presidente Corporativo e acionista controlador	013.965.718-50	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Daniel Feffer Diretor Presidente	011.769.138-08	Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	47.892.435/0001-51	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
David Feffer Diretor Presidente e acionista controlador	882.739.628-49	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Observação				
<hr/>				
Administrador do emissor ou controlada				
Daniel Feffer Diretor Presidente	011.769.138-08	Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	47.892.435/0001-51	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				
Jorge Feffer Diretor Vice-Presidente Corporativo e acionista controlador	013.965.718-50	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Observação				
<hr/>				
Administrador do emissor ou controlada				
Daniel Feffer Diretor Presidente	011.769.138-08	Premesa S.A.	61.142.469/0001-50	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				
Ruben Feffer acionista controlador	157.423.548-60	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Observação				
<hr/>				
Administrador do emissor ou controlada				
Daniel Feffer Diretor Vice-Presidente	011.769.138-08	Nemopar S.A.		Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				
Ruben Feffer acionista controlador	157.423.548-60	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Observação				

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	--	------	---

Administrador do emissor ou controlada

Daniel Feffer 011.769.138-08 Nemonorte Imóveis e Participações Ltda. 47.892.435/0001-51 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente

Pessoa relacionada

Ruben Feffer 157.423.548-60 Suzano Holding S.A. 60.651.809/0001-05
acionista controlador

Observação**Administrador do emissor ou controlada**

Daniel Feffer 011.769.138-08 Suzano Holding S.A. 60.651.809/0001-05 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Vice-Presidente Corporativo

Pessoa relacionada

David Feffer 882.739.628-49 Nemopar S.A.
Diretor Presidente

Observação**Administrador do emissor ou controlada**

Daniel Feffer 011.769.138-08 Suzano Holding S.A. 60.651.809/0001-05 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Vice-Presidente Corporativo

Pessoa relacionada

David Feffer 882.739.628-49 Suzano Papel e Celulose S.A. 16.404.287/0001-55
Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Gestão, membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia e membro do Comitê de Auditoria

Observação**Administrador do emissor ou controlada**

Daniel Feffer 011.769.138-08 Suzano Holding S.A. 60.651.809/0001-05 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	--	------	---

Diretor Vice-Presidente Corporativo

Pessoa relacionada

Jorge Feffer 013.965.718-50 Suzano Papel e Celulose S.A. 16.404.287/0001-55
 membro do Conselho de Administração e do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia

Observação**Administrador do emissor ou controlada**

Daniel Feffer 011.769.138-08 Suzano Holding S.A. 60.651.809/0001-05 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
 Diretor Vice-Presidente Corporativo

Pessoa relacionada

Jorge Feffer 013.965.718-50 Suzano Holding S.A. 60.651.809/0001-05
 Diretor Vice-Presidente Corporativo

Observação

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2012Administrador do Emissor

David Feffer	882.739.628-49	Controle	Controlada Direta
Diretor Presidente			

Pessoa Relacionada

Suzano Papel e Celulose S.A.	16.404.287/0001-55		
Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Gestão, membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia e membro do Comitê de Auditoria			

Observação

Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.

Administrador do Emissor

Daniel Feffer	011.769.138-08	Controle	Controlada Direta
Diretor Vice-Presidente Corporativo			

Pessoa Relacionada

Suzano Papel e Celulose S.A.	16.404.287/0001-55		
Vice-Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia			

Observação

Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.

Administrador do Emissor

Jorge Feffer	013.965.718-50	Controle	Controlada Direta
Diretor Vice-Presidente Corporativo			

Pessoa Relacionada

Suzano Papel e Celulose S.A.	16.404.287/0001-55		
Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia			

Observação

Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Claudio Thomaz Lobo Sonder Diretor Vice-Presidente Executivo	066.934.078-20	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Suzano Papel e Celulose S.A. Membro do Conselho de Administração, coordenador do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia e membro dos Comitês de Gestão e de Auditoria	16.404.287/0001-55		
<u>Observação</u>			
Eleito como membro do Comitê de Gestão em 09.05.2012.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Boris Tabacof Vice-Presidente do Conselho de Administração	000.616.035-20	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Suzano Papel e Celulose S.A. Vice-Presidente do Conselho de Administração	16.404.287/0001-55		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
David Feffer Diretor Presidente	882.739.628-49	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Premesa S.A. Diretor Vice-Presidente	61.142.469/0001-50		
<u>Observação</u>			
Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Daniel Feffer Diretor Vice-Presidente Corporativo	011.769.138-08	Controle	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Premesa S.A.	61.142.469/0001-50		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Jorge Feffer	013.965.718-50	Controle	Controlada Direta
Diretor Vice-Presidente Corporativo			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Premesa S.A.	61.142.469/0001-50		
Diretor			
<u>Observação</u>			
Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
David Feffer	882.739.628-49	Controle	Controlada Direta
Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Nemopar S.A..			
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Daniel Feffer	011.769.138-08	Controle	Controlada Direta
Diretor Vice-Presidente Corporativo			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Nemopar S.A..			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Diretor Vice-Presidente			
Observação Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Daniel Feffer Diretor Vice-Presidente Corporativo	011.769.138-08	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda. Diretor Presidente	47.892.435/0001-51		
Observação Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Boris Tabacof Vice-Presidente do Conselho de Administração	000.616.035-20	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda. Diretor Executivo	47.892.435/0001-51		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Jorge Feffer Diretor Vice-Presidente Corporativo	013.965.718-50	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda. Diretor Executivo	47.892.435/0001-51		
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.			
Administrador do Emissor			
Marcelo Feriozzi Bacci Diretor Vice-Presidente Executivo	165.903.168-05	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Suzano Papel e Celulose S.A. Membro do Comitê de Gestão	16.404.287/0001-55		
Observação			
Eleito como membro do Comitê de Gestão em 09.05.2012.			

Exercício Social 31/12/2011

Administrador do Emissor			
David Feffer Diretor Presidente	882.739.628-49	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Suzano Papel e Celulose S.A. Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Gestão, membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia e membro do Comitê de Auditoria	16.404.287/0001-55		
Observação			
Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.			
Administrador do Emissor			
Daniel Feffer Diretor Vice-Presidente Corporativo	011.769.138-08	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Suzano Papel e Celulose S.A. Vice-Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia	16.404.287/0001-55		
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.			
Administrador do Emissor			
Jorge Feffer Diretor Vice-Presidente Corporativo	013.965.718-50	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Suzano Papel e Celulose S.A. Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia	16.404.287/0001-55		
Observação			
Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.			
Administrador do Emissor			
Claudio Thomaz Lobo Sonder Diretor Vice-Presidente Executivo	066.934.078-20	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Suzano Papel e Celulose S.A. Membro do Conselho de Administração, coordenador do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia e membro dos Comitês de Gestão e de Auditoria	16.404.287/0001-55		
Observação			
Eleito como membro do Comitê de Gestão em 09.05.2012.			
Administrador do Emissor			
Boris Tabacof Vice-Presidente do Conselho de Administração	000.616.035-20	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Suzano Papel e Celulose S.A. Vice-Presidente do Conselho de Administração	16.404.287/0001-55		
Observação			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
David Feffer Diretor Presidente	882.739.628-49	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Premesa S.A. Diretor Vice-Presidente	61.142.469/0001-50		
Observação			
Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.			

Administrador do Emissor			
Daniel Feffer Diretor Vice-Presidente Corporativo	011.769.138-08	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Premesa S.A. Diretor Presidente	61.142.469/0001-50		
Observação			
Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.			

Administrador do Emissor			
Jorge Feffer Diretor Vice-Presidente Corporativo	013.965.718-50	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Premesa S.A. Diretor	61.142.469/0001-50		
Observação			
Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.			

Administrador do Emissor			
David Feffer Diretor Presidente	882.739.628-49	Controle	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Nemopar S.A. Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Daniel Feffer Diretor Vice-Presidente Corporativo	011.769.138-08	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Nemopar S.A. Diretor Vice-Presidente			
<u>Observação</u>			
Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Daniel Feffer Diretor Vice-Presidente Corporativo	011.769.138-08	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda. Diretor Presidente	47.892.435/0001-51		
<u>Observação</u>			
Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Boris Tabacof Vice-Presidente do Conselho de Administração	000.616.035-20	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	47.892.435/0001-51		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
---------------	----------	---	----------------------------

Diretor Executivo

Observação**Administrador do Emissor**

Jorge Feffer
Diretor Vice-Presidente Corporativo

013.965.718-50

Controle

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.
Diretor Executivo

47.892.435/0001-51

Observação

Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.

Administrador do Emissor

Marcelo Feriozzi Bacci
Diretor Vice-Presidente Executivo

165.903.168-05

Subordinação

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Suzano Papel e Celulose S.A.
Membro do Comitê de Gestão

16.404.287/0001-55

Observação

Eleito como membro do Comitê de Gestão em 09.05.2012.

Exercício Social 31/12/2010**Administrador do Emissor**

David Feffer
Diretor Presidente

882.739.628-49

Controle

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Suzano Papel e Celulose S.A.

16.404.287/0001-55

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Gestão, membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia e membro do Comitê de Auditoria			
Observação			
Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.			

Administrador do Emissor			
Daniel Feffer	011.769.138-08	Controle	Controlada Direta
Diretor Vice-Presidente Corporativo			
Pessoa Relacionada			
Suzano Papel e Celulose S.A.	16.404.287/0001-55		
Vice-Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia			
Observação			
Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.			

Administrador do Emissor			
Jorge Feffer	013.965.718-50	Controle	Controlada Direta
Diretor Vice-Presidente Corporativo			
Pessoa Relacionada			
Suzano Papel e Celulose S.A.	16.404.287/0001-55		
Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia			
Observação			
Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.			

Administrador do Emissor			
Claudio Thomaz Lobo Sonder	066.934.078-20	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Vice-Presidente Executivo			
Pessoa Relacionada			
Suzano Papel e Celulose S.A.	16.404.287/0001-55		
Membro do Conselho de Administração, coordenador do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia e membro do Comitê de Auditoria			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Administrador do Emissor</u>			
Boris Tabacof Vice-Presidente do Conselho de Administração	000.616.035-20	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Suzano Papel e Celulose S.A. Vice-Presidente do Conselho de Administração	16.404.287/0001-55		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
David Feffer Diretor Presidente	882.739.628-49	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Premesa S.A. Diretor Vice-Presidente	61.142.469/0001-50		
<u>Observação</u>			
Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Daniel Feffer Diretor Vice-Presidente Corporativo	011.769.138-08	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Premesa S.A. Diretor Presidente	61.142.469/0001-50		
<u>Observação</u>			
Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Jorge Feffer Diretor Vice-Presidente Corporativo	013.965.718-50	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Premesa S.A. Diretor	61.142.469/0001-50		
Observação			
Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.			

Administrador do Emissor			
David Feffer Diretor Presidente	882.739.628-49	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Nemopar Investimentos Ltd. Diretor Presidente			
Observação			
Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.			

Administrador do Emissor			
Daniel Feffer Diretor Vice-Presidente Corporativo	011.769.138-08	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Nemopar Investimentos Ltd. Diretor Vice-Presidente			
Observação			
Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.			

Administrador do Emissor			
Daniel Feffer Diretor Vice-Presidente Corporativo	011.769.138-08	Controle	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda. Diretor Presidente	47.892.435/0001-51		
<u>Observação</u>			
Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Boris Tabacof Vice-Presidente do Conselho de Administração	000.616.035-20	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda. Diretor Executivo	47.892.435/0001-51		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Jorge Feffer Diretor Vice-Presidente Corporativo	013.965.718-50	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda. Diretor Executivo	47.892.435/0001-51		
<u>Observação</u>			
Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.			

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

12.11. Acordos (inclusive apólices de seguro) estabelecendo o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, de penalidades impostas por agentes estatais e acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções:

A Companhia contratou cobertura de seguro de Responsabilidade Civil para Conselheiros, Diretores e ou Administradores (D&O), o qual visa garantir aos administradores da Companhia e de suas controladas o pagamento ou o reembolso de despesas decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou a nossa Companhia, de penalidades impostas por agentes estatais e acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em razão do exercício de suas funções. A apólice contratada com o Itaú Seguros S.A. está em vigor e o prêmio foi devidamente pago. A Companhia considera que a cobertura de sua apólice de seguro de responsabilidade civil de administradores, no valor de R\$ 55.000.000,00, é consistente com as de outras empresas do setor e suficiente para cobrir eventuais sinistros, considerando suas atividades e as de suas controladas. O valor do prêmio pago pela Companhia e controladas com o seguro de D&O em 2012 foi de R\$ 186.686,97. Tal apólice está vigente no período compreendido entre 11/08/2012 e 11/08/2013.

12.12 - Outras informações relevantes

12.12. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

13.1. Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração:

a) Objetivos da política ou prática de remuneração

Nossa política de remuneração tem por objetivo atrair e reter profissionais na Companhia que tenham alinhamento com nossos princípios e valores e com os objetivos dos acionistas.

Para tanto, pautamos nossa política pelo acompanhamento do ambiente externo e comparamos anualmente nossa grade salarial com mercados de referência, composto por empresas concorrentes nos segmentos em que atuamos, multinacionais brasileiras, empresas de capital aberto ou que possuam estratégia de remuneração similar àquela que praticamos.

Nossa estratégia de remuneração indica que queremos nos posicionar acima da média de nosso mercado de referência para que, com isto, possamos atingir nossos objetivos de atração e retenção dos profissionais de alto nível que ajudarão a Companhia a entregar e superar os resultados planejados.

Praticamos também, com relação à remuneração variável, a participação nos lucros e resultados alicerçada por metas que estejam alinhadas à estratégia da Companhia e que sejam adequadas para cada parcela dos nossos colaboradores.

Para alguns colaboradores que tenham responsabilidade direta ou indireta e ativa na estratégia de longo prazo da Companhia, oferecemos ainda a possibilidade de acesso a um programa de incentivo de longo prazo atrelado à valorização das ações da Companhia, do tipo *phantom shares*.

O programa tem por objetivo estimular a expansão da Companhia e o atingimento das metas empresariais estabelecidas, a partir da criação de incentivos que visem a uma maior integração de nossos executivos, administradores e colaboradores, na qualidade de acionistas da Companhia.

b) Composição da remuneração, indicando: (i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles; (ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total; (iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração; e (iv) razões que justificam a composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deste elementos

Conselho de Administração:

Os membros do Conselho de Administração fazem jus somente à remuneração fixa, a qual é estabelecida de acordo com padrões de mercado e visa recompensar, atrair e reter Conselheiros que agreguem valor aos resultados da empresa.

Nenhum membro do Conselho de Administração participa dos programas de incentivo de longo prazo em *phantom Shares*.

Diretoria

Os membros da Diretoria fazem jus à remuneração fixa e variável.

Para a remuneração variável há o incentivo de curto prazo, como forma de recompensa pelo atingimento de metas que sustentem a estratégia de curto prazo da Companhia.

Há ainda o incentivo de longo prazo que, por meio de mecanismo de *phantom shares*, recompensa os executivos pelo atingimento de metas que dão sustentação aos objetivos estratégicos de médio e longo prazo da Companhia.

Ambas parcelas da remuneração variável atuam no alinhamento dos executivos com os objetivos dos acionistas e com a sustentabilidade da Companhia.

Tanto a remuneração fixa quanto a variável dos membros da Diretoria são estabelecidas conforme padrões de

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

mercado por meio de pesquisa conduzida por renomada consultoria especializada no tema.

Conselho Fiscal

Não há Conselho Fiscal instalado na Companhia.

Comitês

Não há Comitês na Companhia.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Para o Conselho de Administração, 100% de sua remuneração total é paga no modelo de remuneração fixa

Na Diretoria, a parcela da remuneração fixa (salários / pró-labores e benefícios diretos e indiretos) na remuneração total corresponde a 35%, a remuneração variável de curto prazo (bônus e participação nos resultados) corresponde a 45%, a remuneração variável de longo prazo (baseada em ações) corresponde a 15% e o benefício pós-emprego corresponde a 5%.

Esses percentuais podem variar em função do resultado dos indicadores que direcionam a remuneração variável.

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os valores da remuneração pagos pela Companhia aos membros da Diretoria e Conselho de Administração são periodicamente comparados com os valores pagos pelo mercado, conforme diretrizes estabelecidas pela estratégia de remuneração, por meio de pesquisas realizadas por consultorias externas renomadas e especializadas no tema, de modo a apurar o grau de competitividade e, se necessário, avaliar a necessidade de se propor ajustes em algum componente da remuneração que esteja desalinhado.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

Buscamos alinhar a composição de nossa remuneração às proporções praticadas pelo mercado e estas são também dimensionadas de modo a atingir o objetivo da estratégia de remuneração quanto ao posicionamento da remuneração total acima da média deste mercado selecionado.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Para a parcela fixa da remuneração são consideradas pesquisas de mercado e o posicionamento relativo da remuneração frente a este mercado.

Para as parcelas variáveis são definidos indicadores que demonstrem o suporte à estratégia da Companhia.

Um exemplo de metas definidas no período são o EBITDA e a dívida líquida de empresas controladas.

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A parcela fixa da remuneração é estruturada para um posicionamento acima da média do mercado selecionado, tendo como base pesquisa conduzida por consultoria especializada no tema.

A remuneração variável é estruturada de modo que somente quando atingidos níveis mínimos das metas definidas seja reconhecida remuneração variável.

Adicionalmente, a Companhia tem um programa estruturado de avaliação do alinhamento do comportamento dos membros da Diretoria, de modo a garantir o alinhamento destes aos valores e princípios éticos da empresa e esta avaliação também tem reflexo em uma parcela da remuneração variável.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária**e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo**

A Companhia busca o alinhamento das práticas de remuneração com os interesses de curto prazo por meio da atração e retenção de profissionais que agreguem valor ao seu negócio.

Para isso aplica alinhamento da remuneração fixa com um mercado selecionado.

Ainda no alinhamento de curto prazo, a Companhia monitora e reconhece, por meio da remuneração variável de curto prazo, indicadores de desempenho dos negócios em base anual.

Alguns destes indicadores também atuam no alinhamento dos interesses de médio prazo.

Os programas de incentivo de longo prazo atuam no alinhamento dos interesses de longo prazo da Companhia.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretosConselho de Administração

Há membros do Conselho de Administração que também têm remuneração suportada por empresas controladas direta ou indiretamente pelos acionistas controladores da Companhia, recebida a título de honorários pela participação em Conselho de Administração.

Diretoria

Há membros da Diretoria com remuneração suportada por empresas controladas direta ou indiretamente pelos acionistas controladores da Companhia, recebida a título de honorários pela participação em Conselho de Administração e Comitês.

Conselho Fiscal

Não há Conselho Fiscal eleito para o período.

Comitês

Não há Comitês na Companhia.

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação de controle acionário do emissor

Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinados eventos societários.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2013 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	6,00	0,00	11,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.930.712,00	8.470.446,00	0,00	11.401.158,00
Benefícios direto e indireto	0,00	572.861,00	0,00	572.861,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	586.142,00	1.863.628,00	0,00	2.449.770,00
Descrição de outras remunerações fixas	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	7.329.693,00	0,00	7.329.693,00
Participação de resultados	0,00	5.716.600,00	0,00	5.716.600,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.465.938,00	0,00	1.465.938,00
Descrição de outras remunerações variáveis		INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração variável (bônus)		
Pós-emprego	0,00	53.503,00	0,00	53.503,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	435.375,00	0,00	435.375,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente	O número de membros da Diretoria Estatutária foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente	Não há Conselho Fiscal	
Total da remuneração	3.516.854,00	25.908.044,00	0,00	29.424.898,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2012 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	6,00	0,00	11,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.726.244,00	7.879.485,00	0,00	10.605.729,00
Benefícios direto e indireto	0,00	532.894,00	0,00	532.894,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	545.249,00	1.733.608,00	0,00	2.278.857,00

Descrição de outras remunerações fixas	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	5.863.755,00	0,00	5.863.755,00
Participação de resultados	0,00	4.573.280,00	0,00	4.573.280,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.172.751,00	0,00	1.172.751,00
Descrição de outras remunerações variáveis		INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração variável (bônus)		
Pós-emprego	0,00	49.771,00	0,00	49.771,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	722.388,00	0,00	722.388,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente	O número de membro da Diretoria Estatutária foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente	Não há Conselho Fiscal	
Total da remuneração	3.271.493,00	22.527.932,00	0,00	25.799.425,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2011 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	6,00	0,00	11,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.726.244,00	7.826.444,00	0,00	10.552.688,00
Benefícios direto e indireto	1.619,00	430.794,00	0,00	432.413,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	545.249,00	1.565.289,00	0,00	2.110.538,00
Descrição de outras remunerações fixas	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	6.508.659,00	0,00	6.508.659,00
Participação de resultados	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.301.732,00	0,00	1.301.732,00

Descrição de outras remunerações variáveis	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração variável (bônus).	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração variável (bônus).		
Pós-emprego	0,00	864.823,00	0,00	864.823,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	180.000,00	0,00	180.000,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente	O número de membros da Diretoria Estatutária foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente	Não há Conselho Fiscal.	
Total da remuneração	3.273.112,00	18.977.741,00	0,00	22.250.853,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2010 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	5,00	0,00	10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.735.535,00	3.212.950,00	0,00	5.948.485,00
Benefícios direto e indireto	1.303,00	672.808,00	0,00	674.111,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	547.107,00	642.590,00	0,00	1.189.697,00
Descrição de outras remunerações fixas	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.581.099,00	0,00	2.581.099,00
Participação de resultados	0,00	252.000,00	0,00	252.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	516.220,00	0,00	516.220,00
Descrição de outras remunerações variáveis	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração variável (bônus).	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração variável (bônus).		
Pós-emprego	0,00	455.156,00	0,00	455.156,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	224.000,00	0,00	224.000,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente	O número de membros da Diretoria Estatutária foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente	Não há Conselho Fiscal.	
Total da remuneração	3.283.945,00	8.556.823,00	0,00	11.840.768,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

13.3 Remuneração variável do último exercício social e a prevista para o exercício social corrente de conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Exercício social corrente (encerrado em 31.12.2013)

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	5	6	0	11
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	5.863.755	N/A	5.863.755
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	7.329.693	N/A	7.329.693
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	7.329.693	N/A	7.329.693
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	4.573.280	N/A	4.573.280
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	5.716.600	N/A	5.716.600
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	5.716.600	N/A	5.716.600
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social encerrado em 31.12.2012

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	5	6	0	11
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	3.491.036	N/A	3.491.036
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	5.863.755	N/A	5.863.755
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	5.863.755	N/A	5.863.755
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	4.573.280	N/A	4.573.280
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	4.573.280	N/A	4.573.280
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	4.573.280	N/A	4.573.280
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Exercício social encerrado em 31.12.2011**

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	5	6	0	11
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	3.202.248	N/A	3.202.248
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	8.438.399	N/A	8.438.399
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	8.438.399	N/A	8.438.399
Valor efetivamente reconhecido	N/A	6.508.659	N/A	6.508.659
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	360.000	N/A	360.000
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	360.000	N/A	360.000
Valor efetivamente reconhecido	N/A	300.000	N/A	300.000

Exercício social encerrado em 31.12.2010

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	5	5	0	10
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	2.102.249	N/A	2.102.249
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	4.781.100	N/A	4.781.100
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	4.781.100	N/A	4.781.100
Valor efetivamente reconhecido	N/A	2.581.099	N/A	2.581.099
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	382.200	N/A	382.200
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	382.200	N/A	382.200
Valor efetivamente reconhecido	N/A	252.000	N/A	252.000

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

13.4 Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

a. termos e condições gerais

Para seus principais executivos e membros chave entre seus colaboradores, a Companhia possui plano de incentivo de longo prazo (ILP) atrelado ao preço da ação da Companhia, com pagamento em moeda corrente (liquidação em caixa).

São estabelecidas condições gerais para a outorga, pela Companhia, de *phantom shares* a esses executivos (beneficiários), as quais são definidas em regulamentos específicos que devem ser administrados pela Administração, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo Estatuto Social e pelo Conselho de Administração da Companhia.

Anualmente, são estabelecidos indicadores de desempenho no âmbito corporativo (condição de aquisição) que, se atingidos, configuram o direito à outorga de *phantom shares* aos seus beneficiários.

A determinação das quantidades de *phantom shares* a serem outorgadas a cada beneficiário é definida pela divisão entre a quantidade de salários concedidos e a média aritmética das cotações de fechamento das ações preferenciais da Companhia (SUZB5) negociadas nos últimos 90 pregões.

As quantidades de salários concedidos são determinadas com base em (i) cumprimento de metas; (ii) quantidades discricionárias atribuídas pela Administração em relação ao nível de atendimento dos indicadores corporativos; e (iii) quantidades por diferimento, mediante o investimento do beneficiário de parte de sua remuneração de curto prazo, limitado a dois salários, com aporte de mesmo valor pela Companhia.

São então outorgadas quantidades de *phantom shares* a cada beneficiário mediante a divisão do valor total dos salários concedidos e a cotação média das ações preferenciais da Companhia (SUZB5) apuradas nos últimos 90 pregões.

Para outorgas a um conjunto de executivos é aplicado um percentual atrelado ao desempenho da Companhia em relação aos seus concorrentes.

Depois de outorgadas, as *phantom shares* podem ser resgatadas em dinheiro pelos beneficiários desde que eles cumpram o prazo de carência estipulado (3 anos de permanência na Companhia).

b. principais objetivos do plano

Os programas de ILP são sistemas criados com o objetivo de:

- i. alavancar negócios e resultados, incentivando os executivos em busca de contribuições efetivas para o crescimento da empresa;
- ii. fortalecer o comprometimento com os resultados sustentáveis, compatibilizando visão do curto e longo prazo;
- iii. permitir que o crescimento da empresa proporcione uma recompensa financeira ao mesmo tempo em que compõe um fator de retenção dos principais executivos; e
- iv. estabelecer critérios de Participação nos Lucros e Resultados de Longo Prazo para executivos elegíveis.

c. forma como o plano contribui para estes objetivos

O plano contribui para os objetivos apresentados acima, por meio do alinhamento dos objetivos pessoais e financeiros dos beneficiários com os objetivos de longo prazo da Companhia, definidos anualmente pela Administração.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O plano se insere na política de remuneração da Companhia, de modo a compor a remuneração total dos beneficiários.

Assim, em pesquisa de mercado selecionado conduzida por consultoria especializada, é avaliado o posicionamento da remuneração total dos beneficiários versus este mercado, sendo que a estratégia da Companhia é que estes estejam posicionados acima da média destes resultados.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

As outorgas realizadas com base nos programas de remuneração baseada em ações (*phantom shares*) alinham os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo, desde a concessão, uma vez que estes programas de remuneração baseiam-se em indicadores de desempenho e dependem da análise da Administração, incentivando o interesse dos administradores em trabalhar na valorização da empresa para a consequente valorização de suas ações ou opções outorgadas.

Além disso, o ciclo dos programas prevê um período de vesting (carência) para as *phantom shares*, de modo a estimular o interesse do beneficiário em focar em ações de gestão sustentáveis de longo prazo.

f. número máximo de ações abrangidas

Limite não aplicável, uma vez que dada a modalidade de *phantom shares*, não são emitidas / outorgadas ações existentes da Companhia – a liquidação se dá em caixa.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

Não há na Companhia plano de Opção de Compra de Ações.

h. condições de aquisição das ações

São elegíveis a este programa executivos nas posições de Vice Presidente, Diretor Presidente, Diretor Executivo e Diretor.

Anualmente poderão ser convidados colaboradores da Companhia para fazer parte do programa, com base em critérios de desempenho estabelecidos e validados pela Administração.

O convite em um determinado ano não é garantia de permanência no programa, sendo que os candidatos selecionados em um ano podem ou não estar na lista em anos subsequentes.

O regulamento do Plano determina ainda as seguintes condições para que esses beneficiários passem a ter direito sobre o exercício das *phantom shares* (condições de aquisição e não aquisição): i) nos programas em que for possível fazer o diferimento conforme inciso (iii) do item 13.4(f) acima, no caso de desligamento por justa causa ou pedido de demissão voluntária (nestes casos, o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as *phantom shares* que lhe foram outorgadas, sem indenização, com exceção apenas das quantidades outorgadas por diferimento); ii) na hipótese de desligamento sem justa causa ou por aposentadoria, será antecipado o vencimento dos prazos previstos para exercício das *phantom shares*, conferido ao beneficiário o direito de exercer imediatamente a totalidade das *phantom shares*; iii) na ausência da situação (i) acima, as condições de aquisição são consideradas plenamente satisfeitas, permitindo assim que o beneficiário exerça suas *phantom shares* nos termos definidos pelos regulamentos.

Salvo nas condições de não aquisição mencionadas acima, as *phantom shares* somente podem ser exercidas após um período de carência de um a três anos (período de aquisição) e, quando aplicável, até um período limite de seis anos a contar da data de outorga.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício, correspondente a cada *phantom share* (preço de exercício), pelo qual os beneficiários poderão exercer sua opção é calculado da seguinte forma:

$Pe = [VMA + (DIV+JCP)] \times TRS$, sendo:

Pe = preço de exercício do lote original o qual foi definido na data da outorga, obedecendo aos termos do Plano.

VMA = cotação média das ações da Companhia apuradas nos últimos 90 pregões a contar da data de exercício.

DIV+JCP = corresponde aos dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos no período entre a outorga e o exercício, quando aplicável.

TRS = percentual atrelado ao desempenho da Companhia em relação a seus concorrentes que pode variar de 75% a 125%, quando aplicável.

j. critérios para fixação do prazo de exercício

O prazo de exercício deve respeitar ao menos o ciclo que a Companhia determina como adequado para o retorno das ações dos beneficiários em forma de resultados para a Companhia.

Assim, as *phantom shares* somente podem ser exercidas após um período de carência de um a três anos (período de aquisição) e, quando aplicável, até um período limite de seis anos a contar da data de outorga.

k. forma de liquidação

Para as *phantom shares*, a liquidação se dá em folha de pagamento em favor do beneficiário quando satisfeitas todas as condições.

l. restrições a transferência das ações

Não há para este programa a concessão de ações da Companhia, uma vez que a liquidação é realizada em dinheiro.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O plano de Incentivo de Longo Prazo em *phantom Shares* poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Presidência da Companhia. O término da vigência do plano não afetará a eficácia das opções ainda em vigor que tenham sido outorgadas por meio do regulamento vigente.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado e ações

Conforme mencionado no item 13.4(f) acima, com relação às *phantom shares*: i) nos programas em que for possível fazer o diferimento conforme explicado acima, no caso de desligamento por justa causa ou pedido de demissão voluntária (nestes casos, o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as *phantom shares* que lhe foram outorgadas, sem indenização, com exceção apenas das quantidades outorgadas por diferimento); ii) na hipótese de desligamento sem justa causa ou por aposentadoria, será antecipado o vencimento dos prazos previstos para exercício das *phantom shares*, conferindo ao beneficiário o direito de exercer imediatamente a totalidade das *phantom shares*.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

13.5 Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

COMPANHIA		31/12/2012		
		Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Sociedade	Tipo			
Suzano Holding S.A.	Ações Ordinárias	24.272.500	28.927.500	N/A
	Ações Preferenciais Classe A	21.981.936	27.171.318	
	Ações Preferenciais Classe B	10.054.896	11.975.100	

CONTROLADAS		31/12/2012		
		Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Sociedade	Tipo			
Suzano Papel e Celulose S.A.	Ações Ordinárias	6.037	6.839	N/A
	Ações Preferenciais Classe A	71.025.097	135.468.720	
	Ações Preferenciais Classe B	0	0	

		31/12/2012		
		Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Sociedade	Tipo			
Premesa S.A.	Ações Ordinárias	46	54	N/A
	Ações Preferenciais	36	39	

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

SOCIEDADES SOB CONTROLE COMUM		31/12/2012		
		Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Sociedade	Tipo			
IPLF Holding S.A.	Ordinárias	210.313.000	250.647.000	N/A
	Preferenciais	1.984	2.361	

		31/12/2012		
		Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Sociedade	Tipo			
Polpar S.A.	Ordinárias	33.677	40.134	N/A

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.6 Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado do último exercício social e a prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Para facilitar a representação dos Planos de *Phantom Shares*, a Companhia optou por alterar o formato das tabelas na divulgação de resultado a partir de 2012.

Não existem opções disponíveis para o Conselho de Administração ou Conselho Fiscal.

Phantom Shares	Previsão para 2013			
	Diretoria Estatutária			
Número de Membros	2			
Data de Outorga	01/03/2008	01/03/2011	01/03/2012	01/03/2013
Quantidade de ações fantasma outorgadas	2.596	17.180	124.607	325.029
Prazo para que as ações fantasmas se tornem exercíveis	3 anos após a data de outorga			
prazo máximo para exercício das opções	6 anos após a data de outorga			
prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para <i>Phantom Shares</i>			
preço médio ponderado de exercício das ações fantasma				
(a) das ações fantasma em aberto no início do exercício social*	R\$ 9,00 para todos os programas			
(b) das ações fantasma perdidas durante o exercício social	Não há previsão de phantom shares perdidas no período			
(c) das ações fantasma exercidas durante o exercício social*	R\$ 9,00 para todos os programas			
(d) das ações fantasma expiradas durante o exercício social	Não há previsão de phantom shares expiradas no período			
valor justo das ações fantasma na data da outorga	R\$ 34,74	R\$ 14,91	R\$7,49	R\$ 6,58
diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	Não aplicável para <i>Phantom Shares</i>			

*Está prevista a possibilidade de liquidação das phantom shares em aberto por R\$9,00 em março de 2013.

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Phantom Shares

31/12/2012

	Diretoria Estatutária				
Número de Membros	2				
Data de Outorga	01/03/2008	01/03/2009	01/03/2010	01/03/2011	01/03/2012
Quantidade de ações fantasma outorgadas	8.136	23.861	16.378	17.180	124.607
Prazo para que as ações fantasmas se tornem exercíveis	3 anos após a data de outorga				
prazo máximo para exercício das opções	6 anos após a data de outorga				
prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para <i>Phantom Shares</i>				
preço médio ponderado de exercício das ações fantasma					
(a) das ações fantasma em aberto no início do exercício social*	Nenhuma opção foi exercida no período				
(b) das ações fantasma perdidas durante o exercício social	Nenhuma opção foi perdida no período				
(c) das ações fantasma exercidas durante o exercício social*	Nenhuma opção foi exercida no período				
(d) das ações fantasma expiradas durante o exercício social	Nenhuma opção expirou no período				
valor justo das ações fantasma na data da outorga	R\$ 34,74	R\$ 12,09	R\$ 19,09	R\$ 14,91	R\$ 7,49
diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	Não aplicável para <i>Phantom Shares</i>				

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Phantom Shares

31/12/2011

	Diretoria Estatutária			
Número de Membros	2			
Data de Outorga	01/03/2008	01/03/2009	01/03/2010	01/03/2011
Quantidade de ações fantasma outorgadas	8.136	23.861	16.378	17.180
Prazo para que as ações fantasmas se tornem exercíveis	3 anos após a data de outorga			
prazo máximo para exercício das opções	6 anos após a data de outorga			
prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para <i>Phantom Shares</i>			
preço médio ponderado de exercício das ações fantasma				
(a) das ações fantasma em aberto no início do exercício social*	R\$ 14,91	R\$ 14,91	R\$ 14,91	R\$ 14,91
(b) das ações fantasma perdidas durante o exercício social	Nenhuma opção foi perdida no período			
(c) das ações fantasma exercidas durante o exercício social*	Nenhuma opção foi exercida no período			
(d) das ações fantasma expiradas durante o exercício social	Nenhuma opção expirou no período			
valor justo das ações fantasma na data da outorga	R\$34,74	R\$12,09	R\$19,09	R\$ 14,91
diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	Não aplicável para <i>Phantom Shares</i>			

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Phantom Shares

31/12/2010

	Diretoria Estatutária		
Número de Membros	2		
Data de Outorga	01/03/2008	01/03/2009	01/03/2010
Quantidade de ações fantasma outorgadas	8.136	23.861	16.378
Prazo para que as ações fantasmas se tornem exercíveis	3 anos após a data de outorga		
prazo máximo para exercício das opções	6 anos após a data de outorga		
prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para <i>Phantom Shares</i>		
preço médio ponderado de exercício das ações fantasma			
(a) das ações fantasma em aberto no início do exercício social*	R\$ 18,75	R\$ 18,75	R\$ 18,75
(b) das ações fantasma perdidas durante o exercício social	Nenhuma opção foi perdida no período		
(c) das ações fantasma exercidas durante o exercício social*	Nenhuma opção foi exercida no período		
(d) das ações fantasma expiradas durante o exercício social	Nenhuma opção expirou no período		
valor justo das ações fantasma na data da outorga	R\$34,70	R\$12,09	R\$19,09
diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	Não aplicável para <i>Phantom Shares</i>		

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

13.7 Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Não há plano de Opção de Compra de Ações na Companhia.

O Quadro abaixo se refere ao Plano de Opções Fantasma (*phantom shares*) da Companhia.

Exercício social encerrado em 31/12/2012	Diretoria Executiva
Número de membros	2
Em relação às ações fantasmas ainda não exercíveis	
Quantidade	155.371
Data em que se tornarão exercíveis	A) mar/13 – 14.688 B) mar/14 – 17.180 C) mar/15 – 124.607
Prazo máximo para exercício das opções	A) mar/16 – 14.688 B) mar/17 – 17.180 C) mar/18 – 124.607
Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para ações fantasmas
Preço médio ponderado de exercício	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	R \$ 4,31
Em relação às ações fantasma exercíveis	
Quantidade	31.997
Prazo máximo para exercício das ações fantasma	A) mar/14 – 8.136 B) mar/15 – 23.861
Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para ações fantasmas
Preço médio ponderado de exercício	R \$ 4,31
Valor justo das ações fantasma no último dia do exercício social	R \$ 4,31
Valor justo do total das ações fantasma no último dia do exercício social*	R \$ 820.216,15

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.8 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, no último exercício social:

No que diz respeito às *phantom shares* da Diretoria Estatutária, durante os exercícios sociais findos em 2010, 2011 e 2012, não foram exercidas *phantom shares*.

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções:

As informações divulgadas nos itens 13.6 a 13.8 dizem respeito, em especial quanto ao número de membros de cada órgão, àqueles administradores (beneficiários) efetivamente elegíveis às opções detalhadas ao longo dos mesmos.

Desta forma, as informações constantes dos itens em questão (13.6 a 13.8) restringem-se aos administradores, ao passo que a sua divulgação, por meio de Nota Explicativa, objetiva dar publicidade aos números e valores de todo o público-alvo abrangido.

Por ser um Plano liquidado em caixa, a Suzano deve revisar o valor justo das ações fantasmas em toda divulgação de resultados. Conforme apresentado anteriormente, o valor justo é calculado pela média dos últimos 90 pregões da ação SUZB5 ponderada pelo volume negociado em cada data. Este valor é multiplicado pelo TRS observado no período (o qual varia entre 75% e 125% e depende do desempenho da ação SUZB5 em relação às ações de empresas do mesmo setor no Brasil).

Para o programa ILP 2007 (PA), devido à alternativa de escolha de ações com características combinadas de ação e opção de ação (definida na política do programa vigente em dezembro de 2007), para a determinação do valor justo destas ações a Companhia utilizou o modelo matemático de aproximação para opções do tipo americano de Bjerksund & Stensland, o qual considera a taxa de distribuição de dividendos e as seguintes premissas matemáticas:

Descrição das premissas	Indicadores <i>Phantom Shares</i>
Preço do ativo base (1)	R\$ 8,01/ação
Expectativa de volatilidade (2)	42,81 % a.a.
Expectativa de vida média das ações fantasma / opções (3)	2,20 anos
Expectativa de dividendos (4)	3,61 % a.a
Taxa de juros média ponderada livre de risco (5)	média de 10,55%

(1) O preço do ativo base foi definido considerando a média aritmética do preço de fechamento dos últimos 90 pregões para a ação SUZB5 da controlada Suzano Papel e Celulose S.A.;

(2) A expectativa de volatilidade foi calculada para cada data de exercício, levando em consideração o tempo remanescente para completar o período de aquisição, bem como a volatilidade histórica dos retornos, considerando desvio padrão de 90 observações de retornos;

(3) A expectativa de vida média das *phantom shares* e opções de ação foi definida pelo prazo remanescente até a data limite de exercício;

(4) A expectativa de dividendos foi definida com base no lucro por ação histórico da Companhia;

(5) A taxa de juros média ponderada livre de risco utilizada foi a curva pré de juros em reais (expectativa do DI) observada no mercado aberto, que é a melhor base para comparação com a taxa de juros livre de risco do mercado brasileiro. A taxa usada para cada data de exercício altera de acordo com o período de aquisição.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

13.10 Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	5	6	0	11
Nome do plano	N/A	Suzano Prev	N/A	N/A
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	N/A	01	N/A	N/A
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	Ter no mínimo 55 anos, no mínimo 3 anos de permanência no Suzano Prev e rescindir o contrato de trabalho com a Companhia.	N/A	-
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	1.084.952	N/A	1.084.952
valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	49.771	N/A	49.771
Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	N/A	O resgate pode ocorrer total ou parcialmente a qualquer momento, respeitando a carência mínima entre os resgates de 60 dias, conforme previsto na legislação vigente.	N/A	-

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não divulgado em razão da liminar concedida pelo MM Juízo 5ª Vara Federal/RJ, nos autos do processo 2010.5101002888-5 ao Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças - IBEF Rio de Janeiro, instituição à qual alguns dos Administradores da Companhia são associados.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

13.12 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

13.13 Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto, em relação ao último exercício social:

ORGÃO	Exercício social encerrado em 31.12.2012	Exercício social encerrado em 31.12.2011
Diretoria Estatutária	87%	63%
Conselho de Administração	96%	96%
Conselho Fiscal	N/A	N/A

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

13.14 Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados, em relação aos 3 últimos exercícios sociais:

ORGÃO	Exercício social encerrado em 31.12.2012	Exercício social encerrado em 31.12.2011	Exercício social encerrado em 31.12.2010
Diretoria Estatutária	-	-	-
Conselho de Administração	615.656	615.656	596.886
Conselho Fiscal	-	-	-
TOTAL	615.656	615.656	596.886

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

13.15 Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos, em relação ao último exercício social:

	Conselho de Administração ⁽¹⁾	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	170.978	7.684.168	-	7.855.146
Sociedades sob controle comum	630.804	1.199.054	-	1.829.858

13.16 - Outras informações relevantes

13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Todas as informações relevantes a respeito da remuneração dos Administradores da Companhia foram divulgadas nos itens acima.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

14.1 Descrição dos recursos humanos da Companhia, em relação aos 3 últimos exercícios sociais:

- a) Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica).

Distribuição dos Colaboradores (Exercício de 2012)	Gestão	Especialista	Administrativa	Operacional	TOTAL
São Paulo	13	6	25	0	44
Total	13	6	25	0	44

Distribuição dos Colaboradores (Exercício de 2011)	Gestão	Especialista	Administrativa	Operacional	TOTAL
São Paulo	10	6	34	0	50
Total	10	6	34	0	50

Distribuição dos Colaboradores (Exercício de 2010)	Gestão	Especialista	Administrativa	Operacional	TOTAL
São Paulo	8	7	31	0	46
Total	8	7	31	0	46

- b) Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

NÃO APLICÁVEL.

- c) Índice de rotatividade (base dez/2012)

Índice Rotatividade (Exercício de 2011)	Efetivos	Admissões	Desligamentos	Rotatividade
São Paulo	44	04	03	8%
Total	44	04	03	8%

- d) Exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas

A Companhia não possui passivos ou contingências trabalhistas de responsabilidade direta e imediata. Todavia, conforme exposto nos itens acima, os empregados e administradores da Companhia poderão eventualmente apresentar demandas de natureza trabalhista em face da Companhia com base nas regras da Consolidação de Leis Trabalhistas (CLT).

A Companhia tem atualmente algumas atividades terceirizadas, o que envolve parte do seu contingente total de colaboradores. Face aos termos da Súmula 331 do TST, a Companhia responde subsidiariamente por eventuais direitos trabalhistas relacionados aos terceiros prestadores de serviço.

Eventualmente, a descontinuidade da prestação de serviços por estas empresas terceirizadas poderá afetar a qualidade e continuidade de seus processos.

A Companhia acompanha, documental e fisicamente, a relação dos seus prestadores de serviços com seus empregados, o que mitiga eventuais riscos e impactos em seus resultados.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

14.2 Alterações relevantes ocorridas com relação aos números divulgados no item 14.1 acima:

NÃO APLICÁVEL.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

14.3 Políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

a) Política de salários e remuneração variável

A Companhia garante uma política de remuneração competitiva realizando, anualmente, uma pesquisa de cargos e salários entre as maiores e melhores empresas de diversos segmentos.

A remuneração é composta de um salário fixo mensal, que está relacionado ao nível de complexidade do cargo, além da participação anual nos resultados da empresa através do programa de remuneração variável.

O programa de remuneração variável tem como principais objetivos alavancar negócios e resultados, incentivando os colaboradores em busca de contribuições efetivas para o crescimento da empresa, fortalecer o comprometimento com os resultados sustentáveis, compatibilizando visão de curto e longo prazo e permitir que o crescimento da empresa proporcione uma recompensa financeira, além da retenção dos colaboradores.

A Companhia conta com três diferentes programas de remuneração variável que são baseados no estabelecimento de metas coletivas e individuais.

Estas metas são desdobradas em todos os níveis hierárquicos.

b) Política de benefícios

A Companhia fornece no ato da admissão de seus colaboradores os seguintes benefícios: seguro de vida, assistência odontológica, plano de saúde, previdência complementar, vale refeição, vale alimentação, vale transporte, cesta de natal, brinquedos aos filhos dos colaboradores de zero a 12 (doze) anos, programa de incentivo ao estudo aos filhos dos colaboradores a partir do ensino fundamental ao ensino médio, kit material escolar, auxílio creche para colaboradoras, auxílio filho excepcional.

Estes benefícios, por sua vez, são oferecidos através das convenções coletivas e/ ou por liberalidade da Companhia.

c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando: (i) Grupos de beneficiários, (ii) Condições para exercício, (iii) Preços de exercício, (iv) Prazos de exercício, (v) Quantidade de ações comprometidas pelo plano

Termos e condições gerais dos planos de remuneração baseado em ações dos empregados não-administradores:

(i) Grupo de beneficiários:

Para alguns colaboradores a Companhia possui plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP), atrelado ao preço da ação da controlada Suzano Papel e Celulose, com pagamento em moeda corrente.

São estabelecidas condições gerais para a outorga, pela Companhia, de *phantom shares* a esses executivos (beneficiários), as quais são definidas em regulamentos específicos aprovados pela administração segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo Estatuto Social e pelo Conselho de Administração da Companhia.

Anualmente, a administração estabelece indicadores de desempenho no âmbito corporativo (condição de aquisição) que, se atingidos, configuram o direito à outorga de *phantom shares* aos beneficiários.

(ii) Condições para exercício:

O regulamento determina ainda as seguintes condições para que esses beneficiários possam ter direito sobre o exercício das *phantom shares* (condições de aquisição e não-aquisição): (i) nos programas em que for possível fazer o diferimento conforme inciso(iii) do item 13.4 (f) acima, no caso de desligamento por justa causa ou pedido de demissão voluntária (nestes casos o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as *phantom shares* que lhe foram outorgadas, sem indenização, com exceção apenas das quantidades outorgadas por

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

diferimento); (ii) na hipótese de desligamento sem justa causa ou por aposentadoria, será antecipado o vencimento dos prazos previstos para exercício das *phantom shares* conferindo ao beneficiário o direito de exercer imediatamente a totalidade das *phantom shares*; (iii) na ausência da situação (i) acima, as condições de aquisição são consideradas plenamente satisfeitas, permitindo assim que o beneficiário exerça suas *phantom shares* nos termos definidos pelos regulamentos.

Salvo nas condições de não-aquisição mencionadas acima, as “ações fantasma” somente podem ser exercidas após um período de carência de um a três anos (*período de aquisição*) e, quando aplicável, até um período limite de seis anos a contar da data de outorga.

O preço de exercício, correspondente a cada *phantom share* (*preço de exercício*), pelo qual os beneficiários poderão exercer sua opção, é calculado da seguinte forma:

$Pe = [VMA + (DIV+JCP)] \times TRS$, sendo:

Pe = preço de exercício do lote original o qual foi definido na data da outorga, obedecendo aos termos do Plano.

VMA = cotação média das ações da Suzano Papel e Celulose apuradas nos últimos 90 pregões a contar da data de exercício.

DIV+JCP = corresponde aos dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos no período entre a outorga e o exercício, quando aplicável.

TRS = percentual atrelado ao desempenho da Suzano Papel e Celulose em relação a seus concorrentes que pode variar de 75% a 125%, quando aplicável.

O prazo de exercício deve respeitar ao menos o ciclo que a Companhia determina como adequado para o retorno das ações dos beneficiários em forma de resultados para a Companhia.

Assim, as *phantom shares* somente podem ser exercidas após um período de carência de um a três anos (*período de aquisição*) e, quando aplicável, até um período limite de seis anos a contar da data de outorga.

Para as *phantom shares*, a liquidação se dá em folha de pagamento em favor do beneficiário quando satisfeitas todas as condições.

O plano Incentivo de Longo Prazo em *phantom shares* poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da administração da Companhia.

O término da vigência do plano não afetará a eficácia das opções ainda em vigor que tenham sido outorgadas por meio do regulamento vigente.

(iii, iv e v) Preços de exercício, prazos de exercício e quantidade de *phantom shares* comprometidas pelo plano:

Programa outorgado	Data de outorga	Preço justo na data da outorga	1ª data exercício	2ª data exercício e liquidação	Total em vigor em 31/12/2012
ILP 2007 (PN)	mar/08	34,74	mar/11	mar/14	2.596
ILP 2007 (PA)	mar/08	34,74	mar/11	mar/14	5.540
ILP 2008 PN	mar/09	12,09	mar/12	mar/15	23.861
ILP 2009	mar/10	19,09	mar/13	mar/16	16.378
ILP 2011	mar/11	14,91	mar/14	mar/17	17.180
ILP 2012	mar/12	7,49	mar/15	mar/18	124.607

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

14.4 Descrição das relações entre o emissor e sindicatos:

Os sindicatos aos quais os colaboradores da Companhia estão vinculados são: o Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Empresas de Serviços Contábeis no Estado de São Paulo e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Papel, Celulose e Pasta de Madeira de São Paulo.

A Companhia sempre manteve um bom relacionamento com os sindicatos que representam os seus colaboradores, o que faz com que haja uma relação positiva e produtiva entre as partes.

Diretamente, ou através do sindicato patronal, a Companhia firma vários acordos e convenções coletivas de trabalho aplicáveis aos seus colaboradores que tem, como ponto comum, assuntos como reajuste salarial, jornada de trabalho, pausa para refeição e descanso.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Jorge Feffer						
013.965.718-50	Brasileiro-SP	Não	Sim			
12.833.469	18,125000%	17.400.037	17,775000%	30.233.506	17,922000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	12.087.374	17,627000%				
Preferencial Classe B	5.312.663	18,119000%				
TOTAL	17.400.037	17,774527%				
Fanny Feffer						
688.071.208-87	Brasileira-SP	Não	Sim			
19.471.470	27,500000%	25.766.566	26,321000%	45.238.036	26,816000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	17.696.891	25,807000%				
Preferencial Classe B	8.069.675	27,522000%				
TOTAL	25.766.566	26,321124%				
Ruben Feffer						
157.423.548-60	Brasileiro-SP	Não	Sim			
12.833.469	18,125000%	17.301.390	17,674000%	30.134.859	17,863000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	11.988.727	17,483000%				
Preferencial Classe B	5.312.663	18,119000%				
TOTAL	17.301.390	17,673757%				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Daniel Feffer						
011.769.138-08	Brasileiro-SP	Não	Sim			
12.833.469	18,125000%	17.493.722	17,870000%	30.327.191	17,977000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	12.181.059	17,764000%				
Preferencial Classe B	5.312.663	18,119000%				
TOTAL	17.493.722	17,870229%				
David Feffer						
882.739.628-49	Brasileiro-SP	Não	Sim			
12.833.469	18,125000%	17.562.094	17,940000%	30.395.563	18,018000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	12.249.431	17,863000%				
Preferencial Classe B	5.312.663	18,119000%				
TOTAL	17.562.094	17,940072%				
OUTROS						
0	0,000000%	2.369.298	2,420000%	2.369.298	1,404000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	2.369.295	3,456000%				
Preferencial Classe B	3	0,000000%				
TOTAL	2.369.298	2,420291%				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%	
TOTAL						
70.805.346	100,000000%	97.893.107	100,000000%	168.698.453	100,000000%	

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/04/2013
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	31
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	2
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	0	0,000000%

15.4 - Organograma dos acionistas

15.4. Organograma dos acionistas da Companhia, identificando todos os controladores diretos e indiretos bem como os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações, desde que compatível com as informações apresentadas nos itens 15.1. e 15.2.:

Nossos acionistas controladores, bem como nossos acionistas com participação igual ou superior a 5% (cinco por cento) de uma classe ou espécie de ações estão identificados no item 15.1 acima. Para mais informações, vide também itens 8.1 “(a)” e organograma constante do item 8.2 deste Formulário de Referência.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

15.5. Informações sobre acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do emissor:

NÃO APLICÁVEL. Não há acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

15.6. Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor, de acordo com os 3 últimos exercícios sociais:

Não ocorreram alterações relevantes na participação de membros do grupo de controle e administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

Em 30.04.2010 foi aprovada em assembleia geral ordinária e extraordinária da Companhia, a conversão de 22.029.999 (vinte e dois milhões, vinte e nove mil, novecentas e noventa e nove) ações ordinárias de titularidade dos acionistas controladores da Companhia em 22.029.999 (vinte e dois milhões, vinte e nove mil, novecentas e noventa e nove) ações preferenciais de classe "B" de emissão da Companhia.

Em 03 de maio de 2010 foi celebrado Instrumento Particular de Permuta de Ações e de Mandato entre alguns integrantes do bloco de controle da Companhia, através do qual foram permutadas 4.955.224 (quatro milhões, novecentas e cinquenta e cinco mil, duzentas e vinte e quatro) ações ordinárias por idêntico número de ações preferenciais de classe "B". Ressalte-se que tanto a conversão de ações ordinárias em ações preferenciais de classe "B", quanto a permuta de ações ordinárias por ações preferenciais de classe "B", ambas à razão de uma ação preferencial de classe "B" para cada uma ação ordinária, não alteraram as participações dos acionistas controladores no bloco de controle da Companhia, sendo que a permuta, inclusive, ocorreu justamente para recomposição das suas respectivas participações no capital social da Companhia após a conversão das ações.

Em 02 de dezembro de 2010, a Sra. Betty Vaidergorn Feffer celebrou Instrumento Particular de Doação referente à 11.970.000 ações ordinárias, 11.528.840 ações preferenciais classe A e 4.955.224 ações preferenciais classe B de sua propriedade de emissão da Companhia, as quais, em conjunto, representavam 22,45% do capital social da Companhia ("Doação"). Os donatários foram seus filhos, os Srs. David Feffer, Daniel Feffer, Jorge Feffer e Ruben Feffer (em conjunto, "Donatários").

Por meio da Doação, a Sra. Betty Vaidergorn Feffer doou aos Donatários as ações acima referidas em quantidades iguais, ou seja, 2.992.500 ações ordinárias, 2.882.210 ações preferenciais classe A e 1.238.806 ações preferenciais Classe B a cada um dos Donatários.

Nos termos da Doação, foi transferida a nua-propriedade e os direitos políticos (voto) das referidas ações aos Donatários, permanecendo a Sra. Betty Vaidergorn Feffer com o usufruto vitalício dessas ações, de modo que os dividendos e os juros sobre o capital próprio serão a ela devidos.

A Doação foi feita em caráter de adiantamento de legítima, sem o objetivo de alterar a composição do controle ou a estrutura administrativa da Companhia.

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30.04.2013 foi aprovado o aumento de capital da Companhia. Esse aumento não resultou em alteração relevante nas participações dos membros do grupo de controle.

15.7 - Outras informações relevantes

15.7. Outras informações que a Companhia julgue relevantes:

Não há outras informações relevantes sobre este item 15.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

16.1. Regras, políticas e práticas da Companhia quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Em linhas gerais, todos os termos e condições de contratos que a Companhia celebra com partes relacionadas são praticados com bases de mercado, refletindo o cenário que seria verificado caso a contratação tivesse ocorrido com um terceiro sem qualquer relação com a Companhia, seus acionistas ou administradores.

A Companhia negocia individualmente os contratos a serem celebrados com partes relacionadas, analisando seus termos e condições à luz dos termos e condições usualmente praticados pelo mercado, bem como diante das particularidades de cada operação, incluindo prazos, valores e atendimento de padrões de qualidade, entre outros.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
IPLF Holding S.A.	31/12/2004	-503.750,00	R\$ - 503.750,00		Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor		Sociedade controlada pelos acionistas controladores da Companhia					
Objeto contrato		Compartilhamento de custos e despesas corporativas com a controlada Suzano Papel e Celulose					
Garantia e seguros		Não existe					
Rescisão ou extinção		Contrato vigente					
Natureza e razão para a operação							
Fundação Filantrópica Arymax	30/06/2011	-493.766,65		R\$ - 493.766,65	1 ano e 2 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor		Fundação filantrópica que possui como outorgantes instituidores alguns acionistas controladores da Companhia					
Objeto contrato		Debêntures conversíveis em ações da controlada Suzano Papel e Celulose					
Garantia e seguros		Não existe					
Rescisão ou extinção		Contrato liquidado em 17/08/2012					
Natureza e razão para a operação							
Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Paperfect	30/09/2010	436.819.093,46	R\$ 436.819.093,46	R\$ 33.271.389,54	Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor		Fundo de investimento exclusivo					
Objeto contrato		Aplicações financeiras em fundo de investimento exclusivo da controlada Suzano Papel e Celulose					
Garantia e seguros		Não existe					
Rescisão ou extinção		Contrato vigente					
Natureza e razão para a operação							
Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Report	04/07/2007	99.291.436,53	R\$ 99.291.436,53	R\$ 14.554.852,47	Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor		Fundo de investimento exclusivo					

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Aplicação financeiras em fundo de investimento exclusivo da controlada Suzano Papel e Celulose						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação							
Acionistas	29/06/2012	934.554.851,04	R\$ 934.554.851,04	R\$ 934.554.851,04	Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador pessoa física						
Objeto contrato	A.F.A.C - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital recebido pelo acionista.						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação							
Acionista	31/12/2010	-42.966.254,68		R\$ - 42.966.254,68	4 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador pessoa física						
Objeto contrato	Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar pela Companhia						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Valor pago em 20/05/2011						
Natureza e razão para a operação							
Premesa S.A.	31/12/2009	3.682.561,16			Não aplicável.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Dividendos a receber						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Valor recebido em mai/2010.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
Premesa S.A.	31/12/2011	5.169.050,12		R\$ 5.169.050,12	4 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Dividendos a receber de controlada						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Valor recebido em 04.05.12						
Natureza e razão para a operação							
Suzano Papel e Celulose S.A.	07/06/2011	432.006.467,65	R\$ 344.849,09	R\$ 432.006.467,65	2 anos e 6 meses.	SIM	4,500000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Debentures conversíveis em ações da controlada.						
Garantia e seguros	Flutuante						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação							
Natureza: Financeira. Razão: Investimento financeiro da Companhia							
Suzano Papel e Celulose S.A.	05/05/2011	35.918.145,00	R\$ 28.266,27	R\$ 244.264,40	2 anos e 8 meses.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Fiança para pagamento da remuneração das debêntures de 5º emissão - 2º série da controlada.						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação							
Suzano Papel e Celulose S.A.	07/05/2001	348.690.000,00		R\$ 357.167.000,00	9 anos e 4 meses	SIM	2,700000
Relação com o emissor	Controlada						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Empréstimo externo com mútuo						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato liquidado em set/2010						
Natureza e razão para a operação	Natureza: financeira. Razão: Obtenção de recursos por meio de emprést. externo e repassado como mútuo à controlada Suzano Papel e Celulose. Depois de quitado o mútuo pela controlada Suzano Papel e Celulose S.A., restou somente a obrig. acessória de ressarcir a Companhia em relação a eventuais obrig. e/ou conting. futuras previstas no contrato. Como o empréstimo externo da Companhia é com uma controlada sua no Uruguai (Nemopar S/A), a obrig. da controlada Suzano Papel e Celulose S.A que atualmente é conhecida desse contrato é o reemb. do Imposto de Renda incidente sobre as remessas dos juros.						
Suzano Papel e Celulose S.A.	15/11/2009	30.000.000,00		R\$ 106.617,21	9 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Fiança para financiamento						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato liquidado em 2010						
Natureza e razão para a operação							
Suzano Papel e Celulose S.A.	01/08/2003	292.244.000,00		R\$ 13.288.617,71	9 anos e 2 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Fiança para financiamento						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato liquidado em 15/10/2012						
Natureza e razão para a operação							
Premesa S.A.	20/06/2008	15.000.000,00		R\$ 15.000.000,00	4 anos e quatro meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Devolução do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital em 13/11/2012						
Natureza e razão para a operação							
Mabex Representação e Participação Ltda.	01/01/2009	-1.186.000,00		R\$ -1.186.000,00	Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada pelos acionistas controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Reembolso de despesas de aeronave da Companhia e da controlada Suzano Papel e Celulose.						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação							
Lazam MDS Corretora Administradora de Seguros S.A.	01/07/2008	-577.925,50		R\$ -577.925,50	Indeterminada.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada indiretamente pelos acionistas controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Consultoria e assessoria em seguros com a controlada Suzano Papel e Celulose						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação							
Suzano Papel e Celulose S.A.	31/12/2010	36.845.340,57		R\$ 36.845.340,57	2 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Juros sobre capital próprio e dividendos a receber de controlada						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Valor recebido em 15/03/2011.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Central Distribuidora de Papéis Ltda.	18/11/2009	-20.000.000,00	R\$ -15.309.702,04	R\$ -15.309.702,04	Indeterminada	SIM	0,697333
Relação com o emissor	Sociedade controlada por alguns acionistas controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Operação Vendor entre a controlada Suzano Papel e Celulose						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação	Natureza: financeira. Razão: financiamento de vendas. Taxa de juros indicada é a taxa média das operações realizadas no exercício de 2012.						
Suzano Papel e Celulose	31/12/2011	23.842.051,12		R\$ 23.842.051,12	2 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Juros sobre capital próprio a receber da controlada						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Valor recebido em 15/03/2012						
Natureza e razão para a operação							
TEC2DOC Serviços de Tecnologia e Documentos Ltda.	30/03/2012	20.786.882,21	R\$ 9.878.372,11	R\$ 14.677.689,34	Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada indiretamente pelos acionistas controladores da Companhia						
Objeto contrato	Transações comerciais com a controlada Suzano Papel e Celulose						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação							
Central Distribuidora de Papéis Ltda.	31/12/2012	64.689.084,30	R\$ 32.405.340,59	R\$ 32.405.340,59	Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada por alguns acionistas controladores da Companhia						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Transações comerciais com a controlada Suzano Papel e Celulose						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação							
Nova Mercante de Papéis Ltda.	31/12/2010	1.242.000,00			1 ano e três meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada por alguns acionistas controladores da Companhia						
Objeto contrato	Transações comerciais com a controlada Suzano Papel e Celulose						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato liquidado em 2011.						
Natureza e razão para a operação							
Suzano Papel e Celulose S.A.	03/12/2003	14.170.111,09	R\$ 297.585,57	R\$ 14.170.111,09	Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compartilhamento de custos e despesas corporativas						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação							
Premesa S.A.	31/12/2012	971.072,64	R\$ 971.072,64	R\$ 971.072,64	Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Dividendos a receber de controlada						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
Nemopar S.A.	20/09/2020	-326.960.000,00	R\$ 326.960.000,00		até 20/09/2000	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimo externo						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação							
Natureza: financeira. Razão: obtenção de recursos por meio de empréstimo externo.							
Suzano Papel e Celulose S.A.	06/09/2012	156.550,00		R\$ 156.550,00	6 anos e 6 meses	SIM	2,500000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Debêntures						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato liquidado em 03/12/2012						
Natureza e razão para a operação							
Natureza: financeira. Razão: investimento financeiro realizado pela Companhia.							
IPLF Holding S.A.	01/10/2012	2.604.401,27	R\$ 2.604.401,27		Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada pelos acionistas controladores da Companhia						
Objeto contrato	Compartilhamento de custos e despesas corporativas com controlada indireta Stenfar.						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação							
Instituto Ecofuturo - Futuro paa o Desenvolvimento Sustentável	06/06/2000	-4.170.574,62		R\$ - 4.170.574,62	Indeterminada	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Organização da Sociedade Civil de interesse Público mantida pela controlada Suzano Papel e Celulose						
Objeto contrato	Doações e apoio a projetos sociais relacionados a educação, cultura e meio ambiente						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação							
Sociedade Conta Participação dos acionistas	02/09/2009	1.573.000,00		R\$ 1.573.000,00	2 anos e oito meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sob controle comum						
Objeto contrato	Locação comercial						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato liquidado em maio/2012						
Natureza e razão para a operação							
Suzano Papel e Celulose S.A.	30/11/2011	2.731.570.000,00	R\$ 939.110.180,62	R\$ 3.063.085,00	10 anos e 8 meses.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Fiança para financiamento						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação							
Instituto Ecofuturo - Futuro para o Desenvolvimento Sustentável	31/12/2012	13.307,47	R\$ 11.950,77	R\$ 1.138,32	Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Organização da Sociedade Civil de interesse Público mantida pela controlada Suzano Papel e Celulose						
Objeto contrato	Compartilhamento de custos e despesas corporativas						
Garantia e seguros	Não existe						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação							
Bexma Comercial Ltda.	31/12/2012	8.621,97	R\$ 11.669,29		Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada pelos acionistas controladores da Companhia						
Objeto contrato	Compartilhamento de custos e despesas corporativas com a controlada Suzano Papel e Celulose						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação							
Suzano Papel e Celulose S.A.	03/02/2006	1.956.582.000,00	R\$ 1.125.793.245,86	R\$ 46.421.149,60	11 anos e 2 meses.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada.						
Objeto contrato	Fiança para financiamento.						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação							
Suzano Papel e Celulose S.A.	06/01/2009	169.000.000,00	R\$ 93.799.937,47	R\$ 2.300.894,38	8 anos e 11 meses.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada.						
Objeto contrato	Fiança para financiamento.						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação							
Comercial Agrícola Paineiras Ltda.	10/08/2004	116.901.758,00	R\$ 35.343.667,05	R\$ 2.670.990,97	12 anos e 7 meses.	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada indireta.						
Objeto contrato	Fiança para financiamento.						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

16.3. Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social:

a) Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

A Companhia adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação.

A Companhia possui seus órgãos, Diretoria e Conselho de Administração, em pleno exercício de suas funções e responsabilidades, sendo submetida a estes a decisão acerca de todas as operações da Companhia, conforme competência descrita pelo Estatuto Social da Companhia vigente. Assim, as operações da Companhia, especialmente aquelas que se deram com partes relacionadas, foram devidamente submetidas aos órgãos decisórios da Companhia a que estavam subordinadas, conforme regras vigentes. Havendo possibilidade de conflito de interesses entre as matérias sob análise e algum membro dos órgãos deliberativos, o respectivo membro abstém-se de votar, ficando a decisão cabível aos demais membros que não possuem qualquer relação com a matéria em exame.

Ainda, como prática de governança corporativa, a Companhia possui o Código de Conduta que, de forma genérica, estipula que administradores, gestores e colaboradores do Grupo Suzano devem:

(i) comunicar imediatamente aos seus superiores qualquer ato ou transação comercial sob sua responsabilidade, que envolva empresas onde trabalhem seus Parentes (por "Parentes" entendem-se o cônjuge ou companheiro do colaborador, e ainda os familiares tais como pais, avôs, bisavôs, filhos, netos, bisnetos, irmãos, tios, sobrinhos, primos, tios-avôs, sobrinhos-netos, cunhados e concunhados do colaborador e do seu cônjuge ou companheiro (a));

(ii) comunicar aos seus superiores quaisquer participações em sociedades detidas por eles ou por seus Parentes e amigos, assim como interesses comerciais, financeiros ou econômicos, que possam gerar conflitos de interesses;

(iii) não contratar, nem induzir a contratação de Parentes ou qualquer pessoa com quem mantenham vínculo pessoal na condição de subordinado ou prestador de serviços, sem informar previamente ao seu superior imediato e à área de recursos humanos.

b) Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As nossas operações e negócios com nossas partes relacionadas seguem os padrões de mercado e são amparadas pelas devidas avaliações prévias de suas condições e do estrito interesse da Companhia em sua realização.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Integralizado				
30/04/2013	1.953.374.350,97		70.805.346	97.893.107	168.698.453
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	68.572.777				
Preferencial Classe B	29.320.330				

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
08/04/2010	AGE	08/04/2010	206.893.320,73	Subscrição particular	15.597.892	835.255	16.433.147	25,48000000	12,59	R\$ por Unidade

Capital social por classe ações

Classe ação preferencial	Quantidade ação por classe (Unidades)
PNA	835.255

Critério para determinação do preço de emissão Patrimônio líquido das ações em 30/09/09

Forma de integralização Capitalização de créditos de adiantamentos para futuro aumento de capital

30/04/2013	AGE	30/04/2013	934.554.830,24	Subscrição particular	17.605.346	24.340.562	41.945.908	91,72920000	22,28	R\$ por Unidade
------------	-----	------------	----------------	-----------------------	------------	------------	------------	-------------	-------	-----------------

Capital social por classe ações

Classe ação preferencial	Quantidade ação por classe (Unidades)
PNA	17.050.231
PNB	7.290.331

Critério para determinação do preço de emissão Patrimônio líquido das ações em 31.12.2012

Forma de integralização Capitalização de créditos de adiantamentos para futuro aumento de capital

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

NÃO APLICAVEL. Não houve desdobramentos, grupamentos e bonificações nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve redução do capital social da Companhia nos 3 últimos exercícios sociais.

17.5 - Outras informações relevantes

17.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes referentes a este tópico estão indicadas nos itens 17.1 a 17.4 acima.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	80,000000
Direito a dividendos	A Lei das Sociedades por Ações e nosso Estatuto Social nos obrigam a realizar assembleia geral ordinária até o quarto mês após o encerramento de cada exercício social, na qual os acionistas deverão deliberar, dentre outras matérias, sobre o pagamento de dividendo do exercício encerrado, tomando por base as demonstrações financeiras auditadas, referentes ao exercício imediatamente anterior. É conferido aos titulares de ações de emissão da Companhia, na data em que o dividendo for declarado, direito ao recebimento de dividendos na proporção de suas participações no capital social, sem prejuízo do direito conferido às ações preferenciais, abaixo descrito. Nos termos do artigo 30 "c" do Estatuto Social da Companhia, é assegurado a todos os acionistas o direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do respectivo exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	De acordo com o artigo 9º do Estatuto Social, os acionistas titulares de ações ordinárias têm a faculdade de solicitar a conversão de parte ou mesmo da totalidade de suas ações ordinárias em ações preferenciais de classe "A" ou em ações preferenciais de classe "B" e, em ambas as hipóteses, cada ação ordinária será convertida, pura e simplesmente, em uma ação preferencial de classe "A" ou em uma ação preferencial de classe "B", conforme o caso, observado o limite máximo conjunto de ações preferenciais de classes "A" e "B" de 2/3 (dois terços) do capital social.
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações ordinárias de emissão da Companhia farão jus ao recebimento de pagamentos relativos a reembolso do capital na proporção de suas participações no capital social. No caso de liquidação da Companhia, tal pagamento ocorrerá após o pagamento de todas as obrigações da Companhia, sendo respeitada, neste e em qualquer outro caso de reembolso de capital, a prioridade de recebimento conferida às ações preferenciais de classes "A" e "B".
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o nosso Estatuto Social, nem as deliberações tomadas em assembleia geral podem privar os acionistas dos direitos de: (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar do acervo da Companhia, em caso de liquidação; (iii) fiscalizar a gestão da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações; (iv) preferência para a subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, observadas as condições previstas na Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Não há outras características relevantes relativas às ações de emissão da Companhia.
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Classe de ação preferencial	Preferencial Classe A
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	As ações preferenciais de classe "A" farão jus a dividendos por ação, 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos a cada ação ordinária de emissão da Companhia.
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações preferenciais de classe "A" têm prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.
Restrição a circulação	Não

18.1 - Direitos das ações

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, a alteração das preferências, vantagens e condições inerentes a uma ou mais classes de ações preferenciais, ou a criação de nova classe mais favorecida, requer a aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, das ações com direito a voto (artigo 136, incisos I e II), ficando a eficácia de tal deliberação, ainda, sujeita à prévia aprovação ou ratificação, em prazo improrrogável de 1 (um) ano, por titulares de mais da metade das ações preferenciais existentes, reunidos em assembleia especial convocada pelos administradores e instalada com as formalidades da lei (artigo 136, § 1º). De notar que a aprovação dessa matéria dá ao titular de ações preferenciais o direito de retirar-se da Companhia, mediante reembolso do valor das suas ações (artigo 137, I). O prazo para o dissidente de deliberação de assembleia especial reclamar é de 30 (trinta) dias contados da publicação da respectiva ata (artigo 137, V).
Outras características relevantes	Não há outras características relevantes relativas às ações de emissão da Companhia.
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Classe de ação preferencial	Preferencial Classe B
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	As ações preferenciais de classe "B" farão jus a dividendos por ação, 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos a cada ação ordinária de emissão da Companhia.
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações preferenciais de classe "B" têm prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, a alteração das preferências, vantagens e condições inerentes a uma ou mais classes de ações preferenciais, ou a criação de nova classe mais favorecida, requer a aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, das ações com direito a voto (artigo 136, incisos I e II), ficando a eficácia de tal deliberação, ainda, sujeita à prévia aprovação ou ratificação, em prazo improrrogável de 1 (um) ano, por titulares de mais da metade das ações preferenciais existentes, reunidos em assembleia especial convocada pelos administradores e instalada com as formalidades da lei (artigo 136, § 1º). De notar que a aprovação dessa matéria dá ao titular de ações preferenciais o direito de retirar-se da Companhia, mediante reembolso do valor das suas ações (artigo 137, I). O prazo para o dissidente de deliberação de assembleia especial reclamar é de 30 (trinta) dias contados da publicação da respectiva ata (artigo 137, V).
Outras características relevantes	Não há outras características relevantes relativas às ações de emissão da Companhia.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

18.2. Regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública:

Nosso Estatuto Social não dispõe de regra que limite o direito de voto de acionistas significativos.

O artigo 6º-A do Estatuto Social da Companhia dá aos acionistas titulares de ações preferenciais de classe “B” o direito de serem adquiridos na oferta pública de alienação de controle, nas condições previstas no artigo 254-A da Lei das Sociedades por Ações, pelo preço igual ao valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

18.3. Exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto:

NÃO APLICÁVEL. O Estatuto Social da Companhia não estabelece exceções ou cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Exercício social 31/12/2010

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2010	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	7.014	10,02	10,02	R\$ por Unidade

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

NÃO APLICÁVEL. A Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos além de ações.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

18.6. Mercados brasileiros nos quais valores mobiliários da Companhia são admitidos à negociação

As ações da Companhia são negociadas na BM&FBOVESPA, sob os seguintes códigos de negociação: (i) ações ordinárias - "NEMO3"; (ii) ações preferenciais classe "A" - "NEMO5"; e (iii) ações preferenciais classe "B" - "NEMO6"

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

18.7. Valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros:

NÃO APLICÁVEL. A Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

18.8. Ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da Companhia, nos 3 últimos exercícios sociais:

NÃO APLICÁVEL. Não foi realizada oferta pública de distribuição pela Companhia ou terceiros relativa a valores mobiliários de emissão da Companhia nos 3 (três) últimos exercícios sociais.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

18.9. Ofertas públicas de aquisição feitas pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiro, nos 3 últimos exercícios sociais:

NÃO APLICÁVEL. A Companhia não realizou oferta pública de aquisição de ações de emissão de terceiro nos 3 (três) últimos exercícios sociais.

18.10 - Outras informações relevantes

18.10 . Outras informações que a Companhia julgue relevantes:

Todas as informações relevantes relativas a este tópico estão indicadas nos itens 18.1 a 18.9 acima.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

NÃO APLICÁVEL. A Companhia não possui plano de recompra de ações de sua própria emissão.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

NÃO APLICÁVEL. A Companhia não mantém valores mobiliários em tesouraria.

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

NÃO APLICÁVEL. Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia não possuía valores mobiliários em tesouraria.

19.4 - Outras informações relevantes

19.4. Outras informações que a Companhia julgue relevantes:

Não existem outras informações relevantes sobre este item 19.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

NÃO APLICÁVEL. A Companhia não adotou política de negociação de valores mobiliários de sua emissão.

20.2 - Outras informações relevantes

20.2. Outras informações que a Companhia julgue relevantes:

Não existem outras informações relevantes sobre este item 20.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

21.1. Normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pela companhia para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva:

A Companhia possui política de divulgação de ato ou fato relevante ("Política") no que diz respeito à divulgação e uso de informações relevantes e à manutenção de sigilo acerca das informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público. Além da Política abaixo descrita, a Companhia não adota qualquer outra norma ou regimento, exceto a celebração de termo e/ ou acordo de confidencialidade com colaboradores e assessores no âmbito de projetos específicos, os quais têm por objeto o estabelecimento de elevados padrões de conduta e transparência para resguardo do sigilo de informações até ulterior divulgação ao mercado.

21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

21.2. Política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pela Companhia, indicando os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas:

Em atendimento ao disposto na Instrução CVM nº 358 de 3 de janeiro de 2002 ("ICVM 358"), o Conselho de Administração da Companhia, a fim de adequar a política interna da Companhia ao princípio da transparência e às boas práticas de conduta no uso e divulgação de informações relevantes da Companhia, aprovou em reunião realizada em 25 de julho de 2002, a Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, a ser observada por: (i) acionistas controladores, (ii) diretores, (iii) membros do Conselho de Administração, (iv) membros do Conselho Fiscal, (v) membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, ou (vi) quem, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, sua controladora, suas controladas ou coligadas, tenha acesso privilegiado a informações relativas a ato ou fato relevante antes de sua comunicação e divulgação ao mercado ("Pessoas Vinculadas"). Nos termos da Política, do artigo 155, §1º, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 2º da ICVM 358, entende-se por "ato ou fato relevante" qualquer decisão de acionista controlador, deliberação de assembleia geral ou dos órgãos de administração da Companhia ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, que possa influir de modo ponderável: (a) na cotação dos valores mobiliários de emissão da Companhia; (b) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular de valores mobiliários de emissão da Companhia; ou (c) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários referenciados a valores mobiliários de emissão da Companhia.

Compete ao Diretor de Relações com Investidores a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de Ato ou Fato Relevante relacionado à Companhia. Dessa forma, as Pessoas Vinculadas que tiverem conhecimento de Ato ou Fato Relevante, deverão comunicá-lo ao Diretor de Relações com Investidores, a fim de que este tome as providências necessárias. Cumpre, ainda, às Pessoas Vinculadas, o dever de guardar sigilo acerca das informações relevantes a que tenham acesso privilegiado até a sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam. Caso, diante da comunicação realizada, as Pessoas Vinculadas constatem a omissão do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento do seu dever de comunicação, deverão as mesmas comunicar o Fato Relevante à CVM e bolsa de valores.

A Política prevê como regra geral a imediata comunicação e divulgação simultânea à CVM, às bolsas de valores e mercado em geral, de Ato ou Fato Relevante, divulgação essa a ser feita preferencialmente antes do início ou após o encerramento dos negócios nas bolsas de valores ou entidades do mercado de balcão organizado em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados.

Caso seja imperativo que a divulgação do Ato ou Fato Relevante ocorra durante o horário de negociação, caberá ao Diretor de Relações com Investidores solicitar sempre simultaneamente às bolsas de valores nacionais e estrangeiras, a suspensão da negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia pelo tempo necessário à adequada disseminação da informação relevante.

A Política prevê, ainda, que a informação relevante poderá deixar de ser divulgada se a sua revelação puder colocar em risco interesse legítimo da Companhia. A não divulgação deverá ser objeto de decisão dos acionistas controladores ou administradores da Companhia, conforme o caso. De todo modo, em tais casos excepcionais de não divulgação, cabe ao Diretor de Relações com Investidores acompanhar a cotação, preço e volume de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia e, caso constate oscilação atípica ou, ainda, na hipótese de a informação escapar ao controle, deverá divulgar imediatamente o Ato ou Fato Relevante.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

21.3. Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações:

O Diretor de Relações com Investidores da Companhia possui a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de Ato ou Fato Relevante envolvendo a Companhia. Compete, ainda, ao Diretor de Relações com Investidores zelar pela execução e acompanhamento da Política.

21.4 - Outras informações relevantes

21.4. Outras informações que a Companhia julgue relevantes:

Todas as informações relevantes relacionadas a este tópico foram informadas nos itens 21.1 a 21.3 acima.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

22.1. Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia:

Em 27 de junho de 2012 a Companhia subscreveu 119.605.766 ações ordinárias nominativas, 1.436.610 ações preferenciais classe "A" e de 14.720 ações preferenciais classe "B", através de Oferta Pública de ações da controlada Suzano Papel e Celulose, pelo valor fixado de R\$ 4,00 para cada ação, totalizando um montante de R\$ 484.228.384,00.

Em 16 de julho de 2012 a Companhia adquiriu 891.122 ações ordinárias nominativas, conforme contrato particular de promessa de subscrição de debêntures conversíveis da 4ª emissão da Suzano Papel e Celulose, cláusula 10.1, em que o BANDESPAR tem a obrigação de vender e a Companhia tem a obrigação de comprar as ações ordinárias decorrentes da conversão, totalizando um montante de R\$ 3.564.488,00.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

22.2. Alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia:

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

22.3. Contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais:

Não houve contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionado com suas atividades operacionais.

22.4 - Outras informações relevantes

22.4. Outras informações que a Companhia julgue relevantes:

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.